

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ana Paula de Sant'Anna César

Gestão Pública de Cultura no Âmbito da UFJF: o caso do Cine-Theatro Central

Juiz de Fora

2019

Ana Paula de Sant'Anna César

Gestão Pública de Cultura no Âmbito da UFJF: o caso do Cine-Theatro Central

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carolina Alves Magaldi.

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

César, Ana Paula de Sant'Anna .

Gestão Pública de Cultura no Âmbito da UFJF : o caso do Cine Theatro Central / Ana Paula de Sant'Anna César. -- 2019.

121 p.

Orientadora: Carolina Alves Magaldi

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Educação, 2019.

1. Cine-Theatro Central. 2. UFJF. 3. Gestão cultural. I. Magaldi, Carolina Alves , orient. II. Título.

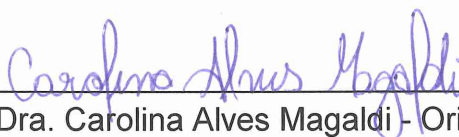
Ana Paula de Sant Anna Cesar

Gestão pública de cultura no âmbito da UFJF: o caso do Cine-Theatro Central

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 10 de outubro de 2019.

BANCA EXAMINADORA



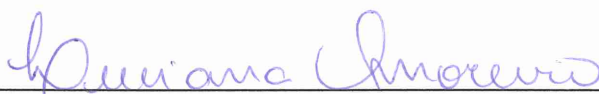
Profa. Dra. Carolina Alves Magaldi - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Elisabeth Gonçalves de Souza

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca



Profa. Dra. Luciana Verônica Silva Moreira

Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

Ao meu amor, Neil, e aos nossos filhos, Carol,
Rick e Mel, estes me ensinaram que nosso
coração pode pulsar em outros peitos

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre, por tudo...

Aos meus pais, Deise e Paulo, pelo amor incondicional, respeito, apoio e suporte em todas as minhas escolhas.

Ao meu marido, Neil, meu companheiro de jornada, pela nossa família, pelos nossos sonhos compartilhados, pelo apoio em todos os projetos.

Aos meus filhos, Carol, Rick e Mel, fontes inesgotáveis de amor e inspiração, que mais do que entender minhas ausências, sempre me apoiaram em todo percurso, e por quem busco, todos os dias, ser uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos Marco, Bina e Dani, e suas famílias, que fazem do meu mundo um lugar melhor e me deram os sobrinhos mais lindos e amados: Paulinho, Pedro, Enzo e Flavinha.

À minha tia Mariazinha, pelo apoio durante a vida e em quem sempre quero dar um abraço.

À minha amiga Gê, que insistiu para que eu participasse desse processo (e de tantos outros...). Um apoio amoroso, não só pra mim, mas também pra todos daqui, desde o dia que nos conhecemos.

Às minhas amigas, Alice, Roberta, Janaína, Fernanda e Tati e famílias, cuja amizade duradoura e apoio fazem a vida mais leve. Especialmente, à minha amiga Aline, cuja presença nos mantêm unidas.

Às amigas que o CES me deu: Angela, Guigui, Beth e Marcia Cornii, pela amizade e torcida ao longo desses anos.

Ao Cacaudio, pela disposição e atenção em acompanhar e colaborar com todo esse processo.

Aos colegas do Cine-Theatro Central, especialmente Aline, pela torcida e colaboração, e ao Marquinho, pela convivência afetuosa.

Aos entrevistados, por enriquecerem o trabalho.

A todos os meus professores, aqui representados pela minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Carolina Magaldi, e pelos ASAs que me acompanharam, Laura, Leonardo e Marina.

E a todos aqueles que não foram mencionados aqui, mas que contribuíram de alguma maneira neste percurso.

“Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria”.

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, Art. 27)

RESUMO

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP), do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso a ser estudado discute a gestão pública cultural realizada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no Cine-Theatro Central (CTC). Assumimos a seguinte questão: de que maneira seria possível potencializar a atuação do CTC em prol da cultura, a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim? O objetivo definido é encontrar maneiras para a otimização do uso do espaço em questão. Para tanto, foi realizada a análise do atual contexto de gestão do CTC, com o levantamento dos possíveis entraves que contribuem para o perfil pouco ativo no que se refere à produção artística e cultural e o estudo de projetos desenvolvidos por instituições públicas de ensino superior na área de gestão cultural, com o intuito de criar um compêndio de métodos, técnicas e legislação que norteie a otimização de projetos a serem desenvolvidos. Para compreender o atual contexto, são descritos os percursos históricos do CTC e da UFJF; com destaque para o perfil de gestão cultural da universidade. Como metodologia de pesquisa foi realizada uma análise qualitativa, com revisão bibliográfica e documental sobre os históricos, entrevistas com gestores do CTC e o estudo comparativo de projetos desenvolvidos em três instituições públicas, na área de gestão cultural. Posteriormente, apresentou-se uma análise acerca da cultura, das Políticas Públicas Culturais e do lugar da UFJF nesse contexto. A análise das entrevistas foi apresentada na sequência e embasou o Plano de Ação proposto no terceiro capítulo para a construção de uma gestão mais proativa, com vistas a tornar o CTC uma ferramenta cultural. A primeira proposta tratou da apresentação de projetos no CTC, com uma Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e um fluxograma de tais projetos para a viabilização desses pela captação de recursos. Sobre o financiamento e sua previsibilidade, há a sugestão de um Edital da Pró-Reitoria de Cultura (ProCult), no qual todos seus órgãos poderiam concorrer. Posteriormente, a ação propõe a atualização do Regimento, necessária para dar legalidade à gestão, visando a garantia de continuidade dos projetos, através da vinculação de parte da receita do CTC para o financiamento de projetos de ampliação da ação do teatro, incluindo as duas propostas de ação contínuas apresentadas, também como parte do Plano de Ação.

Palavras-chave: Cine-Theatro Central. UFJF. Gestão cultural.

ABSTRACT

The present dissertation was developed at the Professional Master's Degree in Education Assessment and Management (PPGP), of the Centre for Public Policies and Assessment in Education of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). The case study in question discusses the public management conducted by the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) regarding the Cine-Theatro Central (CTC). We have assumed the following research question: how could we potentialize the cultural use of the CTC, by systematizing the procedures of projects to such end? The defined objective is to find ways to optimize the use of the theatre in question. Thus, we have conducted an analysis of the current management context of the CTC, raising the possible hurdles that contribute to the little proactive profile regarding artistic and cultural production and the study of projects developed by public institutions of higher education in the field of cultural management, hoping to create a compendium of methods, techniques and legislation that will guide the optimization of the projects to be developed. In order to comprehend the current context, we have described the historical background of the CTC and of UFJF, highlighting the cultural management profile of the institution. The research methodology was qualitative, with bibliographical and documental review about the historical background, interviews with CTC managers and a comparative study of projects developed in three public institutions, in the field of cultural management. Afterwards, we have presented an analysis regarding culture, cultural public policies and the place of UFJF in this context. Then the analysis of the interviews was presented and provided basis to the Action Plan presented on the third chapter to build a more proactive management, aiming to transform the CTC into a cultural tool. The first proposal dealt with presenting projects at the CTC, to a Committee of Creation and Follow-up of Calls for Projects and a workflow of such projects to make it viable to gather funding. Regarding funding and its predictability, there is a suggestion of a Call for Projects by the Cultural Affairs Office (ProCult), to which all the offices could apply. Afterwards, the action proposes the updating of the Regiment, needed to the legal aspects of management, aiming to guarantee the continuity of the projects, through the link of part of the CTC funding towards projects that will amplify the use of the theatre, including two continuing proposals, also part of the Action Plan.

Keywords: Cine-Theatro Central. UFJF. Cultural Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Som Aberto.....	26
Figura 2 – Fachada do Cine-Theatro	30
Figura 3 – Fotos do Cine-Theatro na década de 1930	30
Figura 4 – Jornal do Cine-Theatro Central.....	31
Figura 5 – Restauração do Cine-Theatro	33
Figura 6 – Centro de Juiz de Fora, década de 1930.....	35
Figura 7 – Centro de Juiz de Fora, 1969	35
Figura 8 – Restauração 1	39
Figura 9 – Restauração 2.....	40
Figura 10 – Interior do CTC a partir do palco.....	41
Figura 11 – Interior do CTC a partir da galeria 3º andar	42
Figura 12 – Equipe do Cine-Theatro Central	44
Figura 13 – Produções por tipo de produtor.....	48
Figura 14 – Fluxograma dos Projetos no CTC.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção de eventos por produtor	48
Quadro 2 – Identificação dos entrevistados	55
Quadro 3 – Principais entraves, por eixo, e sugestões de ações	86
Quadro 4 – Criação de Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais	88
Quadro 5 – Edital ProCult	91
Quadro 6 – Atualização do Regimento Interno	92
Quadro 7 – Criação de Setor Educativo – Escola de Artes	93
Quadro 8 – Calendário Anual de Apresentações Públicas	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cecom	Centro de Conservação da Memória
CEMM	Centro de Estudos Murilo Mendes
CF	Constituição Federal
CTC	Cine-Theatro Central
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DE	Dedicação Exclusiva
Dipac	Divisão de Patrimônio Cultural
Fadep	Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Funalfa	Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
GARINs	Grupos Artísticos de Representação Institucional
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PARINs	Projetos Artísticos Institucionais
PJF	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora
ProCult	Pró-Reitoria de Cultura
MAEA	Museu de Arqueologia e Etnologia Americana
MAMM	Museu de Arte Moderna Murilo Mendes
MEC	Ministério da Educação
PIBIART	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística
PROART	Programa de Apoio às Artes
SINTUFJUF	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFV	Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CINE-THEATRO CENTRAL E UFJF: O PERCURSO DA GESTÃO PÚBLICA NO ESPAÇO CULTURAL	15
2.1 A UFJF E SUA GESTÃO CULTURAL.....	15
2.1.1 <i>Lumina spargere</i>	16
2.1.2 Pró-Reitoria de Cultura: movimento.....	19
2.1.3 Dispositivos Culturais: Ação	22
2.2 O CINE-THEATRO CENTRAL.....	28
2.2.1 CTC, coração cultural de Juiz de Fora.....	29
2.2.2 Utilização contemporânea	43
3 REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA CULTURAL	50
3.1 CAMINHOS DA PESQUISA	50
3.2 GESTÃO CULTURAL: O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	56
3.3 UFSC, UFSJ E UFRJ: AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS	66
3.5 UMA GESTÃO QUE BUSCA A PROMOÇÃO DO DIREITO SOCIAL A CULTURA	70
3.5.1 Entendendo a gestão financeira	79
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES PARA A GESTÃO CULTURAL MAIS PROATIVA	85
4.1 GESTÃO CULTURAL – AÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS PARA ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES NA CRIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS E PARTICIPAÇÃO EM CHAMADAS PÚBLICAS	87
4.2 GESTÃO PÚBLICA – ENFRENTANDO A BUROCRACIA, ENTRAVES DE FINANCIAMENTO E SISTEMATIZANDO UMA GESTÃO MAIS PROATIVA – O CTC COMO FERRAMENTA DE CULTURA.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE A – ENTREVISTA PRÓ-REITORA DE CULTURA	105
APÊNDICE B – ENTREVISTA DIRETOR DO CTC DE 2014-2016	106
APÊNDICE C – ENTREVISTA DIRETOR DO CTC DE 2016-2017	107
APÊNDICE D – ENTREVISTA – DIRETOR DO CTC DE 2018	108
ANEXO 1 – PROGRAMAS	109
ANEXO 2 – TERMO DE ACORDO	118

1 INTRODUÇÃO

O Cine-Theatro Central (CTC) é um tradicional teatro que apresenta espetáculos artísticos e culturais. Construído em 1929, atualmente possui capacidade para 1.851 espectadores. Localiza-se no Centro da cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, e sua beleza arquitetônica e ornamental faz com que ele seja considerado, por muitos, um dos mais belos teatros do país. Em seu *site*, é possível constatar que o CTC já recebeu diversos artistas brasileiros e alguns internacionais.

Em 1994, a Universidade Federal de Juiz Fora (UFJF) passou a gerir o CTC, e no mesmo ano, ele foi tombado pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ambas as ações são reflexos de uma mobilização popular da cidade em prol da valorização do espaço que, ao ver o importante prédio em situação de abandono em consequência de um período de decadência e temendo a especulação imobiliária (SILVA, 2006), uniu-se para buscar alternativas para sua manutenção e revitalização.

Atualmente, o Cine-Theatro é um dos equipamentos culturais da Pró-Reitoria de Cultura (ProCult) da UFJF e sua ocupação, desde que passou da gestão privada à pública, é realizada, basicamente, através de editais públicos, nos quais os produtores apresentam a pauta do evento a ser realizado e a data pretendida e, caso seja aprovado pelo Conselho Diretor do CTC, pagam uma taxa de ocupação pré-determinada.

Buscando a equidade do acesso à cultura e a valorização da cultura local, a ProCult lançou, em 2007, o projeto denominado “Luz da Terra”. Esse projeto oferece 15 datas para ocupação com valores diferenciados ou isenção da taxa de ocupação e destina-se a produtores e artistas locais. Em 2018, outro projeto, em caráter experimental, começou a ser desenvolvido: o “Palco Central”. Nessa proposta mais intimista, artistas e público permanecem no palco durante as apresentações e têm como pano de fundo o teatro. Em 2018, do total de 91 eventos que aconteceram na casa, sete foram produzidas pelo CTC.

Cumprido considerar que a UFJF e a Pró-Reitoria de Cultura vêm, ao longo dos anos, desenvolvendo vários projetos culturais para a população da cidade em outros espaços pertencentes à instituição. Ainda há na universidade um Instituto de Artes e Design com muitos projetos, professores e profissionais em diversas áreas artísticas.

A partir do que fora descrito, a presente pesquisa será norteadada pela seguinte questão: de que maneira seria possível potencializar a atuação do CTC em prol da cultura, a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim? Para resposta a essa questão, esta dissertação tem como objetivo encontrar maneiras para a otimização do

uso do espaço em questão. O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos: realização de um estudo do perfil da gestão cultural realizada pela UFJF, com foco no CTC; análise de projetos culturais desenvolvidos por outras universidades públicas federais; e proposta de instrumentos para essa sistematização.

A história do Cine-Theatro Central e seu processo de tombamento demonstram não só sua importância para a cidade e região, mas também o seu reconhecimento social para a construção da identidade cultural. O atual contexto de pouca atividade na produção de projetos por parte da gestão é apresentado para que, a partir dessas análises, se realize o objetivo propositivo deste trabalho: a construção de orientações de procedimentos para o desenvolvimento de projetos com vistas ao fomento e à democratização do acesso à cultura, através de ações que potencializem o uso do espaço.

Atuo como secretária executiva, lotada na Pró-Reitoria de Cultura, exercendo minhas atividades, desde 2016, no Cine-Theatro. A partir da observação do número de projetos artísticos e culturais desenvolvidos na universidade, bem como de projetos artísticos, educativos e culturais desenvolvidos em outras instituições de ensino superior públicas, tem sido possível refletir acerca da possibilidade de uma gestão mais atuante do CTC a partir de ações que visem à difusão do acesso à cultura. Para tanto, o reconhecimento dos limites legais da administração pública e das possibilidades da gestão pública da cultura, bem como a reflexão sobre a missão universitária, com foco na UFJF, são necessários para que se possa fundamentar a pesquisa e propor meios para uma gestão proativa do espaço.

A metodologia, inicialmente, utilizada foi a análise de documentos e publicações relativas à universidade e sua gestão cultural, e ao Cine-Theatro Central, desde a sua construção até os dias atuais. Posteriormente, a revisão de literatura foi escolhida para a construção da reflexão em torno da importância da cultura na sociedade. São apresentados estudos sociológicos que apontam para o entendimento da cultura enquanto constituinte do capital simbólico, a partir das reflexões de Bourdieu (apud SILVA, 1995; apud SOUZA, 2017), aliadas às discussões de Even-Zohar (2015) acerca de cultura como bem ou ferramenta.

Nesse contexto, foi discutido o papel da universidade pública e sua gestão cultural, bem como a gestão pública. Essas reflexões formaram arcabouço teórico para as análises das entrevistas, escolhidas como instrumentos para o trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas com os últimos três diretores da casa e com a atual Pró-Reitora de Cultura, a fim de que se elucide tanto o perfil de gestão cultural exercida pela Universidade e pelo Cine-Theatro Central, quanto o caminho que as ações desenvolvidas por essas

administrações percorreram, quais seriam as dificuldades encontradas nas proposições de projetos e, ainda, sobre a questão do financiamento desses projetos.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta o percurso histórico do Cine-Theatro Central e da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Pró-Reitoria de Cultura e demais equipamentos culturais vinculados, além da análise documental do processo de aquisição e tombamento do CTC. O objetivo é descrever o cenário e observar o perfil da gestão cultural exercida pela instituição. Ao fim deste primeiro capítulo, foram apresentadas as evidências que embasam o caso de gestão.

O segundo capítulo traz a revisão da literatura acerca do termo cultura, a partir da visão de estudos sociológicos, com a finalidade da reflexão acerca das atuais perspectivas da Universidade Pública enquanto gestora de cultura. Apresenta-se também a metodologia de pesquisa adotada que explica o percurso desenvolvido por esta dissertação. Ainda no segundo capítulo, o estudo comparativo com três ações desenvolvidas em outras universidades públicas federais é apresentado para que, a partir das observações dos métodos e fluxos desenvolvidos, se possa, vislumbrar outras opções para potencialização do uso do espaço. Por último, após a realização da pesquisa de campo, as análises foram desenvolvidas, com base na revisão de literatura que iniciou o capítulo.

A partir dessas considerações, o terceiro capítulo apresenta a proposta de gestão mais proativa do Cine-Theatro Central, que vai ao encontro da ampla missão universitária aqui defendida, pensada a partir das dificuldades apresentadas pelos gestores e construída sob a legislação vigente, tendo como escopo as ações aqui apresentadas.

2 CINE-THEATRO CENTRAL E UFJF: O PERCURSO DA GESTÃO PÚBLICA NO ESPAÇO CULTURAL

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, sua atual estrutura e o perfil da gestão cultural exercida pela instituição. Busca-se demonstrar que a UFJF vem desenvolvendo, ao longo do tempo, uma vasta gama de projetos que promovem a cultura e possui potencial para otimizar ainda mais sua atuação nessa área, utilizando, para tanto, o espaço do Cine-Theatro Central.

A exposição da gestão cultural exercida pela instituição tem como finalidade analisar o perfil da UFJF e buscar evidenciar que a valorização e a propagação das artes e da cultura, para além dos muros da academia, são marcas da universidade. Esta, em 2006, criou a Pró-Reitoria de Cultura com o intuito de gerir os bens e acervos artístico-culturais que fazem parte de seu patrimônio e realizar a gestão de órgãos executores, dentre eles o CTC. Além dos órgãos geridos pela ProCult, algumas ações e projetos desenvolvidos, com vistas ao fomento da cultura com alcance social, também são apresentados para análise e a fundamentação da questão proposta por este trabalho.

A história do Cine-Theatro e sua macrogestão são apresentadas na seção 2.2. Além disso, é apresentada a utilização contemporânea do espaço, que acontece, em sua maioria, a partir da demanda de produtores da iniciativa privada, o que demonstra baixa interferência de ações em prol do fomento à cultura, realizadas a partir de projetos realizados pelo próprio CTC, na ocupação do espaço, o que, em nosso entendimento, vai de encontro ao perfil da instituição que será apresentado.

2.1 A UFJF E SUA GESTÃO CULTURAL

Nesta seção, apresentamos a Universidade Federal de Juiz de Fora, sua estrutura atual, dando ênfase na Pró-Reitoria de Cultura e o perfil da gestão realizada por ela. A ProCult e seus equipamentos são trazidos para que se vislumbre o perfil da instituição que, ao longo de sua existência, propaga cultura e arte, por meio das ações e da gestão da guarda do patrimônio, apresentados nos itens seguintes.

2.1.1 *Lumina spargere*

Criada em 1960, a partir do Projeto nº 1.887 – B da Câmara dos Deputados, a UFJF nasce, segundo o parecer do relator da Comissão de Educação e Cultura apresentado no Projeto, com dupla função: a humanística e a tecnológica.

A Universidade tem, nos tempos hodiernos, uma dupla função: humanística e tecnológica. Os seus horizontes são mais largos e o material humano de que se serve não surge apenas de uma casta privilegiada, daquela aristocracia de sangue, do dinheiro ou da política, mas do “barro humano” que se revele pela sua inteligência e pela sua vontade. É o “homo faber” como se integrando no “homo sapiens” naquela carreira vertiginosa para a construção de um mundo só no qual a fraternidade substitua o ódio e a guerra esteja definitivamente banida, dando lugar aos milênios de paz que significam a própria sobrevivência da espécie (BRASIL, 1960, p. 4).

Essa formação humana, que busca a fraternidade e a integração social, passa pela equidade do acesso à educação e à cultura, essa última realizada, em grande medida, através de ações extensionistas, apresentadas posteriormente e que estão previstas pelo Regimento, o documento maior da instituição: “Parágrafo único – As atividades de extensão têm por objetivo promover a integração da Universidade com setores diversificados da sociedade e, ao mesmo tempo, desenvolver e renovar o ensino e a pesquisa” (UFJF, 2015, p. 2). A partir do projeto que estabelece sua criação, cuja parte citou-se no início do capítulo, a UFJF constituiu-se através da agregação de Estabelecimentos de Ensino Superior de Juiz de Fora já reconhecidos e federalizados – a princípio, os cursos de Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Em seguida, foram vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História.

Segundo dados do seu *site* (UFJF, s.d.), atualmente, a UFJF possui 93 opções de cursos de graduação, 36 de mestrado e 17 de doutorado, em todas as áreas de conhecimento. Além do *campus* de Juiz de Fora, há um *campus* avançado na cidade de Governador Valadares. A universidade também proporciona à comunidade uma gama de opções de serviços (atendimento psicológico, jurídico, odontológico e médico, esse último através do Hospital Universitário), lazer e cultura.

Na área de lazer, a UFJF oferece a toda comunidade acesso ao: Jardim Sensorial, Bicletário/ Ciclovía, Pista de *skate*, Academia ao Ar Livre, Parque Infantil Instalações Esportivas da Faculdade de Educação Física, Praça Cívica/ Concha Acústica, Centro de Vivência Jardim Botânico. A instituição mantém ainda, com acesso liberado, os seguintes

museus: Memorial da República Presidente Itamar Franco, Museu de Arte Murilo Mendes, Museu de Malacologia Maury Pinto de Oliveira, Museu da Farmácia Professor Lucas Marques de Amaral, Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia, Museu da Cultura Popular.

Retomando a legislação que abarca as ações extencionistas, cumpre evidenciar que universidade tem como princípio a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O artigo 5º do seu Estatuto prevê, como um de seus fins, a produção, sistematização e socialização dos saberes para ampliação da formação humana:

Art. 5º – A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (BRASIL, 1998, p. 1).

Para alcançar essa finalidade de produção, sistematização e socialização dos saberes, ao longo de sua história, a UFJF tem investido, também, na proteção do patrimônio cultural público material e imaterial e na valorização e difusão das artes e da cultura.

Em 2005, quando completou 45 anos de fundação, a universidade comemorou com um livro em que ressalta o cumprimento de sua missão de “espargir luzes”:

Ao longo de seus quarenta e cinco anos, a Universidade Federal de Juiz de Fora vem cumprindo, com galhardia, sua missão de espargir luzes.

Em homenagem a esse *ditto*, de óbvia (e generosa) inspiração iluminista, a Universidade tem formado importantes quadros profissionais e acadêmicos, entre os quais se contam lideranças nacionais nos mais diversos campos; tem buscado o livre debate, esta condição por excelência da vida universitária; tem cultivado as artes e praticado as ciências.

Acima de tudo, a Universidade Federal de Juiz de Fora, no curso de sua breve história, tem demonstrado uma forte estima pelas formas mais democráticas de relacionamento interno, condição que lhe permite lidar com a sociedade de forma cada vez mais porosa e interessada, sem prejuízo de sua constitutiva altivez.

Por tudo isso, a Universidade Federal de Juiz de Fora define-se, ela própria como **patrimônio vivo**: em primeiro lugar, da comunidade em cujo seio se instala a cidade de Juiz de Fora e a região da Mata Mineira; em segundo lugar, do país a que serve e para o qual existe; e, por último, da humanidade cujo frêmito criador de toda a Universidade, em todo e qualquer momento expressa.

Como marca desta condição, a UFJF reúne um extraordinário acervo de bens culturais que a diferencia entre suas congêneres e eleva sua responsabilidade de fiadora. (SALOMÃO, 2005, p. 5, grifos do autor).

O livro faz um registro dos bens materiais e imateriais e patrimônio arquitetônico pertencentes ao patrimônio construído pela UFJF ao longo de 45 anos. São eles:

- Bens Materiais: Arquivo histórico, Biblioteca Central, Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, Museu de Arte Moderna Murilo Mendes, Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia, Museu de Cultura Popular, Museu Prof. Licas Marques do Amaral, Museu de Malacologia, Museu Marmelos Zero, Laboratório de Geologia e Pedologia, Herbário Prof. Leopoldo Krieger, Horta de Plantas Medicinais, Laboratório de Vertebrados e Invertebrados, Pinacoteca do NIC;
- Patrimônio Arquitetônico: Casa de Cultura Murilo Hingel, *Campus* da UFJF, Cine-Theatro Central, Edifício Sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Fórum da Cultura, Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM);
- Bens Imateriais: Centro de Estudos Teatrais – Grupo Divulgação, Coral Universitário, Domingo no *Campus*, Exposições do Espaço Cultural Reitoria, Grupo de Dança FAEFID.

Em seu prefácio, elaborado pelo Núcleo de Integração Cultural da instituição, o princípio da Universidade e sua política de aprimoramento de difusão e preservação desses bens é retomado e o diálogo com a comunidade ressalta os ganhos múltiplos das ações:

A Universidade Federal de Juiz de Fora tem como princípio desenvolver e aprimorar constantemente uma política de difusão e preservação de bens móveis, imóveis e imatérias, representados nesse livro. De forma a valorizar e tornar cada vez mais acessíveis à comunidade as ações, tecnologias e conhecimentos provenientes de seus laboratórios, salas de aula e estudo, oficinas, ateliês e outros cenários de produção. O diálogo estabelecido entre a UFJF e a comunidade concretiza o ideal de colaboração mútua desta instituição pública, onde todos os envolvidos direta e indiretamente com o meio universitário ganham. Os benefícios vão da melhoria na qualidade de vida ao acesso ao que há de mais atual quanto às tecnologias e as outras formas de conhecimento (CRISTÓFARO, 2005, p. 6).

Aprimorando a política descrita como princípio da instituição, em 2006, a UFJF criou a Pró-Reitoria de Cultura, com o intuito de gerir os bens e acervos artístico-culturais que fazem parte de seu patrimônio e realizar a gestão de órgãos executores, dentre eles o Cine-Theatro Central. Tais espaços culturais serão descritos no item 2.1.3.

Também em 2006, o Conselho Superior da UFJF, reconhecendo as especificidades e relevância do papel das Artes, concedeu autonomia ao Departamento de Artes e Design e criou o Instituto de Artes e Design. Atualmente, o Instituto possui prédio próprio e oferece oito cursos de graduação, dentre eles o Bacharelado e a Licenciatura em Música, e o mestrado em Artes, Cultura e Linguagem. O corpo docente possui 21 efetivos com Dedicção Exclusiva (DE), no Departamento de Artes, e 16, no de Música. São oferecidas 250 vagas aos discentes anualmente.

2.1.2 Pró-Reitoria de Cultura: movimento

Em consonância com seu protagonismo público nas ações artísticas e culturais da cidade e região e na democratização de acesso a elas, a UFJF criou, em 2006, uma pró-reitoria específica para gestão do patrimônio artístico e cultural acumulado durante os anos, bem como nas ações nas áreas. Essa ação denota a importância dada à gestão cultural. A UFJF é uma das poucas universidades no Brasil com uma pró-reitoria específica para essa finalidade. Grande parte das instituições ainda mantêm a cultura vinculada às pró-reitorias de extensão, como a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para citar algumas próximas, geograficamente.

A Pró-Reitoria de Cultura nasce com os seguintes princípios norteadores:

1. Incentivo à produção cultural

Ampliação da política de promoção da cultura, oportunizando as produções acadêmicas e locais na orientação da democratização da cultura pela prática de seminários, exposições, publicações, shows, espetáculos, teatros, musicais, exibições cinematográficas e **apoio às produções locais e ampliação das práticas culturais da UFJF.**

2. Memória da cultura

Resgate e preservação da trajetória das diversas contribuições que constituem a cultura da cidade através de projetos que contemplam a memória cultural e social da cidade e da instituição.

3. Arte-educação: formação e cidadania

Difusão da cultura e ampliação do acesso do público às diversas atividades culturais, inclusive por publicações e cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

4. Dinamização dos espaços culturais

Revitalização dos espaços culturais da universidade e revisão de suas infraestruturas, garantindo a prática da cultura de qualidade e assegurando a contribuição exemplar da UFJF nas questões de conservação e preservação do patrimônio material móvel e imóvel.

5. Imagem da universidade

Fortalecimento nacional e internacional da imagem da universidade pelas possibilidades da prática da cultura, agente propulsor de integração social, por intercâmbio de ideias e parcerias que assegurem a permanência e a evolução da cultura (UFJF, s.d., grifos nossos).

Os princípios citados evidenciam o estabelecimento da cultura enquanto dimensão complementar do tripé ensino, pesquisa e extensão e a busca da garantia do direito de todos ao acesso à UFJF. Essa diretriz é mencionada na apresentação da ProCult, em seu *site*:

Ao demarcar sua contribuição para a cultura – lente pela qual o homem vê o mundo – a Universidade estabeleceu como princípio a concepção de cultura como direito, o que impõe à política cultural uma meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais e pressupõe tratar cada cidadão como um agente cultural (UFJF, s.d.).

Essa concepção da cultura como direito, que impõe como meta a universalização do acesso, é realizada, na UFJF, através de práticas norteadas por esse pensamento, que começam a se materializar nas atribuições a serem exercidas pelo Pró-Reitor da Cultura, definidas pela Portaria nº 845, de 5 de julho de 2017:

Fomentar iniciativas culturais de relevância para a cidade e de alcance social no que diz respeito à história, à preservação de patrimônio e à cidadania e que estejam presentes na dinâmica da Universidade Federal de Juiz de Fora;
Desenvolver parcerias com outras entidades de gestão cultural da cidade e de outros centros, visando a um maior alcance social;
Promover atividades culturais de caráter educativo que enfatizem a arte como fator de transformação social, acesso ao conhecimento e reflexões sobre cidadania;
Valorizar a produção cultural da cidade, em suas múltiplas linguagens, ampliando espaços e apoiando iniciativas relacionadas à história e à cultura de Juiz de Fora;
Desenvolver atividades culturais aproveitando as áreas disponíveis do campus universitário, tendo como público-alvo: os profissionais que atuam na instituição, o corpo discente e o público flutuante que diariamente frequenta seus espaços;
Gerir o Cine-Theatro Central, o MAMM e o Centro Cultural Pró-Música, de forma a proporcionar o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura e a promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de produzir o conhecimento e a difusão de bens e valores culturais (UFJF, 2017, p. 1).

Essas atribuições são os aportes que dão autonomia às ações promovidas pela ProCult e, para atingir a seus objetivos, o setor tem agido na atuação da democratização do acesso a todos os seus equipamentos de cultura, “na valorização da cultura local e na formação do público” (UFJF, s.d.), e, vem investindo em várias ações e projetos de enorme

alcance social. Cabe destaque ao projeto “Som Aberto” que teve sua origem em 1970 e foi resgatada e ampliada pela ProCult com a realização de apresentações musicais, de dança e circo, capoeira, artes visuais, literatura, oficinas e bazar com artesanato. Em sua última edição, o evento teve público estimado em dez mil pessoas. Vejamos a descrição do projeto:

Idealizado e executado pela Pró-Reitoria de Cultura da UFJF, o SOM ABERTO tem o objetivo de atender, no contexto de atuação do *Campus*, as demandas culturais da comunidade acadêmica, estendendo-se ao público juiz-forano em geral. O projeto também busca ser uma vitrine para os artistas da cidade, independentemente do nicho de atuação (música, artes visuais, teatro, literatura, artesanato, etc.), e ser um ponto de cultura e lazer, de qualidade e gratuito, para o público juiz-forano.

A proposta remete a um dos momentos artísticos e culturais mais efervescentes da Universidade Federal de Juiz de Fora, no final dos anos 1970 e início da década de 1980, em que universitários de diferentes cursos se apresentavam nos anfiteatros do Campus com shows musicais e divulgações literárias, motivados pela ânsia de liberdade e de não censura aos seus ideais (UFJF, 2017, p. 3).

Essas e outras ações trazem destaque ao trabalho desenvolvido pela UFJF através da ProCult. No ano de 2016, o jornal local Tribuna de Minas apresentou um balanço a partir de uma entrevista concedida pela Pró-Reitora acerca das ações promovidas e o valor do investimento destinado pela Universidade:

O ano de 2016 foi mais um dos tempos recentes em que incentivar a produção cultural foi tarefa nada fácil, seja no âmbito privado ou público. Apesar de todos os contratemplos, a pró-reitora de cultura da UFJF, a professora e artista visual Valéria Faria, destaca que a instituição conseguiu manter-se fiel a seus princípios de incentivar a produção cultural, a memória e a dinamização dos espaços culturais, entre outros, promovendo diversos eventos nos vários equipamentos administrados pela UFJF.

No total, foram destinados R\$ 650 mil pelo Conselho Superior, que beneficiaram instituições como o Centro Cultural Pró-Música, em que além das exposições foram realizados o tradicional Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga e o Piano Brasil, que trouxe o pianista Miguel Proença. Valéria aponta, ainda, a importância do edital para a seleção de instrumentistas para a Orquestra Sinfônica e Camerata do Pró-Música e o retorno do coral da instituição, que deve passar por reformas que incluem troca de piso, forro, parte elétrica e instalação de equipamentos de som e luz para o teatro.

Além de diversas apresentações musicais, teatrais e de dança, o Cine-Theatro Central – que atualmente está com a capacidade de público reduzida devido a questões de segurança – realizou o Central de Compositores, evento mensal nas escadarias do prédio. Já o campus da UFJF teve como principal destaque o retorno do Som Aberto, tradicional evento musical dos anos 70 que voltou repaginado e ampliado para outras atividades artísticas (BLACK, 2016, s.p.).

Esse pequeno resumo, que relata o grande número de ações com vistas à difusão das artes e da cultura e o aporte financeiro destinado a elas, realizadas em apenas um ano, ilustra a coerência da UFJF com seu princípio de formação humana, que se verifica ao longo dos anos, através da manutenção de ações e o lançamento de outras. Como exemplo, em 2018, a Pró-Reitoria lançou um novo edital para valorizar os trabalhos artísticos e culturais realizados por alunos e professores da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). O Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística (PIBIART), conforme explicado no *site* da ProCult, “busca fomentar e consolidar ações culturais, de autoria de alunos e professores da UFJF para a realização dos projetos artísticos”. (UFJF, s.d.). Não encontramos dados de outros anos para a construção de uma série histórica que possibilitasse a análise de investimento da UFJF na área da cultura, através da ProCult, ao longo dos anos.

Grande parte dos projetos desenvolvidos pela ProCult acontece em seus órgãos executores, a saber: Centro de Conservação da Memória (Cecom), Centro Cultural Pró-Música, Cine-Theatro Central, Coral da UFJF, Fórum da Cultura, Memorial da República Presidente Itamar Franco, Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, que serão descritos na próxima seção.

2.1.3 Dispositivos Culturais: Ação

Os dispositivos culturais a que nos referimos são órgão suplementares da UFJF geridos pela ProCult. Eles desenvolvem projetos na área artística e cultural com certa autonomia. Além de espaços físicos, como os museus, casas de cultura e teatros, há o Coral Universitário, um bem imaterial que possui, como os demais órgãos, seus próprios objetivos¹. Por meio dessa apresentação, pretende-se demonstrar o quão vasta é a gama de atuação e de possibilidades de desenvolvimento de projetos realizados pela UFJF através desses órgãos, sob a gerência da ProCult.

O Centro Cultural Pró-Música é composto por uma sala para espetáculo com 500 lugares, o Teatro Pró-Música, e pela Galeria Renato de Almeida, um espaço para exposição de artes plásticas e visuais. Localiza-se na Avenida Rio Branco, no Centro da cidade de Juiz de Fora. O Centro teve sua origem em dezembro de 1971, como entidade civil sem fins lucrativos. Fundada e administrada pela família Souza Santos, sua atuação e importância na

¹ Acerca das metodologias e aportes financeiros para as ações, cumpre esclarecer que não foram localizados nos registros ou sites aos quais consultamos essas informações. Dessa maneira, essas descrições não constarão deste primeiro capítulo.

área cultural da cidade, principalmente na educação musical, por quase quatro décadas, já era reconhecida, quando, em 09 de junho de 2011 o Conselho Superior da UFJF aprovou sua união à Instituição, a partir da proposta apresentada pela família fundadora, que via na incorporação a segurança da continuidade dos projetos desenvolvidos ao longo das décadas pelo Pró-Música. Dentre esses projetos, cabe destaque ao “Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga”, que, em 2018, completou sua vigésima nona edição, com diversas apresentações musicais pela cidade e *workshops*.

O reconhecimento nacional da importância das ações desenvolvidas pelo Pró-Música é reafirmado, também, por meio de prêmios outorgados ao órgão. Em 2000, o “Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga” recebeu o prêmio: Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na categoria preservação de bens móveis e imóveis. O Ministério da Cultura concedeu, em 2002, pela contribuição na divulgação mundial da cultura brasileira, a Ordem do Mérito Cultural ao Pró-Música.

Outro dispositivo cultural é o Coral Universitário, formado por estudantes, ex-alunos, professores e funcionários da UFJF, ativos ou já aposentados, além de membros da comunidade. Apesar de existir desde 1966, extraoficialmente, fora vinculado à UFJF apenas em 2006, com o reconhecimento oficial do Conselho Superior da Instituição. Apresentamos uma pequena parte do percurso de sucesso do Coral ao longo dos anos:

Ao longo de seus 49 anos, o Coral da UFJF vem marcando sua presença em palcos brasileiros e estrangeiros, apresentando-se em shows, concertos, concursos e festivais.

Participa, em 1973, do 1º Concurso Nacional de Corais na Televisão, em promoção MEC/TV Globo, sendo classificado em segundo lugar. Em 1999, o Coral compete em prova eliminatória do concurso *Europa y sus Cantos*, na Espanha. É o único coral brasileiro classificado para as provas finais. Contudo a viagem não pode ser realizada por falta de recursos.

Já em 2001, o Coral da UFJF grava seu primeiro CD, *À moda da casa*, exclusivamente com repertório de músicos populares juiz-foranos, em arranjos *a capella* de autoria do então regente, maestro André Pires. Em 2004 grava o segundo CD, *Tear*, com repertório diversificado.

No mesmo ano, o Coral da UFJF participa do Concurso Sudamericano de Interpretación Coral promovido pela AAMCANT, na Argentina, recebendo dois prêmios do júri oficial: medalha de prata e diploma de ‘melhor coral misto adulto’. O júri concede ainda um terceiro prêmio: medalha de ouro ao maestro André Pires, eleito melhor regente do concurso. O Coral da UFJF é escolhido ainda, por votação de júri popular, como o vencedor do certame.

Em dezembro de 2006, durante as comemorações dos 40 anos de existência oficiosa do Coral da UFJF, o CONSU – Conselho Universitário – promove finalmente a oficialização do grupo, passando desta forma a existir de direito, enquanto corpo estável dentro da instituição.

Buscando aprimorar seu caráter cênico, em 2010 o Coral da UFJF convida o diretor, ator e autor teatral Marcos Marinho para atuar diretor cênico, resultando na apresentação da abertura da sexta edição do Festival AmericaCantat, realizado pela primeira vez no Brasil, na cidade de Juiz de Fora/ MG, em maio daquele ano (UFJF, s.d.).

Criado em 1971, o Fórum da Cultura abrange diversos segmentos de manifestações artísticas e culturais. Instalado em um casarão, onde funcionou a Faculdade de Direito, é um marco arquitetônico da primeira metade do século XX. Foi tombado pelo patrimônio municipal em 1995 em função da sua representatividade e utilização cultural. Atualmente, funcionam no local: o Museu de Cultura Popular, o Centro de Estudos Teatrais/ Grupo Divulgação, a Galeria de Arte e o Coral Universitário.

O Memorial da República Presidente Itamar Franco foi construído com a finalidade de guarda do acervo doado pelo ex-presidente Itamar de Mello Franco, após a incorporação do mesmo, aprovada pelo CONSU, em 2010, ao Patrimônio da UFJF. O prédio do Memorial foi construído ao lado do Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM), no centro da cidade de Juiz de Fora, que é mais um importante equipamento da cultura vinculado à ProCult e constituiu-se a partir da coleção de arte do poeta juizforano Murilo Mendes.

O MAMM localiza-se à rua Benjamin Constant, atualmente o Museu, que teve sua origem no Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM), possui condições técnicas para preservar e abrigar o acervo do CEMM.

Além da biblioteca, da coleção de artes visuais, dos documentos e objetos pessoais de Murilo Mendes, o MAMM abriga outras quatro bibliotecas – incluindo as que pertenceram ao engenheiro Arthur Arcuri, ao artista plástico João Guimarães Vieira, o Guima, e à escritora Cleonice Rainho – e os acervos dos escritores Gilberto e Cosette de Alencar e do jornalista e historiador Dormevilly Nóbrega (UFJF, s.d.).

O MAMM desenvolve muitas ações de fomento à cultura, como exposições e shows. Possui, ainda, um setor de arte-educação voltado para crianças, que regularmente desenvolve projetos. O destaque é a Colônia de Férias, com inscrições gratuitas e atividades culturais.

Em 1987, o professor Franz Joseph Hochleitner, do departamento de História da UFJF, doou sua coleção arqueológica e antropológica composta por materiais provenientes da Bolívia, coletados entre 1959-1960. Essa é a origem do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) que, em 1992, recebeu ainda a coleção de objetos etnográficos de grupos indígenas brasileiros da Professora Nely Ferreira do Nascimento.

Atualmente o acervo etnográfico do museu possui mais de 1.000 peças de diversas origens, produzidas com pedra, argila, metal, madeira, bambu, fibras vegetais e plumas, dentre diversos materiais. O acervo também conta com elementos didático-informativos, como cópias de esculturas, instrumentos musicais, gravuras, maquetes, livros, fotografias e vídeos (UFJF, s.d.).

Em janeiro de 2018, o *site* da UFJF apresentou as realizações ocorridas no ano de 2017. Recortamos partes da matéria referente à Pró-Reitora de Cultura cujo conteúdo reproduzimos para que possa ser vislumbrada a enorme gama de ações e programas empreendidos:

Com um saldo positivo de realizações e conquistas, em que pesam qualidade, transparência e integração com a comunidade, a Pró-Reitoria de Cultura (ProCult) terminou o ano de 2017 com a certeza de que fez valer seu ideal de democratizar o acesso à arte em projetos diversos, que, a exemplo do Som Aberto, trouxeram uma nova dinâmica cultural não apenas para a Universidade, mas para Juiz de Fora como um todo (UFJF, 2018a).

Essa dinâmica a que se refere o *site* é apresentada pela ProCult nos dados referentes a ações ocorridas também em seus órgãos executores, que serão elencados a seguir. O primeiro destaque é dado ao grande número de espectadores que comparecem aos eventos produzidos. A estimativa de público no Cine-Theatro Central, no ano em questão, chegou a 76 mil pessoas, incluindo, além dos espectadores dos grandes eventos, o público dos projetos Visita Guiada e Luz da Terra, não contabilizados dez eventos já agendados para o mesmo ano.

As realizações do MAMM e do Memorial da República ganham destaque pela multiplicidade de ações e o alcance de suas produções, abertas ao público em geral que atraiu, nas duas casas, uma média de 16.500 pessoas:

MAMM e Memorial da República

O Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) abriu suas portas de terça a domingo, com atividades que proporcionaram, com total gratuidade, o acesso às apresentações dos projetos Cinemmam, Musicamm e Leituras Temáticas, às exposições das galerias Retratos-relâmpago, Poliedro e Convergência, e atividades voltadas para lançamentos literários, espetáculo de balé, seminários, palestras, congressos, gravações, entrega de medalhas e títulos, entre outros, atraindo um público aproximado de 12.200 pessoas ao longo do ano.

Já o Memorial da **República Presidente Itamar Franco** recebeu em torno de 4.500 visitantes, “incluindo estudantes e professores de 26 escolas de ensino fundamental, e 21 grupos diversos, que conferiram as mostras ‘Conjuração Mineira’, de João Câmara, e ‘Terra de Vera Cruz’, série de

pinturas de Eliardo França sobre o descobrimento do Brasil, cedidas pelo MAMM, ainda em cartaz no local” (UFJF, 2018a).

Esses números demonstram o envolvimento da sociedade nas ações desenvolvidas pela ProCult ao longo do ano, uma comprovação de que há interesse e alcance social por elas. Da mesma maneira, o tradicional Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, em sua 28ª edição, realizou diversos concertos diurnos e noturnos, oficinas e palestras, além do lançamento de CDs e audições de alunos, promovido pelo Centro Cultural Pró-Música. Destaca-se, ainda, as diversas apresentações gratuitas em vários espaços públicos da cidade.

Outro projeto que ganhou enorme destaque no ano foi o Som Aberto, lembrado pelo seu grande alcance social e diversidade em sua programação. No ano de 2017, além das múltiplas manifestações culturais trazidas pelo evento, houve apresentações musicais de dois grandes nomes da música nacional:

Som Aberto se consolida

Prova da diversidade cultural promovida pela ProCult em 2017, o projeto Som Aberto, alcançou ainda maior repercussão do que em seu ano de estreia. Foram sete edições, com uma programação cultural múltipla e variada, voltada para todos os públicos e gratuita. “Tivemos exatamente com atrações artísticas, entre apresentações circenses, oficinas, performances, dança, teatro e música, incluindo shows com artistas de repercussão nacional, como a banda Tianastácia e o cantor Lô Borges” (UFJF, 2018a).

Figura 1 – Som Aberto



Fonte: Acervo ProCult.

Essa multiplicidade e variedade de atrações, aliada à gratuidade do acesso, demonstram o caráter democrático do projeto. Em suas edições, o público, que lotava a Praça

Cívica da UFJF durante todo dia, era formado por grupos de estudantes, famílias com crianças, professores – um público tão variado quanto as atrações, convivendo e compartilhando da experiência artística e cultural promovida.

Sobre o Coral Universitário, mereceram destaques: a manutenção dos seus ensaios, o “Journédu Cinema – Programa Embaixadores Universitários da França na UFJF”, em parceria com a embaixada da França, e o curso sobre o “Transtorno do Espectro Autista e a Educação”, em parceria com professores da rede pública.

O público que passa pela reitoria teve a oportunidade de contemplar as exposições que ocorreram no “Espaço Reitoria”, localizado no saguão do prédio. O espaço recebeu, desde a sua inauguração, em 2016, a exposição do trabalho do chargista juiz-forano José Bello da Silva Júnior, o Bello, além de um grande número de obras de diferentes artistas:

Exposições no “Espaço Reitoria”

Para o saguão da Reitoria, no prédio central do campus-base, o ano começou com a exposição “Saudades do Bello – 25 anos de charge”, que, pensada como uma homenagem ao artista que completaria 60 anos em 2016, apresentou um recorte da vasta produção do chargista, que em 25 anos desenhou mais de 25 mil charges e, destas, mais de 300 foram selecionadas sob a curadoria de Mario Tarcitano para representar a trajetória de Bello.

Ao sucesso desta exposição seguiram-se outras mostras de êxito, como “Não-lugar de verdade”, sob curadoria do professor Fabrício Carvalho, com registros fotográficos, instalações, objetos e intervenções em técnicas de alunas do curso de Licenciatura em Artes Visuais, do Instituto de Artes e Design (IAD) da UFJF, numa reflexão sobre as questões que as mobilizaram ao longo do curso e no estágio, no período entre 2016 e 2017.

Por sua vez, “LvminaSpargere – Recortes de um caminho iluminado”, exposição de fotografias idealizada pela ProCult sobre a história do campus, permitiu ao espectador compreender o processo de negociação, construção, urbanização e ocupação do campus universitário. Por fim, “Embate ao fascismo – 80 anos de Guernica” convocou 26 artistas visuais e dez escritores para retomar o tema da obra-prima de Picasso, atualizando a denúncia das grandes e pequenas violências cotidianas que assolam milhões de pessoas ao redor do mundo (UFJF, 2018a).

O espaço tornou-se mais uma ferramenta para o acesso à cultura, através da possibilidade da experiência artística, que valoriza artistas locais e consagrados nomes, além de um criar ambiente acolhedor que beneficia a todos que por ali transitam.

Para finalizar as realizações promovidas no ano de 2017, foram apresentados os novos espaços que passaram a integrar a ProCult, o Museu de Arqueologia e Etnologia Americana e o Centro de Conservação da Memória, este último instalado no histórico prédio do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que fora restaurado:

Novos espaços

De acordo com a pró-reitora de Cultura, o campo de atuação da ProCult, já tão expressivo, se ampliou em 2017, com a integração do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (Maea) como órgão executor, além do Centro de Conservação da Memória (Cecom), instalado no Diretório Central dos Estudantes (DCE). “Cabe ressaltar, ainda, a abertura da Sala de Arqueoastronomia Franz Hochleitner, no Centro de Ciências, que apresenta o que há de mais relevante no Maea e presta homenagem ao criador deste importante e raro museu”, finaliza (UFJF, 2018a).

A partir do exposto, acreditamos que esteja evidenciado o perfil de gestão cultural da Universidade, que mantém viva sua missão precípua de valorização, guarda e difusão da cultura e da Identidade Nacional.

2.2 O CINE-THEATRO CENTRAL

Inaugurado em 1929, pela Companhia Central de Diversões, o Cine-Theatro Central (CTC) passou, em 1994, a ser gerido pela Universidade Federal de Juiz de Fora e, desde 2006, tornou-se um dos equipamentos da Pró-Reitora de Cultura. Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o teatro é referência cultural no país, com 1.751 lugares. Sua história funde-se à de Juiz de Fora e representa um retrato da época, ainda celebrado:

A cidade civilizava-se, já notava em 1920 o poeta Murilo Mendes em uma de suas crônicas mundanas no jornal local “A Tarde”. A proximidade com a capital do país – o Rio de Janeiro afrancesado do início do século – foi circunstância geográfica determinante para o espírito moderno, empreendedor e sofisticado de Juiz de Fora naquela época. Deste civilizar-se tão festejado pelo poeta, fazia parte o roteiro de programação chique da sociedade elegante: frequentar os teatros para assistir a óperas, concertos e apresentações de companhias dramáticas. Idealizado pela elite desta sociedade e com sua beleza clássica, o Cine-Theatro Central foi a mais perfeita tradução da imagem em alta conta que os próprios juizforanos tinham de si mesmos. Décadas depois, o Central permanece não somente como o símbolo de uma época, mas como um espaço vivo e aberto de celebração da arte. (CTC, s.d.).

Essa importância histórica e afetiva para cidade fez com que surgisse, na década de 1980, como reação ao período de abandono pelo qual passava o Cine-Theatro, um movimento popular em prol da revitalização do imponente espaço cultural. Como resultado desse processo, em 1994, a Universidade Federal de Juiz de Fora o adquire e passa a geri-lo,

juntamente com a Prefeitura. No mesmo ano, o CTC é tombado pelo patrimônio histórico pelo IPHAN, conforme será visto na seção seguinte (SILVA, 2006).

Passando da administração privada à pública, o Cine-Theatro adquire uma nova política de ocupação, os eventos deixam de ser produzidos pelo teatro, que passa a recebê-los através de editais públicos. Desde que passou a administrar o CTC, a Universidade alterou sua gestão em alguns momentos. Logo que o assume, a UFJF divide sua gestão com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (PJF), através da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa). Posteriormente, a gestão deixa de ser compartilhada com a Funalfa e passa a ser exercida em conjunto com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep), ligada à Universidade, que assume a gestão financeira do espaço. Posteriormente, em 2015, a gestão volta a ser exercida diretamente pela UFJF.

2.2.1 CTC, coração cultural de Juiz de Fora

Em 1927, Francisco Campos Valadares, Químico Corrêa, Diogo Rocha e Gomes Nogueira fundam a Companhia Central de Diversões, para estabelecer uma rede municipal de cinema na cidade de Juiz de Fora composta, dentre outros, pelo CTC, Cine Palace, Cine Rex e Cine São Mateus². Compram o Polytheama e, a partir da sua demolição, constroem o Cine-Theatro Central (SILVA, 2006). A construção do espaço durou dois anos e o projeto ficou a cargo da Companhia Pantaleoni Arcuri. Sobre a grandiosidade do projeto, o *site* da Universidade destaca:

O projeto arquitetônico do teatro, perpetuado como um marco em Juiz de Fora, ficou a cargo da companhia construtora de Pantaleone Arcuri. Raphael Arcuri foi o arquiteto responsável pelo edifício, em cujo projeto não economizou grandiosidade, tendo o orçamento ultrapassado as possibilidades financeiras da companhia. Foi necessária a intervenção do patriarca dos Arcuri para salvar o projeto. Uma vez finalizado o teatro, seu conceito arquitetônico destacou-se pelo amplo vão sem pilastras da plateia, sustentado por uma única estrutura metálica vinda da Inglaterra (UFJF, s.d.).

Em 30 de março de 1929, o majestoso Cine-Theatro Central, localizado no Centro da cidade de Juiz de Fora, entre as ruas Barão de São João Nepomuceno e Halfeld, é inaugurado e se destaca pelo estilo eclético e pinturas internas de ninfas e faunos realizadas por Angelo Bigi.

² Dos quatro cinemas construídos, apenas o CTC se mantém.

O edifício de linhas sóbrias e retas, ao estilo eclético, ganhou ornamentação interna do pintor italiano Ângelo Bigi. Com cenas de ninfas e faunos em jardins românticos e paradisíacos, e ao centro medalhões com as efígies de grandes mestres da música, tais como Wagner, Verdi, Beethoven e Carlos Gomes, a decoração do interior do teatro estava em sintonia com a importância econômica, política e cultural do município (UFJF, s.d.).

Figura 2 – Fachada do Cine-Theatro



Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

A inauguração aconteceu com a apresentação de uma fita muda, “Esposa Alheia,” acompanhada de orquestra e representou, conforme noticiado à época, uma afirmação do refinamento da sociedade juiz-forana, que possuía ares europeus e progredia largamente com seu perfil industrial, sendo conhecida como a “Manchester Mineira”.

Figura 3 – Fotos do Cine-Theatro na década de 1930



Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

Figura 4 – Jornal do Cine-Theatro Central, 1929

THEATRO CENTRAL

HOJE! HOJE!
Sabbado, 30 de Março de 1929

INAUGURAÇÃO com o sumptuoso film em 8 actos

ESPOSA ALHEIA

Uma empolgante Universal Jewel! Um drama intenso e emocionante!

Helen, a filha do senador Blobe, preferia ao Sr. Jack Mason o amor de Ralph Brandon, um rapaz com grande cotidão no mundo feminino. Casou-se com elle alguns meses antes de partir para os Estados Unidos na luta colossal da velha Europa.

Ralph e Jack partiram para a guerra enquanto a linda Helen ficava em companhia do pai, cuidando as saudades do muito amado.

A guerra terminou. Si Jack regressou, promovido a capitão, Ralph, ao que affirmara o amigo, morreria como um herói.

Seria assim? A esse tempo, Rita que entrara também voluntariamente com Ralph, tornou-se amante de um certo Ward Roper, sujeito de actividades ocultas.

De uma filha, estava Rita á espera de algum momento para se casar. Adivinha, e assim se realizou um casamento amarelado. Aparentemente se delia e reconheceu Ralph, que momentos depois, lhe contou a sua trágica historia. Acordá-lo-se nos campos de batalha e fugira. Era sobre uma sombra de homem, sem patria, sem familia, sem destino!

Rita amava-o e offerreou-lhe o seu imenso affetto. E foi viver com Ralph numa casinha modesta.

Um dia, Ralph leu num jornal a noticia do casamento de Helen com Jack, e resolveu, intervir, denunciar a verdade. Foi qua impellido, defendendo a sua propria felicidade.



PAULINE STARKE

Ralph não attende ás ponderações de Rita. Deseja-se para a igreja assistida a cerimonia, mas não leve coragem de destruir a ventura de Helen. Ajoelhado aos pés de Rita, Ralph narra-lhe o que passou, quando entrou Jim. O segredo de Ralph vale muito dinheiro e elle podia fazer um excelente negocio. Tendo cabido com um sacco que lhe dera Ward, Ralph levantou-se mais atrevido, e atirou-se no noivo. Luctaram. Rita apañhou o revólver de Jim e abateu-o. Um segundo depois, elle caia no peso do proprio corpo e cahia sem vida.

Ralph foi condemnado á prisão perpetua. Rita entrou em entendimento com o chefe de uma quadrilha de patife, para que elle conseguisse a fuga de Ralph. A hora marcada, um autómovel, em que estava Rita e Higon esperava o desenganar das autoridades. Ralph conseguiu escapar a marulha, mais a sua fuga fora descoberta. A matilha começava a percorrer os campos mais proximos. Ralph deteve-se e pensou. Enquanto estivesse vivo, estaria em risco a felicidade de Helen. Melhor seria que desapparecesse para sempre. Avançou um pouco e cahiu, julimado.

E Grogan bradou:
— Que idiota não soube o que fazer!
Rita levando o lenço aos olhos arrastado de lagrimas, não se moveu.
— Soube, sim. Elle bem soube o que fez!

INTERPRETES
Norman Kerry, Pauline Starke,
Marion Nixon, Kenneth Harlan

A abrir — **UNIVERSAL JORNAL** — 2.^a sessão **ESPOSA ALHEIA**
PREÇOS — Cadeira 2\$000 — Geral 1\$000

O Paz e o Polytheama. com a inauguração do THEATRO CENTRAL, a partir de hoje deixarão de funcionar

Ford E' o carro mais economico, mais resistente, mais seguro, mais distincto, mais veloz e, portanto, o preferido de todos.

Verifiquem os novos planos de venda a longo prazo. — Peçam demonstrações e experiencias, sem compromisso, aos Agentes autorizados nesta cidade.

Surerus & Cia.

Rua Halfeld, 212 Phone 500 Juiz de Fóra



N. B. — Vendem-se carros usados de todas as marcas, a prazo e a dinheiro

Typ. Rio Branco — Loreto Irmãos

Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

É possível imaginar o arrepio de orgulho e encantamento que certamente tomou conta de todos os que compareceram à festa de inauguração do Cine-Theatro Central, em 30 de março de 1929. Todo o esplendor e a beleza do novo teatro refulgiam nas pinturas de Ângelo Bigi e na iluminação dos lustres de cristal, que davam boas-vindas ao olhar admirado dos presentes. Ali estava uma vitória da sociedade juizforana, a prova concreta de seu refinamento, um templo de cultura que colocaria a cidade na rota das produções culturais nacionais e estrangeiras. Figuras da alta sociedade local e autoridades, como o então presidente da província, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, prestigiaram a solenidade que contou com apresentação de orquestra e a exibição do filme mudo, em oito atos, “Esposa Alheia”. A festa repercutiu além dos limites do município. O momento que entrou para a história da cidade foi devidamente registrado na Revista Central, uma edição comemorativa que saudou a suntuosidade, a “acústica formidável”, a segurança e o conforto finalmente colocados à disposição do exigente espectador juizforano (CTC, s.d.).

A partir da inauguração, o palco do CTC recebeu grandes artistas e as principais produções nacionais. Apesar de ter sido construído pela iniciativa privada, o teatro exerceu por anos a função de teatro municipal. Consta nos arquivos da Cine-Theatro a cópia de alguns programas das apresentações produzidas pelo “Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora”, que era vinculado à Universidade e “Recitais da Juventude”, sob auspícios da UFJF, da Secretaria Municipal de Educação e da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, datados da década de 1970, que seguem anexos nesta dissertação (Anexo A), como ressalta o *site* do teatro:

A grande capacidade de público e o palco projetado para receber os mais diversos espetáculos fazem do Central um espaço privilegiado e um dos poucos do gênero disponíveis atualmente no país. Teatro, dança, ópera, concerto, show. A história do Cine-Theatro Central é um desfile de grandes nomes das artes nacionais e internacionais, responsáveis por momentos de beleza e emoção, que se apresentaram ao longo das últimas décadas em Juiz de Fora.

O Cine-Theatro Central colocou a cidade na rota de companhias líricas italianas, orquestras e companhias dramáticas nacionais. Seu palco recebeu talentos do porte de um Procópio Ferreira, um dos maiores nomes do teatro brasileiro. Criado em 1955, o Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora fez do Central cenário de seus concertos líricos até início dos anos 70. Quando o país inteiro se voltou para os movimentados e inovadores festivais de música, o Central também mobilizou torcidas na década de 60 e 70 e o juizforano conheceu alguns dos então promissores talentos da música brasileira, como Milton Nascimento, Gonzaguinha e Sueli Costa (CTC, 2018, s.d.).

Décadas depois, em razão da concorrência com a televisão e outros apelos de massa, o teatro começa a sentir o esvaziamento de sua plateia. A crise se agrava na década de 1980, quando o espaço entra em seu período de abandono:

O fim de uma era dourada significou tempos menos nobres também para o Cine-Theatro Central, que não escapou ao destino de outros espaços do gênero, afetados pela concorrência crescente de uma novidade de apelo de massas como a televisão. O público de cinema caiu progressivamente nos anos posteriores e, embora ainda fosse palco de apresentações de teatro e música, o Central imergiu num período de abandono.

A situação se agravou no início da década de 80, época de plateia vazia apesar das sessões duplas do tipo filme bom/outro medíocre a preço de ingresso único (CTC, 2018, s.d.).

Figura 5 – Início do Restauração do Cine-Theatro



Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

Em razão do precário estado do espaço e da possibilidade da construção de um novo teatro municipal da cidade, o Pascoal Carlos Magno, inicia-se uma longa discussão das ações a serem realizadas pelo poder público no sentido de garantir a manutenção da casa ou investir na construção de uma nova. Em 1981, o Diário Mercantil, jornal local, apresenta a discussão da situação de abandono do espaço, as maneiras e possibilidades de preservação, e de outro lado a construção do novo teatro municipal na matéria “Central: ainda é uma opção para teatro?”.

A construção do teatro municipal Pascoal Carlos Magno não vai resolver o problema do espaço físico cultural da cidade. Em primeiro lugar, porque a plateia, com apenas 400 lugares é considerada insuficiente. Assim, apesar de o teatro ser construído dentro dos moldes convencionais, Juiz de Fora continuará não podendo contar com uma casa que abrigue grandes espetáculos. Por outro lado, o teatro também não atenderá as expectativas de grupos locais que anseiam pela criação de uma casa modesta, mas que seja de fácil acesso e que tenha disponibilidade de recursos materiais e técnicos. Essas questões foram apontadas por pessoas que estão ligadas a atividades artísticas da cidade. E são também pessoas que defendem a utilização do Central, embora admitindo que o problema de espaço físico não estará definitivamente solucionado. Lembrem, no entanto, que o palco do Central é ideal para a realização de espetáculos de música, dança, óperas, E além disso, **argumentam que estaria sendo preservado um patrimônio histórico da cidade.** (CENTRAL, 1981, p. 6, grifo nosso).

Em 28 de outubro de 1981, o Jornal Tribuna de Minas publica “JF precisa de espaço adequado para produções: em debate, o Teatro Municipal”, no qual traz a situação precária do Cine-Theatro, noticia e amplia as discussões sobre as possibilidades dos espaços culturais da cidade à época, novamente em questão, a preservação do Cine-Theatro e a construção do Teatro Pascoal Carlos Magno:

A cultura de Juiz de Fora vive um impasse. Ao mesmo tempo em que se ampliam sensivelmente as opções culturais e que um número cada vez maior de movimento de arte se ativa, permanecem as dificuldades de espaço. A consulta a qualquer pessoa ligada à área da cultura na cidade, hoje vai demonstrar que existe um crescimento sendo impedido justamente pela inexistência de lugares onde a arte se divulga.

Essa discussão, que se torna ainda mais agora, com os problemas do teatro municipal, mobiliza os mais diversos setores da população e compreende opinião diversas e contraditórias, além de posições otimistas e desesperançadas. A principal queixa é a ausência de casas de espetáculos; o principal argumento, a construção do teatro Carlos Paschoal Magno. (BARBOSA, 1981, s.p.).

Para contextualizar o processo de tombamento a ser descrito, é necessário retroceder e esclarecer que, desde o final da década de 1970, em nome da modernidade e do seu crescimento vertical, muitos casarões e prédios foram demolidos no Centro de Juiz de Fora e em bairros do entorno para dar lugar a novas construções e prédios de apartamentos. Começa, então, um movimento de reflexão acerca da importância da preservação da memória e de seu patrimônio, que se inflama com a demolição do prédio do Colégio Stella Matutina. Em resposta dessa comoção, a Prefeitura Municipal cria a Fundação Antônio Ferreira Lage (Funalfa), cujos objetivos aparecem nas palavras do prefeito à época:

Decidimo-nos pela criação de uma Fundação Cultural por entender que esta seria a alternativa mais viável para assegurar espaços ao levantamento e à fixação da memória municipal. [...] Evocar a memória do município é mais do que um dever de gratidão: é um imperativo e um compromisso com as novas gerações. Não a evocação lastreada na homenagem fácil e superficial. Muitos edificaram, todos sabemos, mas é importante saber o que foi e como foi edificado. Mais ainda, deve-se perenizar essas marcas contra a voragem do tempo (MELLO REIS, 1982 apud SILVA, 2006, p. 34).

Figura 6 – Avenida Rio Branco, Juiz de Fora, década de 1930



Fonte: Maria do Resguardo – Imagens Antigas de Juiz de Fora³.

Figura 7 – Avenida Rio Branco, Juiz de Fora, 1969



Fonte: Maria do Resguardo – Imagens Antigas de Juiz de Fora.

³ Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/>. Acesso em: 11 set. 2019.

Imbuída com o mesmo propósito de salvaguardar a memória da identidade do município que criou a Funalfa, a administração pública municipal, em 1982, abriu o processo 3.821-82 de Tombamento Municipal do Cine-Theatro Central, cuja parte da justificativa citamos:

Nós precisamos do Central por três motivos: em primeiro lugar, por ser um espaço cultural do qual, por suas características, a cidade necessita; em segundo lugar, pelas raízes culturais que ele revela; em terceiro lugar, pela grande afeição que o povo devota a ele. Digo sem exagero, que o Central é alma de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 1982, p. 1).

Apesar das contestações do proprietário, o processo de tombamento foi instaurado e sua tramitação assegurava a preservação do bem cultural enquanto o processo não estivesse concluído pela Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC), recém-criada via Lei Municipal 6.108/82. Dessa maneira, pensava-se estar garantida a preservação do Central.

A tentativa de impugnação do processo, apresentada pela proprietária, a Cia Central de Diversões, ganhou as páginas dos jornais e, em resposta a ela, surgiu um movimento popular em prol da preservação do Cine-Theatro. Como relata Silva (2006), a partir das publicações de jornais locais:

Chegou-se a organizar uma passeata em prol do tombamento do CTC. Idealizada pelo jornalista Décio Lopes, a passeata tinha o objetivo de “conscientizar sobre a proeminência daquele instrumento jurídico”. Seus organizadores declaravam: “o ato não era apenas pelo tombamento do Central, mas um gesto mais amplo que, tomando aquela histórica e popular casa de espetáculos como símbolo, visava mostrar a urgência do tombamento dos nossos bens culturais, em prol da preservação da ‘memória’ juizforana”. Décio Lopes dizia em tom de alerta: “o teatro por ser uma casa de espetáculos de propriedade particular, corre o risco de ser derrubado a qualquer momento sem aviso à praça”. O movimento tinha como slogan “O Central é nosso” e visava, a partir do CTC, ilustrar simbolicamente um processo mais amplo que envolvia a cidade no todo (SILVA, 2006, p. 53).

No ano seguinte, 1983, foi tombado, por meio de decreto instituído em 19 de janeiro, o primeiro conjunto de bens avaliado pela CPTC: o Palácio Barbosa Lima (atual sede da Câmara Municipal), o Paço Municipal, o Castelinho da Companhia Mineira de Eletricidade (CEMIG), o edifício da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, o Palacete Santa Mafalda (atual Colégio Grupos Centrais), o Museu Mariano Procópio, a Usina de

Marmelos e o Cine-Theatro Central (SILVA, 2006). O jornal Tribuna de Minas noticiou o fato, destacando a importância do valor sentimental do bem para a cidade:

O Central não mais poderá ser demolido e isto representa a consolidação de uma esperança do povo. O prédio será tombado mais pelo valor sentimental, por ser um imóvel expressivo dentro do contexto urbano. Representa muito para vida da cidade, mais do que seu valor arquitetônico e artístico (TRIBUNA DE MINAS apud SILVA, 2006, p. 45).

No entanto, o tombamento não surtiu o efeito esperado, pois a empresa locatária do CTC à época continuava apenas realizando a exibição de filmes de baixa qualidade, não reabrindo o espaço para a ocupação do palco e muito menos trabalhando na manutenção do patrimônio. Nesse sentido, a ponderação feita por Malu Ribeiro (professora aposentada das Faculdades de Letras e de Comunicação Social), apresentada por Silva (2006, p. 60), sintetiza o temor ao rumo do processo que se desenhava: “o meu medo é tombar o Cine Central e deixá-lo cair, pois não precisa demoli-lo para derrubá-lo, basta abandoná-lo.”

Se tombar um bem particular mostrou-se ineficiente para sua conservação, a saída seria passar a posse do imóvel para o controle de alguma instância pública. Como não possuía meios para compra do imóvel, segundo alegação da Prefeitura, a administração municipal cogitou sua desapropriação. Daí nasceram as discussões acerca do novo espaço cultural, o Teatro Carlos Magno, ou a revitalização do Cine-Theatro Central descrita neste trabalho. Com a mudança de gestão, mudou-se a política pública e sua gestão cultural. Dessa maneira, a discussão acerca do CTC só reaparece em 1993, a partir do encaminhamento ao IPHAN de solicitação abertura para o processo do tombamento, agora em nível nacional.

Cumprido considerar que, em 1993, o então presidente da República era o juizforano, Itamar De Mello Franco. Silva (2006) descreve a forte influência política presente no processo junto ao IPHAN:

O processo 1327 – T – 93/IPHAN foi perpassado por uma forte presença de interesses políticos. A guia de formação de processo data de 16 de fevereiro de 1993 e apresenta como interessado a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. No entanto, há uma referência anterior, de 27 de janeiro de 1993, na qual é citado o nome do então Deputado Federal Edmar Moreira do PRN como a pessoa que teria encaminhado o pedido. Num ofício datado de 29 de março de 1993 encaminhado à Divisão de Proteção Legal - é possível identificar uma nova intervenção dessa natureza, onde se lê: “Estando o processo de tombamento do teatro de Juiz de Fora em estudo nesta Divisão, solicito urgência sobre o assunto, do interesse da Presidência da República.” Note-se então, que no caminho do processo do requerente até o IPHAN houve a presença de mediadores políticos, pressionando a instituição quanto

à resolução do caso. O tombamento do CTC deveria ser encarado em caráter de urgência, pois, mais do que uma questão do patrimônio nacional, tratava-se de uma questão da presidência. Cabe chamar atenção para o dado de que naquele momento estava à frente da Presidência da República um juizforano, a saber, Itamar Franco. Alguns intelectuais locais afirmam ter sido crucial a participação de Itamar por meio de seu ministro da Educação Murilo Hingel, também juizforano, no processo de tombamento e desapropriação do CTC. Sob esse aspecto é cabível supor a defesa de interesses locais frente à uma instância nacional (SILVA, 2006, p. 62).

Antes da conclusão do processo que tombou o Cine-Theatro, a Universidade Federal de Juiz de Fora recebeu verba através do Ministério da Educação para a aquisição do imóvel, o que se deu no ano de 1994, e foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), em 28 de março de 1995, sob o número 1359068, conforme Registro do Imóvel. Cabe trazer luz a conclusão do processo de tombamento nacional do espaço, pois, mais uma vez se observa a importância do mesmo para a construção da identidade da cidade de Juiz de Fora:

A conclusão a que chegaram as autoras foi a de que o CTC “embora não contenha valores conceituais ou de forma no que se refere à arquitetura e às artes plásticas, possui componentes históricos que o transformam em testemunho de uma época, em que a cidade de Juiz de Fora desempenhou uma posição privilegiada, como polo industrial e demográfico da Zona da Mata de Minas Gerais”. Enfatiza-se neste momento a importância local como documento de uma época em que Juiz de Fora teve significativa expressão (SILVA, 2006, p. 68).

Assim que assume o CTC, a Universidade, por meio de Termo de Acordo (Anexo B) firmado com a Administração Municipal, com a finalidade de estabelecer “diretrizes para a administração do Cine Theatro”, determina que as diretrizes administrativas serão estabelecidas por um Conselho Diretor e executados por intermédio da Funalfa. O termo data de 09 de fevereiro de 1995 e teria validade por quatro anos. Para o Conselho, o termo determinou a seguinte composição: três membros indicados pelo Reitor da UFJF e dois membros indicados pelo Prefeito Municipal, “escolhidos dentre pessoas de notória atuação e amplo conhecimento de atividades artísticas culturais, podendo solicitar assessoria especializada no que tange às programações” (Anexo B).

Mesmo depois de todo esse percurso, devido às péssimas condições em que se encontrava, seria necessário um grande processo de restauro do espaço, antes que ele pudesse voltar a funcionar e atender aos anseios da população que havia se mobilizado para vê-lo de

pé e em funcionamento. O *site* do CTC resume esse processo, que teve início em janeiro de 1996, com valor orçado em milhões de reais, capitado através da Lei do Mecenato:

Seria preciso remover camadas de tinta, poeira, mofo e descaso para redescobrir o esplendor do Cine-Theatro Central do passado. O resgate de um patrimônio como este era algo complexo e demandava mão-de-obra especializada e recursos que só seriam reunidos com o empenho de muitas fontes.

O caminho se abriu com a inclusão do espaço cultural no Programa de Incentivo à Cultura, a Lei do Mecenato, o que possibilitou o apoio financeiro de grandes empresas ao projeto de restauração, beneficiando-se, em contrapartida, de incentivos fiscais. Não demorou para que toda a verba fosse captada e a reforma, orçada em aproximadamente R\$ 2 milhões, tivesse início em janeiro de 1996.

A recuperação ficou sob o encargo da empresa especializada Espaço-Tempo, de Belo Horizonte, vencedora da concorrência realizada para contratar a restauração. Durante mais de oito meses, quatro restauradores profissionais coordenaram as células de trabalho de equipes formadas por estudantes de artes, arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, que se equilibraram sobre uma plataforma de 500 metros quadrados para a tarefa de limpeza, fixação e restauração das pinturas de Ângelo Bigi no forro.

Sob nada menos do que sete camadas de tinta, os restauradores localizaram, no foyer do teatro, quatro figuras femininas que integravam a ornamentação artística original, de autoria de Bigi, mas há muito encobertas e, portanto, desconhecidas do público atual. A retirada de pinturas das paredes também revelou desenhos decorativos do artista italiano nas escadas, no balcão e na boca de cena.

Todo o trabalho, que foi acompanhado atentamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), incluiu obras de recuperação do prédio, com troca de telhado, reforma de instalações elétricas, de poltronas e camarotes, instalação de equipamentos e mecânica cênica, que colocaram a engrenagem do velho teatro em funcionamento outra vez (CTC, s.d.).

Figura 8 – Restauração 1



Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

Figura 9 – Restauração 2



Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.

Terminado o período do restauro, no dia 14 de novembro de 1996, o CTC é reinaugurado com a apresentação da Orquestra Sinfônica Brasileira. No entanto, o evento não foi aberto à população, apenas para convidados. A intenção da retomada da vocação do CTC como espaço democrático e popular foi registrada pelo então coordenador de cultura da UFJF, em matéria do Jornal Tribuna de Minas, no dia da reinauguração:

A festa, só para convidados, de reinauguração, às 20h, traz à cidade a Orquestra Sinfônica Brasileira, um símbolo de resistência musical no país. O Central é um ícone a guardar memória cultural de Juiz de Fora e o concerto da OSB com o regente Roberto Tibiriça, confere ao evento a importância da valorização dos músicos brasileiros. O Central, como casa de espetáculos, já abrigou desde óperas a grandes filmes, além de peças teatrais, shows e concertos sem distinção entre o erudito e o popular. O Cine-Theatro Central se afirmou nesses 67 anos como casa de espetáculos democrática e, segundo o coordenador de cultura da UFJF, Gilvan Procópio, a intenção é reafirmar, a partir de agora, esta vocação democrática e popular (SANGLARD, 1996b, p. 2).

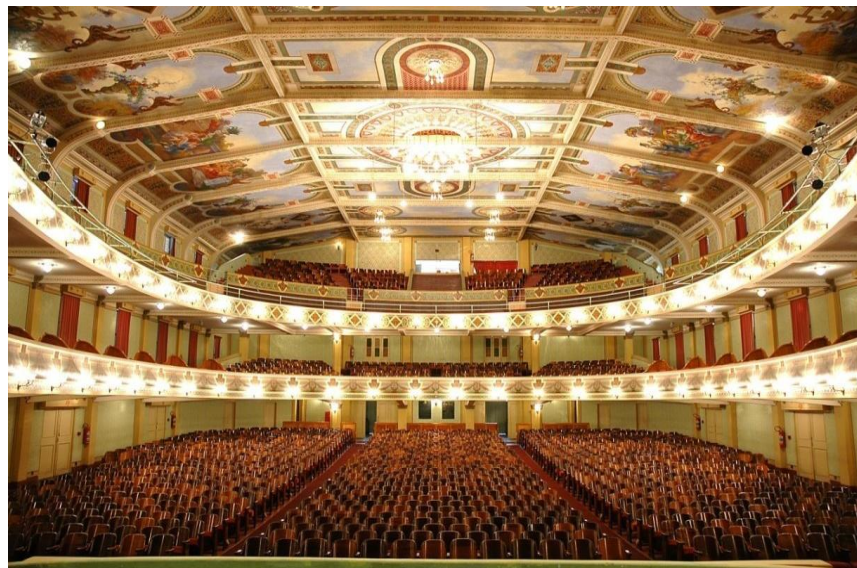
O jornal Tribuna de Minas lança, em 20 de novembro de 1996, um Caderno 2 “Especial Cine-Theatro Central”, com o título “Templo da fantasia” no qual, dentre outras informações sobre o CTC, sobre a negativa dada pelo IPHAN para ocupação de ambulantes em seu entorno, e traz a entrevista do maestro Roberto Tibiriça, da Orquestra Sinfônica Brasileira, feita pelo jornalista Jorge Sanglard (1996a) que havia se apresentado na reinauguração do CTC. Ao ser questionado sobre a possibilidade de o CTC habilitar a cidade

no sentido de integrá-la ao circuito cultural de grandes produções devido a sua capacidade, o músico declara:

Isso é importantíssimo e, com essas acomodações, com esses camarins e toda a estrutura que tem o Central, vocês podem pertencer ao circuito nacional e internacional de música erudita e de teatro. O Central está capacitado para receber qualquer tipo de espetáculo. E isso é importante para Minas e para o país. O teatro tem até um pequeno fosso para orquestra e, assim o Central poderia receber até uma ópera de pequeno porte. Estou muito impressionado com o teatro. Tanto São Paulo como o Rio e, agora, vocês em Juiz de Fora, não podem ficar fora do circuito internacional de música. Tem que continuar trazendo grandes orquestras no Central, tem que continuar trazendo grandes solistas internacionais. Não podemos ficar alheios ao que acontece. Temos que prestigiar o artista nacional, mas não podemos breçar o internacional (SANGLARD, 1996a, p. 2).

Observa-se que a declaração do maestro vai ao encontro do processo de tombamento do IPHAN, a respeito da importância do CTC para Juiz de Fora e para o país, pela sua capacidade de receber grandes espetáculos e incluir a região na rota das grandes companhias teatrais e musicais foi ressaltada. Nesse sentido, vale o registro de alguns grandes nomes que já se apresentaram no CTC: Milton Nascimento, Chico Buarque, João Gilberto, Paulo Autram, Cia de Ballet Débora Colker, Cia. Nacional de Dança da Bielo-Rússia, o pianista Arthur Moreira Lima, o apresentador e humorista Jô Soares e a bailarina Ana Botafogo, dentre outros.

Figura 10 – Interior do CTC a partir do palco



Fonte: Arquivo Cine Teatro-Central.

Figura 11 – Interior do CTC a partir da galeria 3º andar



Fonte: Arquivo Cine Theatro-Central.

A parceria de gestão entre a UFJF e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora durou até o ano de 2001, quando a administração passou a ser exercida pelo representante da UFJF, através da Fundação de Apoio a Educação e a Pesquisa (Fadep).

O Regimento Interno do Cine-Theatro Central, cuja última versão data de 2007, altera a configuração administrativa do CTC, que passa a ter em seu conselho um membro da Fadep, além de dois supervisores, designados pela ProCult:

Título II – DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 2º – A estrutura administrativa do Cine-Theatro Central da UFJF abrange os seguintes órgãos internos:

I – o Conselho do Cine-Theatro Central, composto por 9 (nove) membros, a saber:

a – o Pró-reitor de Cultura da UFJF, ou o representante por ele indicado, que exercerá a presidência;

os 2 (dois) Supervisores do Cine-Theatro Central da UFJF (arts. 5º e 6º);

b – 3 (três) outros representantes da UFJF, indicados 1 (um) pela Associação dos Professores de Ensino Superior, 1 (um) Diretório Central dos Estudantes e 1 (um) Associação dos Servidores;

c – 2 (dois) representantes da Prefeitura de Juiz de Fora;

d – 1 (um) representante da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão – Fadep.

II – a Supervisão Administrativa, a cargo de 1 (um) Supervisor, e os funcionários a ele diretamente vinculados, conforme determinação do Pró-reitor de Cultura;

III – a Supervisão de Produção, a cargo de 1 (um) Supervisor, e os funcionários a ele diretamente vinculados, conforme determinação do Pró-reitor de Cultura (CTC, 2018a, p. 2).

Em 2016, a partir de decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), a administração passa a ser executada exclusivamente pela UFJF, o que tendia a engessar os processos, uma vez que a administração via Fadepe não requeria que todo processo de gestão fosse executado sob às normas vigentes de compras e contratos do setor público, tais como licitações e pregões públicos. Em entrevista ao jornal Tribuna de Minas (2015), o diretor do CTC à época explicou que o processo trouxe alguns entraves burocráticos que fizeram com que o espaço permanecesse fechado para eventos externos durante um tempo para adaptação e para abertura do processo que trouxe clareza e transparência às ocupações, o Edital Público de Ocupação:

A abertura da seleção objetiva dar mais clareza e transparência ao processo de ocupação do espaço que, desde segunda-feira, 23, passou a ser gerido exclusivamente pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Até então, a gestão financeira do Central estava sendo coordenada pela Fadepe (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento, Ensino, Pesquisa e Extensão), contrariando a decisão final do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2009.

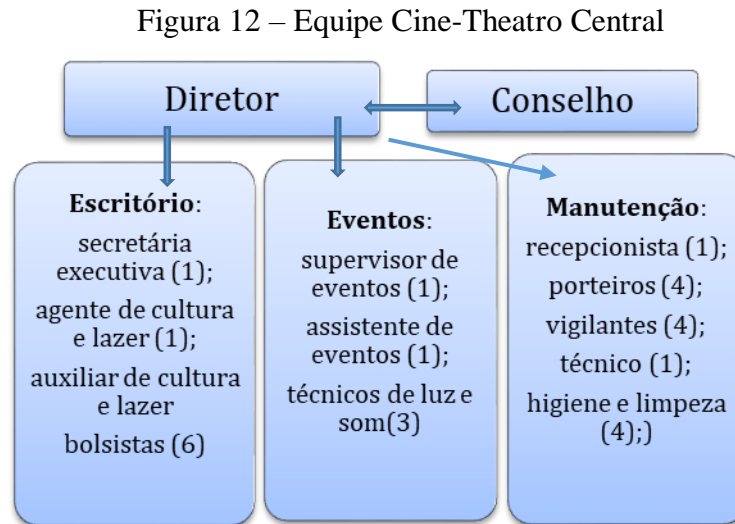
Responsável por apoiar institucionalmente a UFJF, em projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a fundação já não se enquadrava no suporte ao teatro, visto que o espaço não se caracteriza como projeto, mas como órgão suplementar. Com os entraves burocráticos, o teatro só pôde receber eventos institucionais de caráter beneficente e filantrópico ou apoiados por leis de incentivo, além de formaturas. (LOURES; MORAES, 2015, s/p).

A partir de então, para ocupação do seu espaço, o Cine-Theatro Central lança editais públicos de ocupação, firma Termo de Permissão de Uso com as produções e realiza suas aquisições de materiais e contratos de quaisquer tipos através de termos de referências e pregões que devem obrigatoriamente seguir a legislação federal vigente. Os editais serão descritos na seção seguinte, que apresenta o teatro na contemporaneidade.

2.2.2 Utilização contemporânea

Atualmente, a equipe do Cine-Theatro Central é composta pelo diretor, por uma secretária executiva, por um servidor cedido pelo Ministério dos Transportes e por profissionais terceirizados, a saber: um supervisor de eventos, um agente de cultura e lazer, um auxiliar de agente de cultura e lazer, três técnicos de luz e som, um encarregado da manutenção, uma recepcionista, duas equipes de higiene e limpeza (com dois funcionários por turno), quatro porteiros, quatro seguranças, quatro bolsistas que atuam no Projeto Visita

Guiada e três que atuam no Programa de Apoio a Produção do Cine-Theatro Central., conforme Figura 12:



Fonte: Compilado pela autora.

Para a análise dos projetos recebidos, o planejamento de ações de preservação e conservação, a formulação de propostas de convênios e contratos, a fixação da tabela de preços, dentre outras funções previstas pelo seu Regimento, o Cine-Theatro Central conta com um Conselho Diretor composto pelo diretor do teatro, pelo supervisor de eventos, pelo auxiliar de cultura e lazer, por um representante do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (SINTUFJUF), dois representantes da prefeitura ligados à Funalfa, secretariado pela secretária executiva e presidido pela Pró-Reitora da Cultura. As reuniões acontecem mensalmente e as atas são registradas e arquivadas. Essa nova constituição administrativa e composição do Conselho ainda não constam no Regimento Interno do CTC, que permanece com a constituição da época da Administração via Fadepe, de 2007. A função de diretor do teatro também não consta no documento. Oficialmente, o cargo que possui a vinculação de função gratificada (FG) é de Supervisor Administrativo.

Quando da sua criação, a maioria dos eventos que aconteciam no teatro eram produzidos pela Companhia que o administrava. Contudo, quando passa a ser gerido pela Universidade, uma instituição pública federal, há uma mudança de cenário no que tange às produções dos eventos. As ocupações passam a se dar, prioritariamente, via edital aberto a toda comunidade, que possui como objetivos:

- a) Colaborar com a política de transparência, publicização e democratização do acesso de artistas e produtores aos projetos e pautas nos equipamentos públicos em consonância com as diretrizes dos órgãos de controle;
- b) Divulgação, circulação e acesso aos bens culturais e o fomento de novos talentos da produção cultural no cenário local e nacional;
- c) Difundir o fazer das mais diversas artes e ações de desenvolvimento em espaço cênico destinado a este fim (CTC, 2018a, p. 1).

Nele, há a previsão do número de datas a serem disponibilizadas durante um determinado período, normalmente de um ano. Há três modalidades de ocupação, a Chamada Pública, o Edital Luz da Terra e a Demanda Espontânea. Tanto a Chamada Pública quanto a modalidade Demanda Espontânea são abertas a todos os tipos de produtores. A diferença entre elas é que na Chamada Pública se oferece uma maior possibilidade de datas às produções, uma vez que todos podem concorrer a qualquer data coberta pelo Edital. A Demanda Espontânea é destinada à ocupação das vagas ociosas desse edital principal, que exige que o produtor apresente sua proposta com 30 dias de antecedência da data pleiteada, passando pela mesma análise dos demais projetos encaminhados para “Chamada Pública” (CTC, 2018a). O Luz da Terra, que possui edital próprio, é oferecido apenas a produtores locais, que comprovem essa condição. Por ser uma ação em prol do fomento à cultura será melhor descrito a seguir.

O Edital, publicizado através do Diário Oficial da União, de um jornal local de grande circulação e através do *site* da Universidade e do Cine-Theatro, determina a documentação necessária para a apresentação dos projetos a serem analisados pelo Conselho a partir dos seguintes critérios: mérito, exequibilidade, relevância cultural e diversidade (CTC, 2018a). Após conseguirem a aprovação do Conselho, os produtores assinam um Termo de Permissão Onerosa (ou não-onerosa) de Uso e realizam o pagamento, via Guia de Recolhimento da União (GRU), a título de reserva, no valor de 15% do total do aluguel fixo. Três dias antes do evento, o total do aluguel deve ser pago, também através de GRU. No dia do show, quando há o fechamento da bilheteria, é feito o borderô final⁴ com os valores arrecadados e, caso 10% do valor total arrecadado seja maior do que o valor já pago pelo aluguel, o produtor receberá uma nova GRU com o valor complementar a ser pago, conforme Termo de Uso (CTC, 2018a).

Os Termos de Permissão de Uso preveem também que a produção deverá entregar à UFJF 32 ingressos da plateia e 3 camarotes em cada apresentação. Os ingressos da plateia, até o final de 2016, eram destinados aos membros do Conselho e 18 para sorteio para

⁴ Planilha final com o total do valor arrecado com a venda dos ingressos.

comunidade acadêmica, via programa SIGA da Universidade – seis para professores, seis para TAEs e seis para alunos. Contudo, em função da interdição parcial do CTC⁵, ocorrida nesse ano, os sorteios foram suspensos, enquanto o teatro esteve parcialmente interditado, mas já voltaram a acontecer.

Ocorrem também ocupações por eventos institucionais, como a colação de Grau Unificada da UFJF e do Colégio João XXIII. Atualmente, em função do fechamento do teatro Pró-Música para obras, o Central tem recebido os concertos do Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga promovida por aquele teatro, bem como as oficinas realizadas pelo evento. A Instituição realiza a cessão do espaço para projetos de cunho filantrópico e cultural popular como, por exemplo, em 2017, o Encontro de Bandas Militares, O FESTCOROS, e a apresentação do “Nerso da Capitinga” com renda revertida para o Abrigo Santa Helena.

As escadarias do CTC também servem palco para apresentações artísticas e culturais. Artistas e produtores solicitam a utilização do espaço, através de formulário próprio, para fazer uso do espaço, desde que tenham o projeto aprovado pela direção. Esses eventos ocorrem, normalmente, no horário do almoço, após o final do expediente, ou aos sábados. O CTC pode, a pedido, ceder ligação de energia e caixa de som.

A ação regularmente promovida pela Universidade Federal como fomento à democratização e acesso à cultura é o Projeto Luz da Terra, que incentiva produtores locais a apresentarem seus espetáculos na casa, disponibilizando, em média, 15 datas por ano, com preços diferenciados ou isenção de taxa. A introdução do último Edital, publicado no ano de 2017 para ocupação em 2018, exalta esse caráter de promoção da cultura local:

A criação da Pró-Reitoria de Cultura, em 2006, abriu as portas para solucionar uma antiga demanda de artistas e produtores da cidade ávidos pela chance de ocupar um dos palcos mais importantes do país, o Cine-Theatro Central. Estava elaborado o projeto que, em caráter de continuidade, vem proporcionando, desde 2007, o encontro das artes locais com esse ícone da cultura municipal que se tornou patrimônio histórico nacional, a fim de reverenciar a todos aqueles que se empenham em cultivar o teatro, a literatura, a dança e a música em todas as suas nuances. O ideal de democratizar o acesso a trabalhos relevantes e de qualidade chega a 2018 destacando uma relação ainda mais estreita entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e o melhor da criação artística local. (CTC, 2018b, p. 1).

⁵ Em 2016, a interdição se deu em função do CTC ainda não haver conseguido renovar a licença do AVCB do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, que requeria uma reforma na área tombada pelo IPHAM, no segundo e terceiro andar do edifício. A UFJF através do Ministério Público assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Corpo de Bombeiros para que o teatro permanecesse funcionando durante o processo para a renovação da licença e foi liberado o uso do 1º andar até 30 de abril de 2019.

O projeto em questão teve sua origem no ano de 2007, logo após a gestão da casa passar para a ProCult. Chamava-se inicialmente projeto Sérgio Lessa, em homenagem ao ex-aluno da UFJF, ator, diretor e produtor, co-fundador do grupo de teatro Divulgação, que durante 30 anos dedicou-se ao teatro. Atualmente, denominado Projeto Luz da Terra em referência a outro importante nome do teatro local, Robson Terra, o projeto, que tem caráter contínuo, até 2017, era o único evento, regularmente, promovido pela ProCult, através do CTC, com essa finalidade de promoção e democratização da cultura local.

Após o lançamento do Edital, os produtores locais, que comprovem moradia na cidade de Juiz de Fora, por pelo menos três anos, apresentam seus projetos e as datas pretendidas. Os projetos são analisados por uma comissão nomeada pela ProCult para esse fim, composta por nomes de destaque na cultura local. A análise e o julgamento das propostas seguem os seguintes critérios, conforme Edital:

1. Originalidade, ineditismo, relevância artística e expressão cultural 30%
2. Relevância artístico-cultural em relação à cidade 20%
3. Extensão cultural e social da proposta 15%
4. Apresentação de estratégias de divulgação 15%
5. Explicação da viabilidade de realização 10%
6. Equipe técnica - composição 10% (CTC, 2018b, p.7-8).

Também é desenvolvido pelo teatro o Projeto Visita Guiada que, apesar de já existir desde 2014, foi reformulado recentemente, em 2017, e tem como finalidade o acompanhamento técnico às visitas, previamente agendadas, em grupos ou individuais. Os bolsistas explicam aos visitantes cada detalhe da construção, da história, das minudências dos afrescos e curiosidades do teatro, com uma duração média de 40 minutos. O projeto desdobrou-se na versão voltada para as crianças, o “Visitinha guiada”, com linguagem apropriada, maior ludicidade e uma abordagem da responsabilização pela manutenção do patrimônio. Em 2017, o projeto recebeu o prêmio “Amigo do Patrimônio”, da Prefeitura de Juiz de Fora. Há previsão de ampliação de formato a fim de torná-lo mais interativo e atraente ao público, principalmente, o infantil. No entanto, essa ampliação requer financiamento para aquisição de ferramentas, que ainda não está autorizada.

Em 2018, a direção do teatro iniciou um novo projeto, chamado “Palco Central”. Nele, há shows intimistas onde tanto artistas quanto público ocupam o mesmo espaço: o palco do teatro. O projeto funciona em caráter experimental neste ano, e contará com apresentação de artistas locais. Para os próximos anos, a ideia é lançar um Edital para selecionar os artistas,

que serão escolhidos por uma Comissão e receberão cachê para apresentação. Dessa maneira, pretende-se valorizar os artistas locais, ainda que com um público menor.

No Quadro 1 e na Figura 13, a seguir, apresentamos um recorte das ocupações realizadas no período de 21 de agosto de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Os eventos estão separados por tipos de produção, da seguinte maneira: “produção externa” – aquela oriunda do edital de ocupação principal, que paga o aluguel ao Theatro; “cedidos” – isentos da taxa, por cessão da Universidade ou através de parceria com o CTC; “Luz da Terra” – advindos do Edital que visa o fomento à cultura local; e “UFJF” – as produções institucionais da Universidade, das produções que aconteceram e daquelas que estão previstas para acontecer.

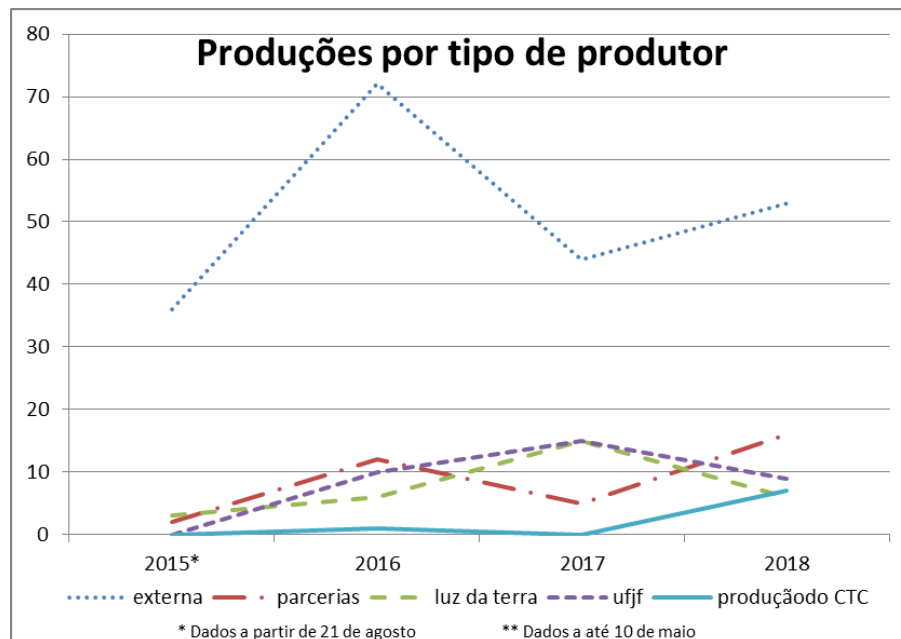
Quadro 1 – Produções por tipo de produtor

Produção	2015*	2016	2017	2018
Externa	36	72	44	53
Parcerias	2	12	5	16
Luz da Terra	3	6	15	6
UFJF	0	10	15	9
Produção do CTC	0	1	0	7
Total	41	101	79	91

* Dados a partir de 21 de agosto.

Fonte: Elaborado a partir dos dados do *site* do CTC⁶.

Figura 13 – Produções por tipo de produtor



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do site do CTC⁷.

⁶ Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/programacao-2/>. Acesso em: 11 set. 2019.

⁷ Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/programacao-2/>. Acesso em: 11 set. 2019.

É possível notar, a partir dos dados apresentados, que a intervenção do Cine-Theatro na produção de eventos cresceu em 2018, saindo do zero em 2017 e chegando a sete eventos, o que sinaliza que a atual gestão tem buscado a ampliação de sua atuação. No entanto, comparando com os números das produções externas, que, em 2018, totalizou 53 projetos, observa-se que os números das produções próprias ainda são pequenos.

Esses dados demonstram pouca proatividade na produção de eventos com vistas à democratização do acesso às Artes no CTC por parte da gestão do Teatro, se comparado ao perfil de gestão cultural realizado tanto pela UFJF, quanto pela ProCult, como apresentados no início deste estudo, esses demonstram gestão ativa e atuante na promoção de eventos culturais e na fruição das artes. Cumpre esclarecer que o Projeto Palco Central foi idealizado pela direção do teatro, mas precisou da parceria da ProCult para que se realizasse, uma vez que não havia previsão para esses recursos.

Observa-se, também, que a mudança da gestão privada, para gestão pública não alterou o perfil de eventos e de frequentadores do teatro. A grande maioria dos eventos ainda é trazido por produtores da iniciativa privada, e os espetáculos têm o ingresso com custos elevados, o que, em grande parte, restringe o acesso a parcela da população com poder aquisitivo mais alta.

Considerando a tendência ao aumento no número de produções apresentada no Quadro 1, e o perfil de gestão cultural proativo da Instituição, pode-se inferir que há interesse por parte da administração em realizar maior número de produções. Para tanto, no capítulo posterior, especialmente, através da entrevista com os gestores serão pesquisados os possíveis entraves para o desenvolvimento dessa proatividade a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim.

3 REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA CULTURAL

Sob a perspectiva de que o fomento à cultura é uma das vertentes da ampla missão da universidade pública, a partir da observação do reduzido número de produções realizadas pelo próprio teatro nos últimos anos, o caso de gestão em torno do qual esta pesquisa se debruça aborda a possível ampliação da capacidade da UFJF nesse sentido, através de projetos voltados para esse fim, por meio de uma de suas ferramentas de cultura: o Cine-Theatro Central. Para tanto, este capítulo tem por objetivo a reflexão acerca da gestão pública cultural e do lugar da universidade pública neste contexto. Pretende-se que a análise consubstancie este caso de gestão.

A metodologia de pesquisa é colocada na primeira seção para que haja um entendimento acerca do percurso traçado e dos métodos aqui utilizados. A revisão da literatura, com vistas a fundamentar a atuação da UFJF no sentido da ampliação e democratização do acesso à cultura, que apresentará as conceituações de Bourdieu (apud SILVA, 1995; apud SOUZA, 2017) acerca de capital cultural, aliadas a perspectiva desenvolvida Even-Zohar (2015) de “bem” e “ferramenta” cultural, será apresentada a seguir juntamente com as observações de Chauí (2003), Perlatto (2013) e Kawasaki (1997), que contribuirão para análise acerca da missão da universidade pública no atual contexto da política nacional.

O estudo comparativo apresentará três programas de fomento à cultura, desenvolvidos por três universidades públicas distintas, para que, além de fortalecer a questão da missão das instituições nesse campo, seja possível observar a maneira como eles acontecem, no que se refere à questão dos ritos dos processos.

Os dados e a análise das entrevistas com os atuais gestores do espaço virão em sequência para que se construa um entendimento acerca do perfil da atual gestão, bem como dos possíveis entraves que vêm dificultando as ações e gerando essa baixa produção de eventos. Essas análises fundamentam o último capítulo, que visa a construção de procedimentos para criação de projetos a serem desenvolvidos no âmbito do CTC.

3.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Iniciando o percurso da sistematização deste trabalho, cujo foco consiste em um objeto de análise social, portanto de Ciências Sociais, cumpre trazer a observação de Mynaio (2001) sobre as características dessa ciência que a difere das demais. Para exemplificar as

características desta Ciência apresentadas pela autora, usamos o nosso objeto de estudo, justificando, assim, o modelo de estudo realizado.

A primeira característica elencada por Mynaio (2001) se dá em função do caráter provisório. O objeto da Ciência Social é histórico, isso porque há sempre um devir, a sociedade muda constantemente e essa condição confere às Ciências Sociais especificidades, como “a provisoriedade, o dinamismo e a especificidade são características fundamentais de qualquer questão social” (MYNAIO, 2001, p. 13). A história do CTC muda a todo momento. O monumento permanece estanque, mas as ações realizadas pelos agentes podem alterar seu percurso na história, sempre em construção.

Como resultado dessa primeira característica, Mynaio (2001) acrescenta a segunda especificidade, a consciência histórica. Isso porque a sociedade, grupos e indivíduos e, não apenas o investigador, imbuem significado e intencionalidade às ações. Como pesquisadora, tenho minhas próprias intenções e opiniões acerca do objeto desta pesquisa. Contudo, todos aqueles que estão envolvidos com o CTC têm suas proposições, ideias e intenções para o teatro. Ou seja, possuem consciência histórica.

A terceira característica das Ciências Sociais diz respeito à identidade entre o sujeito e o objeto. Para ilustrar essa característica, a autora cita Lévi-Strauss: “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação” (LEVI-STRAUS, 1975, p. 215 apud MYNAIO, 2001, p. 14). Essa relação de identificação entre o objeto e o sujeito nesse estudo materializa-se nesse estudo, pois, além de realizar a pesquisa acerca da gestão do CTC, exerço minhas atividades laborais no teatro, assim, como dito por Lévi-Strauss, também faço parte do universo observado.

O caráter ideológico presente nas Ciências Sociais é outra característica assinalada por Mynaio. Nesse sentido, a autora observa que:

Outro aspecto distintivo das Ciências Sociais é o fato de que ela é intrínseca e extrinsecamente ideológica. Ninguém hoje ousa negar que toda ciência é comprometida. Ela veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento. No entanto, as ciências físicas e biológicas participam de forma diferente do comprometimento social, pela natureza mesma do objeto que coloca ao investigador. Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Trata-se aqui de uma condição da pesquisa que deve ser incorporada como critério de realidade e busca de objetivação (MYNAIO, 2001, p. 15).

Por ser essa uma característica intrínseca, é necessário que fique claro ao leitor a partir de qual lente fizemos nossas escolhas. Ou seja, olhamos para o CTC a partir de um ponto de vista, de uma construção histórica, com algumas intensões e que pretendemos deixar o leitor ciente de nossas escolhas, assim como a instituição e todos os agentes que se apresentam nesse percurso.

Por último, a autora afirma que o objeto das Ciências Sociais é “essencialmente qualitativo” (MYNAIO, 2001, p. 16). Isso porque não há uma maneira de conter a natureza da realidade social e seu dinamismo, mas sim a capacidade de fazer aproximação dessa realidade através de instrumentos e teorias, um conjunto de técnicas de abordagem:

Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedades, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. Para isso, ela aborda o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações (MYNAIO, 2001, p. 15).

Para este trabalho, os instrumentos da pesquisa que contribuíram com a construção do estudo qualitativo são as entrevistas com os gestores, os estudos comparativos com projetos de outras universidades públicas, as revisões documentais acerca do CTC e da UFJF e as revisões bibliográficas sobre a cultura e a missão da universidade pública acerca da gestão cultural, que nos ajudarão a observar essas expressões humanas. É também nesse sentido de observação do conjunto das expressões humanas que envolvem um objeto de estudo que a perspectiva qualitativa busca analisar. Godoy (1995) colabora com a explicação, observando que há no contexto da análise qualitativa do fenômeno social vários pontos de vistas que devem ser considerados na construção desse estudo:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 2005).

Para traçar o caminho a ser seguido, que pretende analisar o objeto de estudo através da pesquisa qualitativa, faz-se necessário esmiuçar a descrição da metodologia de pesquisa adotada. Para esclarecer o que seria o método, apresenta-se a explicação de Lakatos e Marconi (2005):

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (LAKATOS; MARCONI, 2005, p. 83).

Diversas são as estratégias que podem ser utilizadas na busca do alcance do objetivo traçado. Para este estudo, que envolve um fenômeno social contemporâneo: a gestão do Cine-Theatro Central, a escolha da estratégia a ser seguida foi a do Estudo de Casos.

Essa escolha se deu em função de ser uma estratégia que, como considerado por Yin (2001), é a que melhor atende aos estudos de pesquisa cuja questão norteadora da pesquisa é do tipo “como”. Vale lembrar que nossa questão é: de que maneira (como) seria possível potencializar a atuação do CTC em prol da cultura, a partir da sistematização de procedimentos para projetos voltados para esse fim?

Continuando a explicação acerca das escolhas de estratégias de pesquisas no campo das Ciências Sociais, Yin (2001) pondera que o Estudo de Casos possibilita, além da utilização das técnicas da pesquisa histórica, a observação direta e o uso de entrevistas, que ampliam a capacidade de repertório do pesquisador. Isso oportuniza a verificação contemporânea do fato e leva em conta que não há controle sobre os fatos observados. Nas palavras do autor:

O estudo de caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações- além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional. Além disso, em algumas situações, como na observação participante, pode ocorrer manipulação informal (YIN, 2001, p. 17).

Para o alcance da resposta à nossa questão norteadora, busca-se fazer análise das diversas situações, escolhas e ações que formam o atual contexto de produção do Cine-Theatro Central.

A proposição teórica desse estudo consiste na capacidade da Universidade Federal de Juiz de Fora, enquanto ativa gestora pública de cultura, tornar mais proativo um de seus equipamentos culturais, o CTC. Para tanto, iniciamos a construção de evidências a partir da referência bibliográfica e pesquisa documental a fim de demonstrar o perfil histórico de gestão cultural exercida pela universidade, alinhando ao referencial teórico aqui apresentado, no que tange à missão da universidade pública. Dessa maneira, foi apresentado um estudo sobre a atuação da UFJF no campo cultural da cidade e região, demonstrando sua capacidade em desenvolver ações e projetos variados e de grande alcance social.

Para a compreensão da importância do Cine-Theatro Central para a cidade e região, foram apresentados, no primeiro capítulo, estudos bibliográficos e a revisão de documentos, além de uma pesquisa em jornais da época, que demonstram o percurso histórico da casa de espetáculos, que faz parte na construção da identidade juiz-forana. A revisão bibliográfica contribuiu com a construção da reflexão acerca da missão da universidade pública sobre a Gestão Cultural e foi parte constituinte das teorias que embasam as análises das entrevistas.

Outro eixo de análise observado nessa pesquisa é a própria Administração Pública, uma vez que, apesar da autonomia de gestão, seus ritos estão submetidos, também, às universidades. O estudo comparativo foi escolhido para que se conheçam algumas ações artístico-culturais desenvolvidas por outras universidades públicas federais. Para essa escolha, levou-se em conta, apenas, a diversidade dos estados da federação: Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), Universidade de São João Del Rey (MG) e Universidade Federal de Santa Catarina (SC). Acredita-se que esses projetos poderão, também, colaborar com a proposta a ser desenvolvida no terceiro capítulo.

Buscando avançar na pesquisa, as entrevistas com os atuais gestores do CTC colaboraram com a construção do perfil de gestão atual e identificação de possíveis dificuldades para execução de projetos para que se possa tornar a administração do espaço mais ativa na proposição de projetos que visem o fomento e a democratização do acesso à cultura. A entrevista semiestruturada foi o instrumento escolhido por oportunizar o contato com os atores sociais que vivem a realidade, objetivando a obtenção de dados que auxiliem a investigação.

Para essas entrevistas, um roteiro foi previamente elaborado com perguntas que buscam atingir os objetivos dessa pesquisa e organizar o processo de interação com o entrevistado. Há, contudo, um espaço para que novos questionamentos ajudem nesse percurso. Baseado em Trivinos (1987), Manzini (2004) explica que esse tipo de entrevista pode ter como embasamento tanto a linha fenomenológica, quanto a dialética:

Numa linha teórica fenomenológica, o objetivo seria o de atingir o máximo de clareza nas descrições dos fenômenos sociais. Assim, as perguntas descritivas teriam grande importância para a descoberta dos significados dos comportamentos das pessoas de determinados meios culturais. Numa linha histórico-cultural (dialética), as perguntas poderiam ser designadas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta seria determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno social (MANZINI, 2004, p. 3).

Nesta pesquisa, a segunda linha, histórico-cultural (dialética), com vistas às explicações e causas do fenômeno, foi escolhida, pois ajudou na elucidação de alguns pontos que faltavam para a composição da nossa reflexão. Os instrumentos aplicados, constantes nos apêndices deste trabalho, foram divididos em dois eixos de análise. O primeiro, Eixo 1, da Gestão Cultural no Ensino Público, e o segundo, Eixo 2, da Administração Pública. Esses eixos foram escolhidos por serem pontos-chaves para o entendimento do objeto de estudo.

A escolha pela aplicação das entrevistas aos gestores do ano de 2014 até os dias atuais se deu em função do recorte temporal apresentado por esta pesquisa e pela mudança observada do ano de 2015, que facilitou a produção de dados para essa observação. Todos os eventos produzidos, a partir dessa data, no teatro, estão registrados no *site* do CTC.

Dessa forma ficam assim identificados os participantes:

Quadro 2 – Identificação dos entrevistados

Pró-Reitora de Cultura	Pró-Reitora da UFJF	Pró-Reitora
Diretor CTC 2014-2016		Diretor 1
Diretor CTC 2016		Diretor 2
Diretor CTC 2017 - atualidade		Diretor 3

Fonte: Elaborado pela autora.

Os convites para as entrevistas foram enviados no dia 28 de maio de 2019, via aplicativo de mensagem de celular, com pequeno resumo do trabalho. Todos os convidados responderam prontamente e ficaram de verificar as agendas para escolha do dia, com exceção da pró-reitora, que, alegando ter vivido experiência anterior ruim em entrevista dada ao mesmo programa, solicitou o envio do arquivo com as perguntas por *e-mail*. Os diretores

foram ouvidos nas datas, horários e locais escolhidos por eles, entre os dias 28 de maio a 03 de julho de 2019, presencialmente, sem que conhecessem previamente as questões.

O Diretor 1 foi o primeiro a conceder a entrevista. Ainda no dia 28 de maio, às 16 horas, a entrevista aconteceu em um dos camarotes do CTC. Bem solícito, respondeu a todas as questões de maneira pausada e calma.

O Diretor 2 marcou a entrevista em um dos atuais locais de trabalho, uma sala com mais cinco pessoas em horário comercial. Assim, a dinâmica se deu em meio a um ambiente movimentado. No entanto, não houve interferências e o entrevistado respondeu a todas as questões com objetividade e boa vontade, no dia 27 de junho.

O último a ser ouvido, o Diretor 3, também marcou a entrevista no CTC, mais uma vez no camarote, em dia que não há eventos. No ambiente silencioso e calmo, o diretor respondeu de bom grado a todas as perguntas. A entrevista aconteceu em 2 de julho, às 15h.

A pró-reitora, que mostrou-se solícita em responder, mas solicitou que as perguntas fossem enviadas por *e-mail*, recebeu as questões no dia 10 de junho e reenviou o arquivo com as respostas no dia 02 de julho de 2019.

3.2 GESTÃO CULTURAL: O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Para análise do referencial teórico, primeiramente, é importante destacar o sentido do termo “cultura” aqui empregado. Para esse entendimento, iniciamos com a fala de Perlatto (2013), que confere ao termo o sentido de transformador do mundo a partir das experiências humanas:

O termo cultura provém do latim medieval e possui o significado de cultivo da terra. Sua transformação começa a partir da sabedoria acumulada no trato do ambiente natural e a experiência secular que pastores e agricultores acabaram conferindo ao termo cultura. Com efeito, o sentido de conhecimento intelectual, aplicado à ação transformadora do mundo, advém do entendimento antropológico que afirma que cultura diz respeito ao conjunto de experiências humanas, adquiridas ao longo da história, pelo contato social e acumuladas pelos povos através do tempo (PERLATTO, 2013, p. 19)

A cultura vista como a capacidade transformadora, essencialmente humana, repassada através do contato social é o que dá sentido a uma sociedade e forja sua identidade a partir de manifestações individuais, como aponta Borges Filho (2010) em seu estudo sobre as políticas culturais na educação.

Cultura, podemos dizer, é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferentes especificidades. Podemos dizer, também, que são práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no tempo e espaço. Referem-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e dão sentido à sociedade. A cultura explica e dá sentido à cosmologia social. É, enfim, a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período. Assim, o ato cultural é uma manifestação voluntária em um momento de liberdade (BORGES FILHO, 2010, p. 23).

Esse sentido de humanização confere à cultura um valor inestimável, pois por meio dela os indivíduos ampliam sua consciência sobre ser e estar no mundo. Engloba-se, nessa acepção, o conjunto de manifestações artísticas, como a música, a pintura, a dança, o teatro.

Contudo, conforme apontado pela arte-educadora Trojan (1996), refletindo acerca da importância da arte para humanização do homem, há um distanciamento desse sentido em relação a uma perspectiva meramente mercadológica da cultura e de suas manifestações artísticas, que as tornam restrita a poucos privilegiados. Segundo a autora: “E assim, transformando-se em mercadoria, tornou-se objeto supérfluo, luxo para aqueles que podem dispor de recursos que ultrapassam os limites das necessidades básicas de sobrevivência (TROJAN, 1996, p. 93).

Para melhor refletirmos acerca dessa “restrição” social que só beneficia pequena parte da sociedade, apresentamos as considerações feitas por Pierre Bourdieu⁸ (apud SILVA, 1995), sociólogo francês, que teve como objeto de estudo uma sociologia relacional, cujo foco estava nas relações entre os indivíduos e as classes sociais. Para esse autor, uma vez que a sociedade capitalista não possui mais uma hierarquização social piramidal fixa, as diferenciações são multidimensionais, as distinções e classificações são realizadas a partir da condição material do indivíduo:

O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de

⁸ Ampliando a concepção marxista, Bourdieu entende por capital não apenas o acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, além do capital econômico (renda, salários, imóveis), é decisivo para o sociólogo a compreensão de capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), capital social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um capital simbólico (aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social). Ou seja, desigualdades sociais não decorreriam somente de desigualdades econômicas, mas também dos entraves causados, por exemplo, pelo déficit de capital cultural no acesso a bens simbólicos. (PEQUENO glossário das teorias de Bourdieu. **Revista Cult**. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social, ou em outras palavras, pela descoberta de poderes ou formas de capital que podem vir a atuar como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (ou competição) pela apropriação de bens escassos... os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar, o capital cultural, ou melhor, o capital informacional em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas, que consiste em recursos baseados em contato e participações em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital torna uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos. (BOURDIEU, 1987, p. 4 apud SILVA, 1995).

Dessa maneira, a arte e a cultura configuram como bens simbólicos, representativo de poder, um capital cultural, capaz de conferir àqueles que têm acesso a ela, status e reconhecimento social. Sob esse viés, podemos inferir que o Cine-Theatro Central é um bem constituinte de um capital simbólico, como descrito por Bourdieu. Se por um lado, oportuniza a inserção de Juiz de Fora no circuito nacional de grandes apresentações culturais, por outro, observa-se que, desde sua criação, por uma empresa privada, foi construído para atender a uma parte da sociedade, aquela que possuía capital econômico, tornando-se símbolo representativo do seu “refinamento”.

Para ilustrar essa afirmação, recortamos um trecho de uma matéria veiculada à época da inauguração, apresentada no primeiro capítulo, que evidencia esse bem como símbolo status de parte da sociedade:

[...] Ali estava uma vitória da sociedade juizforana, a prova concreta de seu refinamento, um templo de cultura que colocaria a cidade na rota das produções culturais nacionais e estrangeiras. Figuras da alta sociedade local e autoridades como o presidente da província em pessoa, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, prestigiaram a solenidade [...] (CTC, s.d.).

Reforçando essa característica representativa de marca social forjada pela cultura como bens semióticos, Even-Zohar (2015) também esclarece que:

Na concepção de uma cultura como bens, a cultura é considerada como um conjunto de bens valiosos, cuja posse significa riqueza e prestígio. O proprietário de tal conjunto pode usá-lo para mostrar suas riquezas. Este é um procedimento (uma prática) que pode ser adotada tanto pelo indivíduo, como por um coletivo organizado por indivíduos, especificamente, uma entidade social (EVEN-ZOHAR, 2015, p. 264).

No caso em questão, o CTC foi construído e administrado precipuamente por uma companhia que, também como já dissemos no capítulo anterior, pretendia construir uma rede

de cinemas na cidade. Como empresa privada, tinha como objetivo final o lucro. Além disso, os donos eram representantes da parte da sociedade que desfrutava do espaço e, assim, a posse desse patrimônio também configurava no *status* desses indivíduos.

Apesar dessa origem, ao longo dos anos, projetos executados no teatro, via poder público, tenderam a aproximá-lo de parte da população, que não tinha condições financeiras para frequentar a casa. Para um primeiro exemplo dessa alteração de curso, citamos as apresentações do “Teatro Experimental de Ópera”, cujo alguns programas constam no Anexo 1 deste trabalho. Tais apresentações gratuitas de arte erudita ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, sob a direção de professores da UFJF e “sob auspício da UFJF”. Essa mudança de perspectiva transforma o teatro, que passa possuir a capacidade de se configurar como um instrumento de ação cultural.

Sobre essa alteração, retornamos às explicações de Even-Zohar (2015), que postula que um “bem” cultural pode transformar-se em “ferramenta” cultural, convertendo-se ainda em uma ferramenta atuante e utilizável. Diz ainda que, quando um bem passa a pertencer a todos, aumenta na comunidade o sentimento de pertencimento “como um signo de comunidade e riqueza compartilhada” (EVEN-ZOHAR, 2015, p. 268).

O CTC passa a pertencer, legalmente, a todos quando é adquirido pela UFJF, um órgão público federal. No entanto, sua apropriação democrática depende da atuação política da instituição, o que nos leva a reflexão das políticas públicas nacionais para a área da cultura.

A Constituição Federal (CF) de 1988, seguindo legislação internacional já existente, confere à cultura *status* de direito, e busca a garantia dele a todos os cidadãos. Dessa maneira, em seu artigo 215, a CF anuncia: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. A cultura passa, a partir desse dispositivo, a ser alvo de políticas públicas, como os demais direitos resguardados pela Carta Magna (SNC, 2011).

Em se tratando de um direito social, as políticas públicas devem ser acionadas no sentido de garantir a todos e, não apenas a alguns privilegiados, o direito à cultura. Assim, as políticas públicas brasileiras se destinam à proteção do valor inalienável da cultura, já definido no início desta seção, em detrimento aos demais, como esclarece o Sistema Nacional de Cultura (SNC), sobre o posicionamento do, então, Ministério da Cultura (MinC):

No terceiro sentido, da cultura como fator de humanização do desenvolvimento econômico, associado à proteção da identidade e da diversidade cultural dos povos, cabe referência à participação do MinC na disputa em que se defrontam duas posições: a primeira sustenta que o bem cultural é uma mercadoria como outra qualquer, sujeita, portanto, unicamente às regras do mercado (competitividade e lucratividade); a

segunda entende que os bens culturais são portadores de ideias, valores e sentidos e destinam-se a ampliar a consciência sobre o ser e o estar no mundo. Assim considerados, é inadmissível submetê-los unicamente ao jogo do mercado, pois os valores que eles carregam envolvem a identidade e a diversidade cultural dos povos (SNC, 2011, p. 36).

Aprofundando um pouco sobre o termo Políticas Culturais, apresentamos a definição de Borges Filho (2010) que fala sobre a insipiência do termo que descende de outros amplos e complexos termos: cultura e política.

Políticas Culturais são formulações ou propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação consensual entre os teóricos. A complexidade subjacente a esta definição descende, inevitavelmente, de outros dois densos e amplos conceitos: Cultura e Política (BORGES FILHO, 2010, p. 22).

Um dos mais importantes alvos dessas políticas, consiste no financiamento dessas intervenções culturais. No Brasil, a política de financiamento pública mais comum na área da cultura ocorre através das leis de incentivos fiscais.

Com a finalidade de aumentar o investimento em obras, programas e projetos culturais, as leis de incentivo à cultura, em sua grande maioria, constituem-se de renúncias fiscais por esferas governamentais para que as empresas ou pessoas físicas possam financiar projetos culturais. Como explica, Costa (2013):

A lei de incentivo à cultura é um mecanismo que visa aumentar o investimento no setor, porque confere a esfera privada o direito de aplicar parte do valor de seu imposto de renda em projetos culturais. Desta forma, abre-se espaço para um investimento maior do que se dependesse apenas do orçamento federal ou da doação do setor privado (COSTA, 2013, p. 6).

O Estudos às Leis de Incentivo à Cultura, realizado pelo Serviço Social do Comércio explica que há três modalidades principais coberta pela renúncia fiscal:

São três as principais modalidades cobertas pelos incentivos fiscais: doação, patrocínio e investimento. Na primeira modalidade – doação –, há transferência de recursos aos produtores culturais (ou empreendedores) para a realização de obras ou produtos culturais sem que haja, por parte do incentivador, interesses promocionais, publicitários ou de retorno financeiro. A doação corresponde ao tradicional mecenato cultural. No caso do patrocínio – que diz respeito ao marketing cultural –, há transferência de recursos a produtores culturais para a realização de projetos culturais com

finalidades promocionais, publicitárias ou de retorno institucional. Por fim, o investimento refere-se à transferência de recursos a produtores culturais para a realização de projetos com a intenção de participação nos eventuais lucros financeiros. Nessa modalidade, a empresa considera o empreendimento cultural como um negócio (SERVIÇO, 2007, p. 17).

Municípios, estados e governo federal estabelecem critérios e áreas a serem atendidas pela verba oriunda das renúncias fiscais. Uma vez estabelecidas e publicizadas as regras, via Lei ou Edital, todos os agentes de cultura, produtores culturais, entidades públicas e privadas podem apresentar suas peças e projetos e concorrerem ao financiamento.

Esse tipo de financiamento tende a ser democrático, uma vez que, em sua grande maioria, é formada uma comissão para avaliação dos projetos com participantes de diferentes representações sociais. Por outro lado, a burocracia pode ser fator de dificuldade para o acesso a essas políticas por parcela de produtores e artistas. Nesse sentido, corre-se o risco de que algumas manifestações artísticas/culturais não consigam concorrer aos financiamentos.

Nesse ponto, retomamos a explicação feita por Borges Filho (2010) em que o autor busca demonstrar a relação intrínseca entre os termos “cultura e política”, e trazemos outro recorte de seu texto em que ele exemplifica essa relação através de sociedades como a romana, cuja cultura justificava o poder político do império, e de movimentos marcantes ocorridos em outros países, em que fica evidenciado que quando a cultura não interessa ao poder dominante, tende a ser reprimida, assim como os movimentos culturais que impulsionam as mudanças sociais, a cultura como resistência.

Para entender o que vem a ser política cultural, devemos exemplificar a atuação de alguns países nesse âmbito, demonstrando que manifestação cultural é também política. Em Roma, a cultura era um instrumento para justificar principalmente o poder. Foi utilizada para servir a um domínio político. Com a invenção da imprensa, as ideias passaram a ter mais seguidores, e então, a cultura que não interessava ao poder foi reprimida. Os movimentos culturais, em determinadas fases, serviram para reivindicar o contexto em que a sociedade vivia. Um desses movimentos foi o Iluminismo, que defendia o racionalismo e o aprendizado (BORGES FILHO, 2010, p. 23).

Com base nas explicações do autor, que buscam demonstrar a importância da cultura nas políticas públicas, incluindo seu financiamento, e seu papel prioritário para a sociedade, cabe aqui traçar um paralelo com a universidade pública e sua responsabilidade nas ações que buscam não apenas a garantia do acesso à cultura, mas também a fomentação cultural, pois a UFJF é a proprietária e administradora do CTC. Para tanto, inicia-se esse

esclarecimento apresentando o contexto das universidades públicas brasileiras na contemporaneidade, a partir dos estudos de Chauí (2003) sobre as pressões trazidas à Instituição pela sociedade neoliberal.

Chauí (2003) explica que, sucumbindo às pressões sofridas pela sociedade neoliberal, que busca a formação rápida e tecnicista voltada para o mercado de trabalho, dentre outros fatores, as universidades entraram em uma crise de valor e passaram a ser geridas como organizações, que visam a atingir os conceitos de eficácia e eficiência, não questionando sua existência, utilizando meios para alcançar o objetivo que a define. A universidade perdeu, assim, o caráter de instituição que lhe devia ser próprio. Sobre essa diferença de gestão, a autora explica que:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe. A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Na contramão desse pensamento, Perlatto (2013) considera que o Brasil não passou pela crise da universidade pública que atingiu muitos países. Ao contrário disso, aponta que algumas políticas públicas contribuíram para a democratização da educação, resultando na ampliação da missão pública das instituições federais:

(I) a implementação das cotas sociais e raciais nas universidades públicas; (II) o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); e (III) a expansão e aplicação, em escala nacional, do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em todos esses casos, ainda que de distintas maneiras, o que se converteu como objeto de debate na esfera pública não foi exclusivamente o mérito substantivo das políticas públicas per se, mas aspectos mais amplos relacionados à missão pública das instituições federais para assegurar processos de inclusão, expansão e democratização. Nesse sentido, é possível

afirmar que, nos últimos anos, o quadro brasileiro em relação às instituições públicas de ensino superior, com todos os problemas existentes, contrasta com o diagnóstico de crise que se verifica em outros países do mundo, em especial na Europa (PERLATTO, 2013, p. 17).

Contudo, o autor, indo ao encontro da afirmação feita por Chauí, de que a pressão mercadológica tem imposto às Universidades uma mudança de perspectiva, pondera que, nos últimos anos, “as universidades viram-se em uma encruzilhada no que se refere à sua missão pública, sobretudo em decorrência da colonização da dinâmica e da lógica de mercado na produção acadêmica” (CHAUÍ, 2003).

Conforme destacado por Gilberto Velho (2005, p. 15 apud PERLATTO, 2013, p. 17), “as demandas produtivistas, a massificação, o utilitarismo tecnocrático” das instituições educacionais de ensino superior e pesquisa, cujo resultado “cada vez mais evidente é a ‘cultura da avaliação’ que, baseando-se, sobretudo, em metas quantitativas, descarta ou deixa de lado a importância de avaliações qualitativas”, têm impactos diretos na forma como as universidades são produzidas no país.

Perlatto (2013) sugere, então, que a reflexão acerca do processo de expansão do ensino superior seja realizada de maneira a se conciliar as duas vertentes apontadas por ele. Assim, a missão da Universidade deveria seguir os padrões de excelência exigidas pelo mercado, aliados à “democratização e a produção de um conhecimento e uma prática acadêmica voltados para a valorização da dimensão pública das instituições” (PERLATTO, 2013, p. 16).

Indo na mesma direção e ampliando as discussões sobre o papel da universidade pública, citamos Kawasaki (1997), professora doutora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, que em seu artigo “Universidades Públicas e Sociedade: uma parceria necessária”, avalia que a universidade pública perdeu o apoio da sociedade, que a considera um investimento caro e com pouco retorno. Para reverter esse quadro, seria necessária que a missão de formação da universidade estivesse aliada à capacitação de profissionais capazes de enfrentar os desafios impostos pela realidade. Ela postula:

Os indicadores, rumo ao cenário desejável das Universidades públicas, apontam para a necessidade das universidades desenvolverem projetos integrados de pesquisa e educação que atendam às áreas de indiscutível relevância social e econômica (FF, 1997, p. 5).

Para a análise do perfil da Universidade Federal de Juiz de Fora, enquanto instituição pública, perante aos desafios impostos pela contemporaneidade, , em função do

mote deste trabalho envolver a democratização e a ampliação do acesso à cultura, apresentamos o Regimento da instituição com recorte nas definições que abrangem esse tema. Evidencia-se que UFJF se define como uma instituição ciente de que suas responsabilidades vão além da formação técnica, com padrão alto padrão de excelência e atendimento ao mercado capitalista. Afirma-se ainda o compromisso social na integração da cultura nacional, dentre outros:

[...] Art. 3º – A UFJF seguirá os seguintes princípios: I - liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da **divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento**; [...]

Art. 5º – A Universidade tem por finalidade **produzir, sistematizar e socializar o saber** filosófico, científico, **artístico** e tecnológico, **ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.**

Art. 6º – Para consecução de seus fins a UFJF deverá: I – **constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na sociedade**; II – estudar os problemas socioeconômicos e ambientais da região, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento nacional, visando à qualidade da vida; III – promover por meio do ensino, da pesquisa e da extensão todas as formas de conhecimento, visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da profissão nos diferentes campos de trabalho, da investigação, do magistério e das atividades culturais políticas e sociais; IV – **manter ampla e diversificada interação com a comunidade**; V – **interagir com os poderes públicos e outras instituições educacionais, científicas, tecnológicas, artísticas e culturais, nacionais e estrangeiras**; VI – desempenhar outras atividades na área de sua competência (UFJF, 2015, p. 1-2, grifos nossos).

A partir do exposto, observa-se que a Instituição comunga com o princípio de universalização do ensino e mantém seu caráter institucional que devem permear a missão da universidade pública. Especificamente, no recorte trazido, observa-se que a divulgação da cultura e da arte, a produção, a sistematização e a socialização do saber artístico na construção de “uma sociedade mais justa e democrática” são parte constituintes da sua missão. Dessa forma, podemos inferir que a potencialização do uso do Cine-Theatro Central a fim da ampliação do acesso e da difusão cultural está em acordo com os princípios da UFJF. Esta perspectiva tende a democratizar o acesso ao bem e pode transformá-lo em ferramenta de cultura.

Isso exposto, cabe ainda apresentar algumas questões acerca da gestão cultural e da gestão pública, pois, em sendo o Cine-Theatro Central gerido pelo poder público federal, os projetos a serem desenvolvidos pela administração requerem uma política transparente que, além seguir todos os princípios burocráticos inerentes ao setor público, busque atingir um

patamar mais consciente das suas possibilidades e de seus limites. Conforme postulado por Durand (2011, p. 67) necessita-se de “uma visão mais orgânica e retrospectiva, capaz de avaliar e refletir sobre experiências prévias”. Acerca do financiamento dessas ações, o autor citado ressalta que é necessário buscar o equilíbrio entre as lógicas diferentes que permeiam o ambiente artístico/ cultural e que se mantenha clara e bem fundamentada a linha de ação escolhida com justificativa consistente sobre o que pode ser feito como financiamento direto, fomento indireto ou regulação. Para tanto, o gestor precisa estar preparado e conhecer as especificidades da área. Saraiva (2011) pondera que, em razão dos variados tipos de expressões artísticas que compõem as manifestações culturais, é necessário desenvolver a formação de gestores culturais que envolva, além do conhecimento burocrático e administrativo, a sensibilização e a capacidade do desenvolvimento de projetos, que lhe confira caráter polivalente.

Os apontamentos de Durand (2011) e Saraiva (2011) vão ao encontro da proposição apresentada neste trabalho que sugere a revisão dos limites jurídicos e a observação de projetos já desenvolvidos por outras universidades com a finalidade de construir orientações, procedimentos e técnicas para o desenvolvimento de projetos culturais para o CTC, com vistas à facilitação e ao suporte do que será desenvolvido no teatro.

Acreditamos que os textos trazidos balizam o caso a ser desenvolvido, uma vez que reafirmam o papel institucional da universidade no sentido do amplo acesso à cultura. Reafirmando o caráter primordial da atividade artística na formação humana e a necessidade da democratização de seu acesso e a existência desse mercado, citamos Trojan (1996):

Se partirmos do pressuposto de que a atividade artística responde a uma necessidade humana, queremos crer que esta não é privilégio das elites possuidoras – o privilégio está no acesso, na possibilidade de consumo privado – e que, portanto, existe um mercado disponível, mas que não dispõe de condições materiais para usufruir do luxo de uma obra original. (TROJAN, 1996, p. 95).

Em sendo uma necessidade humana e um direito garantido, a formação de políticas públicas que sejam capazes de garantir acesso à cultura a todos é essencial para a formação do indivíduo, que será capaz de ler e transformar a sociedade

Para demonstrar essa formação humana e integral, que busca a extensão da ação universitária para além de seus muros, não sendo apenas uma preocupação da UFJF, o item posterior trará o estudo comparativo entre três projetos desenvolvidos por IFES de três estados diferentes. Através desse estudo busca-se, também, compreender os caminhos

burocráticos percorridos por eles para que possam corroborar com a ação a ser proposta no último capítulo desta dissertação.

3.3 UFSC, UFSJ E UFRJ: AÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

Em consonância com a legislação brasileira, a tríade pesquisa, ensino e extensão é norteador de ações desenvolvidas também em outras universidades públicas observadas. Vários projetos são desenvolvidos no sentido de fomentar e propagar as artes e a cultura com vistas à ampla formação dos alunos e ao cumprimento da missão imbricada à universidade de contribuição social.

Para este estudo comparativo apresentaremos três ações artísticas/ culturais que foram produzidos por IFES distintas, a fim de que seja possível a avaliação do método por elas constituídas, para que se observe os pontos de proatividade no que tange o desenvolvimento de projetos culturais, cientes de que não poderão servir de espelhos, por tratar-se de universos diferentes.

O primeiro exemplo é da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, desde 1986, desenvolve o projeto “12:30”, que integra atividades de dança, música e teatro, gratuito e aberto à toda comunidade. O projeto teve alguns desdobramentos ao longo dos anos, como lançamento de CDs, de 1993 a 2105, possuía frequência semanal com apresentações às quartas-feiras na Concha Acústica da IFES e, atualmente, possui apresentações quinzenais. O “12:30” se mantém com recursos próprios e, para se inscrever, basta que os interessados apresentem, conforme orientação do *site* da instituição:

- 1) Texto para release, com a descrição da apresentação artística que pretende realizar, o histórico e o currículo do artista ou do grupo;
- 2) Nome e função de cada um dos integrantes da apresentação;
- 3) Fotos em arquivos JPG, em alta resolução, com qualidade para divulgação e envio à imprensa estadual;
- 4) Endereço completo, telefone e e-mail (se tiver) para contato;
- 5) Rider (relação de equipamentos e instrumentos) e Mapa de Palco (posição de artistas e equipamentos no palco);
- 6) Para confirmação e agendamento da inscrição esses itens deverão ser encaminhados gravados em CD de dados (UFSC, s.d.).

O segundo projeto é o Inverno Cultural, um festival de arte desenvolvido na Universidade de São João del-Rei (UFSJ) pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que engloba uma série de ações com vistas a “promover a formação pelas artes, democratizar o acesso à cultura, conviver com a comunidade e valorizar a cena artística”.

O festival acontece há 30 anos e oferece apoio financeiro, via edital de chamamento público, em diversas áreas, a saber: artes cênicas, arte educação, artes visuais, literatura e música. As propostas a serem apresentadas devem seguir a temática proposta pela Pró-Reitoria responsável.

Podem concorrer pessoas jurídicas que se enquadrem na legislação que institui normas para licitações e contratos, a Lei nº 8.666/ 93. Para a seleção, é formada uma Comissão Especial de Julgamento, designada pela Pró-Reitoria, seguindo os seguintes critérios: originalidade, adequação da ação em conformidade com a proposta, qualificação dos profissionais envolvidos, exequibilidade e relevância cultural.

Importante notar que além do Edital público de chamamento, as inscrições só podem ser realizadas por pessoas jurídicas que se enquadrem na legislação que institui normas para licitações e contratos, a Lei nº 8.666/ 93. Outro dado importante é a questão do financiamento. O Edital explicita em seu item 1.2 a vinculação das ações à disponibilidade orçamentária e esclarece que sua vigência corresponderá ao período do evento.

Outro projeto que destacado é da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que lançou, em 2019, a segunda edição do Programa de Apoio às Artes (PROART). O programa destina-se à promoção e a difusão das artes e cultura e contempla diversas linguagens e expressões artísticas e culturais, através da premiação das iniciativas que “valorizem e democratizem a arte e a cultura no país” (UFRJ, 2019). O Edital objetiva a premiação dos Grupos Artísticos de Representação Institucional (GARINs) e os Projetos Artísticos Institucionais (PARINs), da instituição de ensino em questão. Para o entendimento dessa ação, cumpre, primeiramente, esclarecer como se constituem esses grupos e projetos que podem concorrer aos prêmios. Os GARINs:

[...] são companhias, grupos ou projetos artísticos detentores de comprovada qualidade e relevância que atuam na difusão cultural e artística não só no meio acadêmico, mas em nível internacional. Para ganharem o título, os grupos precisam ter pelo menos dez anos de existência, cinco em casos excepcionais (UFRJ, s.d.)

A coordenação desses grupos deve ficar a cargo de docentes ou técnicos-administrativos em educação de curso superior da instituição. Destacam-se: a Companhia de Dança Contemporânea, a Companhia Folclórica do Rio, o Coral Brasil Ensemble, as Mostras do curso de Direção Teatral, a NUDAFRO – Cia de Dança Contemporânea, Ópera na UFRJ, a Orquestra de Sopros da UFRJ, a Orquestra Sinfônica da UFRJ, o Quinteto Experimental de Sopros, o Sôdade Brasilis – Grupo de Choro, e a tRuPe DIvERSOS (UFRJ, GARINs, 2019).

Os PARINs, como descrito no próprio Edital PROART, são propostas de projetos também coordenados por docentes ou técnico-administrativos em educação da carreira de nível superior do quadro permanente.

Entende-se por Projeto Artístico Institucional (PARIN) o projeto artístico e/ou cultural, que se realiza de forma contínua e periódica (anual, bianual, etc) por pelo menos 10 (dez) anos, detentor de comprovada qualidade e relevância artísticas e culturais, cujas ações contribuam para promover a difusão artística e cultural de alto nível e para projetar a UFRJ enquanto instituição de excelência no campo as Artes e Cultura. Em casos excepcionais, por sua qualidade, relevância, interesse institucional da UFRJ e/ou caráter inovador, poderão ser considerados PARIN projetos artísticos e/ou culturais que não tenham 10 (dez) anos de existência. 5.2. O PARIN é coordenado por um ou mais docentes ou técnico-administrativos em educação da carreira de nível superior do quadro permanente da UFRJ. 5.3. O PARIN tem inserção e reconhecimento institucional formal de curso, programa ou departamento de uma unidade ou órgão suplementar da UFRJ. 5.3. O PARIN tem inserção e reconhecimento institucional formal de curso, programa ou departamento de uma unidade ou órgão suplementar da UFRJ. 5.4. As equipes que integram um PARIN devem envolver no desenvolvimento de suas atividades, preferencial e majoritariamente, docentes, técnicos e alunos da UFRJ. 5.5. O PARIN deverá, sempre que possível, contemplar em suas atividades, o engajamento de docentes, estudantes e técnicos de diferentes departamentos e unidades da UFRJ. 5.6. O PARIN deverá, sempre que possível, buscar e promover articulações e atividades conjuntas com outras Instituições Públicas de Ensino Superior. 5.7. O PARIN deverá, sempre que possível, buscar e promover articulações e atividades conjuntas com grupos e organizações artísticos e culturais não governamentais, sem fins lucrativos, que expressem a diversidade cultural brasileira e a multiplicidade de linguagens e expressões artísticas. 5.8. A cada 3 (três) anos, a Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura, através de sua Superintendência de Difusão Cultural e Científica, lançará edital para a qualificação de PARINs. Os projetos já qualificados através do Edital 2017 serão considerados qualificados para os próximos 3 (três) anos. O Edital deverá especificar as exigências para a qualificação e para a confirmação de qualificação (UFRJ, 2019).

O Edital, lançado pelo Fórum de Ciência e Cultura, em 2019, teve recursos totalizados em novecentos mil reais, divididos em três categorias de premiação. Os valores serão pagos pela Fundação Universitária José Bonifácio.

As três ações descritas possuem em comum, além do caráter artístico e cultural, a vertente extencionista comum às universidades públicas aqui estudadas. Não apenas a comunidade acadêmica tem acesso aos projetos, mas toda comunidade pode se beneficiar delas, ainda que não diretamente.

Observa-se que o Projeto “12:30” é o único que não oferece aos participantes nenhum tipo de financiamento. As inscrições são feitas diretamente via formulário e, apesar

da lista de exigência para inscrição publicada no *site*, não há clareza sobre a escolha das apresentações, caso mais de uma queira realizar o evento na mesma data, nem como será, ou se haverá um suporte na montagem. No *site*, há menção sobre o financiamento próprio, mas não há dados, nem valores sobre esse financiamento ou sobre sua destinação.

O “Inverno Cultural” é lançado através de Edital Público para comunidade externa, uma vez que a comunidade interna vinculada à UFSJ não pode participar da seleção de atrações remuneradas, em razão da legislação (Lei 8.666/ 93 - Artigo 9º, inciso III):

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I – o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III – servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. (BRASIL, 1993, grifos nossos).

Ao longo do Edital, são descritos os valores e tipos de financiamentos para cada tipo de ação, o que concerne clareza nos atos a serem executados. A previsão da Comissão de Julgamento e os critérios para análise das propostas apontam para o mesmo sentido. Nota-se que as obrigatoriedades trazidas pela legislação e executadas pela UFSJ conferem ao projeto a legalidade e isonomia necessárias, mas, em alguma instância, acredita-se que podem não contemplar a todos, uma vez que é exigência dessa lei que os inscritos sejam pessoas jurídicas, sendo que a maioria dos artistas ainda não profissionais não se constituem como tal.

O perfil de gestão descentralizado apresentado pelo PROART, que não constitui uma gerência nem para a elaboração do Edital, realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, é um grande diferencial das ações apresentadas. Outro destaque é a questão da previsão orçamentária já disponível no Edital. Observa-se que o Edital prevê a premiação dos projetos já feitos na instituição, que devem apresentar um plano de trabalho a ser desenvolvido ao longo de 12 meses em prol da “difusão e desenvolvimento cultural”, que lhes concerne certa autonomia de gestão. Portanto, o financiamento dessas ações já está previsto e será gerido via Fundação, que, normalmente, é uma administração menos burocrática, uma vez que, via de regra, não exige o enquadramento na Lei 8.666/ 93.

A percepção da concepção dessas ações, principalmente, no que tange aos métodos e legislação, colaborarão para a construção do terceiro capítulo deste trabalho, no qual buscaremos sugerir e normatizar ações com vistas a gestão mais atuante do Cine-Theatro

Central. A próxima seção busca explicar, através das falas dos entrevistados, de que maneira a UFJF lida com a Gestão Cultural. Além disso, trataremos das questões referentes à administração pública no que tange à promoção e ao financiamento dos projetos.

3 UMA GESTÃO QUE BUSCA A PROMOÇÃO DO DIREITO SOCIAL A CULTURA

A visão do CTC como agente promotor do acesso ao direito à cultura esteve presente em todas as falas dos gestores. A pró-reitora aponta para “a preservação do patrimônio, a segurança do teatro bem como ações no sentido de promover e viabilizar as proposições e atividades artísticas e culturais. Em síntese, o objetivo central atua em três pilares básicos: conservação, promoção e difusão”.

Os diretores também defendem como o objetivo do CTC a preservação do espaço, e ressaltam como o objetivo mais importante a difusão da arte e a democratização do acesso. Em suas palavras, o Diretor 1 diz: “Ah, eu acho que é difusão da Cultura, né? É você permitir com que a população tenha acesso ali, às diversas formas de Cultura, né?”. O Diretor 2 afirma: “Universidade, enquanto uma entidade pública, ela tem o dever, nas suas diversas esferas, de trabalhar nessa perspectiva de fortalecer esse direito social à cultura e ao lazer, que, a meu ver, é o principal objetivo do Cine-Theatro Central”. E o Diretor 3 explica:

[...] é importante que a gente valorize a presença de toda a população de Juiz de Fora, que a gente tem que proporcionar é... a presença, no teatro, de toda a população de Juiz de Fora. **Não só aquelas pessoas que têm condição socioeconômica melhor e que poderiam pagar pelo ingresso**, mas o que nós podemos fazer para fazer essa população mais pobre da cidade para assistir esse espetáculo, desfrutar dessa beleza, desse teatro que é público que, na realidade, é financiado por todo mundo? Entende? Quando uma pessoa tá lá na periferia da cidade e compra lá um quilo de açúcar, um litro de leite, tem um imposto ali, que parte disso vai ser usado aqui, para manutenção do serviço público, entendeu? Então, eu acho que essas pessoas nem sempre têm consciência disso e o pouco que eu tento falar das vezes que eu dei entrevista, eu tento ressaltar esse aspecto. É um teatro público que eu gostaria que a gente conseguisse trazer mais a população (DIRETOR 3, 2019, grifos nossos).

Retomaremos neste ponto a concepção de “bem cultural” e “ferramenta cultural” proposto por Even-Zohar (2015), a partir da teoria de Bourdieu sobre “capital cultural”, no qual a cultura é vista como um “bem”, é considerada como um conjunto valioso, “cuja posse significa riqueza e prestígio” (EVAN-ZOHAR, 2015, p. 264).

A fala do Diretor 3 acerca do CTC reflete o conceito trazido, o Cine-Theatro Central, com a sua suntuosidade arquitetônica e seus ingressos caros, é representativo de “bem cultural” de uma pequena parcela da população de Juiz de Fora. Na mesma questão, o Diretor 3 fala sobre a vontade de democratização de acesso, de trazer todos, inclusive porque eles também fazem parte dos contribuintes que mantêm o espaço público.

Ampliando essa análise, outra questão, que perguntava sobre o futuro do teatro, dos projetos e das ações que os gestores gostariam de ver acontecendo lá, endossam as respostas à questão sobre o objetivo central dos CTC, que denotam um pensar a cultura, como descrito por Even-Zohar no que seria a cultura enquanto “ferramenta” “para a organização da vida, tanto no coletivo, quanto no individual” (EVEN-ZOHAR, 2015, p. 266). Todos vislumbram projetos e ações que ampliam a atuação do CTC, esperam dele uma gestão mais proativa:

Para um futuro que espero não ser muito distante, longe do obscurantismo atual, eu vislumbro que haja uma maior flexibilidade dentre os órgãos de controle a fim de permitir uma gestão via fundação para o Cine-Theatro Central, para que a própria administração possa fazer a gestão de suas proposições, sem os entraves do sistema burocrático. No momento, atuamos com poucos projetos autorais. A grande maioria das ações do teatro são receptivas, acolhendo a demanda dos produtores externos. Se houver maior flexibilidade de gestão, teremos a chance de coordenar outras ações propositivas da própria administração do teatro, ampliando, assim, o acesso a este extraordinário bem público, um dos principais da cidade e região (PRO-REITORA, 2019).

Então, acho que tem que ter um equilíbrio ali, entre a quantidade de apresentações e o que comporta ali, as instalações artísticas. As instalações históricas desse tombamento, né? E, por outro lado, ele como difusor de cultura, aquilo que a gente tava conversando no começo, ele tem que proporcionar aos artistas e aos grupos que eles possam se desenvolver, se apresentar e até partir pra outros desafios, né? Como eu te falei, né? Em visitas que eu fiz a diversos teatros, esses teatros fomentam grupos de dança, grupos de canto lírico, grupos de, de música... E acho que esse trabalho ele tem que ser incorporado, também. No sentido de trabalhar nessa promoção da arte, que é a função principal do teatro (DIRETOR 1, 2019).

[...] é cada vez mais a gente pensar em projetos, né? Em ações que fortaleçam o acesso da população de Juiz de Fora a esse bem cultural, que é o teatro. Não importa qual é o projeto, eu acho que o objetivo central é esse. É entender o teatro como uma entidade pública, com esse papel importante de fazer valer esse direito social à cultura (DIRETOR 2, 2019).

Nossa... (risos) É claro, é muita coisa. Ham... a gente no ano passado fez umas edições no Palco Central, que eu acho que o projeto tem um apelo para a classe artística muito grande e que as poucas edições que a gente teve no ano passado e uma esse ano é assim. Foi um grande sucesso [...] É claro que mesmo sem pagar entrada, mas a gente tem que pagar o artista. Então, a

gente precisa de uma fonte de financiamento aí, né? Essa é uma limitação, mas esse é um projeto que eu gostaria que tivesse, que a gente conseguisse um recurso para isso, porque eu acho que é uma demanda grande, que é uma necessidade grande da classe artística. E ele é pra diversas manifestações: de teatro, de música, de dança de performance, é mesclar artes plásticas junto com apresentações de artes cênicas e a música. Então, ele possibilita ocupação desse do palco do teatro de uma maneira diferente, inusitada, que nem sempre é comum num palco italiano, como ele é constituído originalmente. [...] colocar esses projetores em funcionamento e ver o que a gente precisa pra tentar usar o Cine-Theatro Central como cinema, também. [...] projeto da volta do cinema no Cine-Teatro Central [...] falamos disso: da possibilidade de realizar festivais. Não sei se esses festivais seriam competitivos ou não, ou como mostras de apresentação, que eu acho que o momento é outro, talvez seja muito mais de confraternização, de ocupação do espaço do que propriamente competir, né? [...] a gente deve realizar uma exposição das telas do Angelo Biggi (DIRETOR 3, 2019).

Os discursos são uníssonos em defender que o teatro, enquanto espaço público, deve propor mais ações e projetos que alcancem toda população, valorize os artistas e fomente as artes, nos mais diversos tipos de manifestações. Retomando o conceito de Even-Zohar (2015), o autor diz que um “bem” pode transformar-se em “ferramenta”:

[...] quando podem ajudar seu proprietário a converter o valor que significam em uma ferramenta utilizável. Trata-se nesta conversão de fazer (criar, produzir, etc.) modelos – para compreender e atuar – a partir de signos ou símbolos. O processo é, basicamente, análogo à transformação de certos materiais que deixam de ter valor simbólico e passam a ser utilizados com fins práticos, a ser ferramentas, como sugeriu Renfrew (1986) (EVEN-ZOHAR, 2015, p. 266).

Tornar o CTC mais proativo é torná-lo “ferramenta” e, como observado nas entrevistas, esse é o desejo dos gestores, que representam a instituição que colocou dentre sua missão a garantia de acesso à cultura e o fomento cultural. O que acontece para que isso ainda não tenha se efetivado, é o que buscaremos elucidar, também através desse instrumento.

A gestão passa pela escolha de um perfil do gestor. Nesse sentido, cabe a avaliação do perfil dos entrevistados. Antes disso, porém, é importante esclarecer que ambos os cargos, Pró-Reitor de Cultura e Diretor do CTC, são ocupados por pessoas indicadas pela Administração Superior da UFJF, no caso da Direção do CTC, com o aval do Pró-Reitor da ProCult, cargos de confiança, que recebem um percentual a mais no salário para exercerem a função.

A Pró-Reitora, que é professora da UFJF, tem formação acadêmica, inclusive doutorado em Artes Visuais, e ampla experiência em gestão cultural na UFJF. O diretor convidado em 2016 é professor de Universidade, tem formação em Educação Física e é

músico profissional, com experiência em vários projetos culturais. O atual diretor, também professor da instituição, é doutor em Estatística e também músico profissional. Ele acredita ter recebido o convite em função de sua participação na cena cultural da cidade: “e eu acho que foi a partir dessa minha relação com a classe artística que eu acabei sendo convidado para assumir essa função”.

A partir desses dados, e tendo como referência Saraiva (2011), que fala da necessidade de um caráter polivalente de formação dos gestores culturais, observa-se que há um critério na seleção desses gestores, que engloba, além da sua formação acadêmica, um envolvimento com uma administração pública bem realizada. Denota-se que a UFJF vem pensando num perfil de gestor que conheça o universo da arte e da cultura e seja capaz de avaliar as diversas possibilidades dos limites do teatro.

Cabe, no entanto, uma ressalva. Os gestores não recebem uma preparação para ocuparem o cargo, o que pode gerar certa insegurança ou mesmo a falta de uma visão sistêmica capaz de fazer com que as proposições de projetos tornem-se mais ativas. A respeito dessa característica, comum à administração pública de nomear pessoas que não possuem formação específica para cargos de confiança, Durand (2001) apontou para a necessidade do que ele chama de uma profissionalização mínima a ser oferecida aos ocupantes de cargos de gestores culturais.

Essa dificuldade na gestão de processos foi relatada nas entrevistas, de alguns processos diários da administração e, especialmente, no que tange aos atos e ritos que envolvem a Administração Pública, como os Editais, as contratações, as participações em Editais de financiamento. Como exemplo, temos a fala do Diretor 3: “[...] é algo que eu ainda tenho uma dificuldade, vamos dizer assim [...] não domino essa questão orçamentária e de como é possível a utilização dos recursos para realização dos projetos e questões nossas aqui”.

Outro ponto que demonstra a preocupação da universidade com uma gestão eficaz da administração do CTC é o uso de Editais de chamamento público para ocupação do teatro, com base na avaliação dos eventos, que estabelece princípios fundamentais da administração pública. O Diretor 1 esclareceu que, até 2016, o teatro não tinha um padrão para o recebimento dessas propostas, nem para análise delas. Foi a partir de um processo elaborado por ele que nasceu o edital de ocupação nos moldes atuais:

Então, não existia nenhum mecanismo, exceto essa questão de ocupação das datas, não existia nenhum mecanismo institucionalizado de recebimento de projetos e propostas que diferiam do que tava lá do edital de chamada pública. Então, essas, essas iniciativas, elas vinham assim: as pessoas nos

procuravam, enquanto diretor de teatro, e a gente acolhia todas as solicitações e levava isso pro Pró-Reitor de Cultura, pra Pró Reitoria de Cultura pra que eles verificassem se era possível conceber ou aceitar esses projetos. (DIRETOR 1, 2019).

Segundo o próprio Diretor 1, esse movimento se deu a partir de uma preocupação da UFJF em tornar o processo de ocupação do espaço mais claro, em consonância com alguns princípios da gestão pública como: legalidade, impessoalidade e publicidade. O diretor descreveu essa mudança:

Você tinha uma data de abertura do calendário de inscrição, mas não era uma ferramenta que era pública, divulgada, com cronograma bem definido, com as regras bem definidas, com as etapas de aprovação, as etapas de recurso, caso a pessoa não tivesse sido aprovada e quisesse manifestar, né? O direito ao contraditório. Então, isso não era feito. Então, a gente criou um instrumento na época que foi uma chamada pública, que era um instrumento no qual você facultava às produções locais, regionais e nacionais de solicitarem uma data, solicitarem datas para poder tá utilizando o teatro e, posteriormente, isso era julgado pela, pela comissão lá do Cine-Theatro Central... o conselho, conselho deliberativo do Cine-Theatro Central. Era julgado pelo Conselho, conforme critérios pré-estabelecidos e publicizados, né? E depois, eram soltados os resultados. E a gente muito preocupado em não enrijecer, porque demanda de culturas, elas podem acontecer a qualquer momento, né? Então, a gente criou o mecanismo à época, que era o mecanismo de datas fixas, que eram liberadas na época da lançamento de edital, e de datas flexíveis, aonde a qualquer momento ao longo do período, desde que tivesse as datas disponíveis, os produtores poderiam solicitar a utilização do teatro, com antecedência mínima lá de 30 dias, se não me engano. Então, dessa maneira ficou publicizado, a gente tramitou esse processo dentro da procuradoria da universidade, ele foi aprovado da maneira que a gente fez e aí passou-se a utilizar essa ferramenta como ferramenta de divulgação ali, do preenchimento das datas (DIRETOR 1, 2019).

Na atualidade, o Diretor 3 explicou que as propostas são apresentadas por meio de três Editais Públicos de Ocupação e grande parte dos projetos que acontecem no CTC são propostos por produtores externos, recebidas através desses. Como fomento à cultura, temos o Edital Luz da Terra, que já acontece há anos, e o Palco Central, com início em 2018, mas cujo Edital de seleção ainda não existe. Sobre a seleção dos eventos que já ocorreram, o Diretor 3 explicou que:

[...] os proponentes cadastraram as propostas também no *site* do teatro, não foi o edital completamente, com todos os critérios definidos, mas a gente tentou fazer de uma forma ampla e uma comissão avaliou as propostas e selecionou aquelas que eram possíveis de serem apresentadas dentro dessa proposta, desse projeto palco central (DIRETOR 3, 2019).

Na mudança descrita pelo Diretor 1, percebe-se que a Universidade busca o atendimento a critérios da gestão pública, solicitando o processo ao gestor com a finalidade de trazer clareza e legitimidade à ocupação de um bem público. Isso é o que deve ser feito com o projeto Palco Central, que, segundo o próprio gestor, ainda não teve os critérios bem definidos, apesar da tentativa da gestão em tornar o projeto amplo. A falta do Edital pode comprometer a clareza das escolhas, tão importante ao setor público.

Se por um lado esses editais de ocupação demonstram o cuidado com os princípios públicos, através deles observa-se, também, a gestão pouco ativa do CTC. A grande maioria dos eventos é oriunda de produções exógenas ao teatro. Vejamos o que aparece nas falas dos diretores: “Hoje, a gente acaba exercendo um papel muito passivo. São os produtores que vem até ao teatro participar de um edital, né? Ou das suas datas livres, né? Pra propor os espetáculos culturais aqui” (Diretor 2).

O atendimento aos princípios da legislação que orienta a Administração Pública e se baseia nos princípios citados traz consigo uma série de questões burocráticas que foram consideradas empecilhos, em algum nível, por todos os gestores entrevistados. Até 2015, a gestão do CTC era realizada via Fadepe, o que segundo relatos apresentados conferiria aos processos de compras, contratações, maior flexibilidade e agilidade.

A seguir, veremos alguns trechos das entrevistas, que apontam como dificuldade, ou entrave o engessamento trazido pelos ritos da Administração Pública, a um espaço que possui especificidades tão ímpares. Iniciaremos esta análise com a entrevista do Diretor 1, gestor à época de transição da administração do CTC via Fadepe para a administração direta da Universidade. Ele descreveu essa mudança e falou sobre o que ela acarretou:

[...] o Central tinha uma autonomia de trabalhar arrecadação do recurso, através da Fundação de Apoio. Então, esses recursos que eram captados com os eventos, eles eram depositados na conta da Fadepe e aí, o Pró-Reitor, ele tinha liberdade de usar tanto no Central quanto em outros empreendimentos da Pró-Reitoria de Cultura também. Tanto o Pró-Reitor, quanto a Pró-Reitora sucessora. E, à medida que a gente via as necessidades que o teatro necessitava, a gente solicitava a utilização pra determinados fins, né? Então, foi assim que a gente conseguiu instalar o sistema de sonorização, comprar refletores de LED, modernizando o parque de refletores, e trabalhar também... compramos uma mesa de iluminação, que não tinha na época também... fizemos uma série benfeitorias, de... arrumar porta, colocar cortina novas. Todas usando esse recurso que estava lá na Fundação de Apoio. E aí, chegou no ponto que a Fundação de Apoio também... no final da... gestão do [Reitor], eles começaram a colocar uma série de entraves, isso em função de cobrança dos órgãos de controle AGU e CGU, na utilização desses recursos e chegou num determinado ponto que é... eles definiram por cessar

a utilização dessa arrecadação do Central via Fundação de Apoio e esses recursos, por ordem dos órgãos de controle, deveriam ser depositados na conta única da Universidade, através de guia de arrecadação da união, GRU. E aí, passou-se a fazer, a proceder dessa forma e aí, caiu na conta única da Universidade e aí, o pró-reitor tinha que ir lá... de cultura na época, e a pró-reitora depois, tinha que ir lá negociar com pró-reitor de Planejamento, o resgate desse recurso da conta única e a utilização nos diversos empreendimentos que a Pró Reitoria de Cultura tinha (DIRETOR 1, 2019).

Sobre o que acarretou essa mudança, o Diretor 1 ainda comentou:

Ah! Burocratizou a utilização do recurso, né? Porque esse recurso da conta única ele é movimentado somente algumas épocas do ano. Então, ele não fica liberado para sua utilização de acordo com a sua necessidade, né? E os processos de aquisição pela FADEPE eram mais simplificados, do que o processo de aquisição pela Universidade, na universidade tem que seguir o rito da 866, né? Que ela dita ali como que tem que ser feita as contratações e aquisições. Aí, você é obrigado a fazer termo de referência, licitações, em caso de emergência, dispensa de licitações. É um rito que é muito mais demorado e lento o que é um rito de compras via Fundação de Apoio, né? (DIRETOR 1, 2019).

A fala da Pró-Reitora aponta, também, para dificuldade da administração direta. Ela diz não compreender o porquê da escolha da Fundação em romper a gestão do CTC, uma vez que há universidades que continuam a terem seus projetos geridos via Fundações de Apoio, conforme exemplos que cita. Esclarece, como já mencionado pelo Diretor 1, que essa mudança, além do engessamento, fez com que o teatro passasse a contar apenas com os recursos oriundos da UFJF, cujo caminho da dotação descrevemos acima.

As dificuldades da gestão administrativa, juntamente a alguns setores da administração superior, por motivos variados. Não consigo entender porquê, por exemplo, na UFMG, a Fundep, uma das principais fundações de apoio da Instituição, consegue fazer a gestão de inúmeros projetos artísticos ligados aos cursos de graduação, pós-graduação, bem como à Diretoria de Ação Cultural da UFMG. Sendo que aqui na UFJF, a principal fundação de apoio à instituição, a Fadepe, não dialoga com os equipamentos de gestão cultural. O próprio regulamento do CTC prevê que a gestão administrativa do teatro deve ser desenvolvida via Fadepe. Entretanto, desde 2015, a mesma interrompeu qualquer tipo de vínculo administrativo com os equipamentos de cultura da instituição. O que nos obrigou a fazer a gestão administrativa contando totalmente com recursos de dentro da própria universidade, o que gerou transtornos múltiplos que ocasionaram um certo “engessamento” administrativo, ao tornar os trâmites internos mais complexos e de lenta tramitação (PRÓ-REITORA, 2019).

Na mesma linha, o Diretor 2 fala da dificuldade de gestão do teatro. Ele acredita que essa dificuldade na gestão tende, aos poucos, a ser vencida. Explica ainda que, com o rompimento com a Fadepe, o CTC passou a aparecer para a Universidade, especialmente para a Reitoria, pois, com a fundação o teatro, “não dava trabalho”. O CTC é visto, pela UFJF, como uma unidade acadêmica, no entanto, suas especificidades exigem uma maior flexibilidade na gestão, que poderia ser a transformação do CTC em uma Fundação.

Olha, eu acho que há um problema, um entrave que é uma dificuldade, que aos poucos ela vai ser vencida, que é dessa relação, que diz respeito a, justamente, que é o que você tá estudado, que é a gestão do teatro, né? Então, a gente passou de um período que o teatro era gerido, entre aspas, pela Fadepe e que a reitoria e a própria ProCult acaba esquecendo do Cine-Theatro Central, porque era algo que não dava trabalho, né? Quando essa relação acabou, efetivamente, o Cine-Theatro Central começou a se... a aparecer pra Pró-Reitoria de Cultura e para o... especialmente, para Reitoria, né? É como se fosse uma unidade acadêmica, com seus problemas, né? Então, e aqui a gente tem um problema ainda maior que essa questão do Cine-Theatro Central ser um patrimônio tombado. Então, nessa relação das exigências que a gente tem, é... com as licitações, compra de material, o Cine-Theatro Central, ele acaba ficando ainda mais prejudicado por conta dessa dificuldade de relação. Então, se você tem a quebra de um encosto de uma cadeira, como é que você faz uma licitação pra compra, pra reforma do encosto de uma cadeira que tem que não... não pode ser qualquer cadeira... tem que ser uma cadeira que atenda às exigências do tombamento, da DIPAC, do IPHAN? Então, essa é uma questão extremamente complicada, que faz com que o teatro, ele tenha uma especificidade que, ao meu ver, merece uma reflexão mais aprofundada da forma de gerir o espaço como esse, né? Eu cheguei até nesse começo de conversa, né, para a Valéria, com próprio reitor... a começar a discutir a criação de uma... a visão do teatro enquanto uma própria entidade, uma Fundação. Porque o teatro não poderia se tornar também uma Fundação, com um mínimo de autonomia para sua gestão, né? Também foi uma conversa que começou a ser iniciada, mas que, também por conta dos problemas todos, ela acabou sendo... quer dizer, eu saí da gestão e a gente não conversou mais sobre o assunto, né? Mas, acho que é um tema que pode, que pode ser... pode voltar à tona. Quer dizer, a gente tem tantas dificuldades do ponto de vista da gestão, que eu acho que esse modelo, da gestão pública tradicional do Central, enquanto uma unidade acadêmica da UFJF, da Pró-Reitoria, nos moldes tradicionais, ele acaba sendo ainda um modelo impeditivo pra várias ações que o Teatro pode ter, por exemplo, se ele se tornasse uma fundação (DIRETOR 2, 2019).

Já o Diretor 3 diz que o cargo exige a administração de interesses de várias entidades e pessoas, desde a proposição da pauta até a apresentação do evento. Gerir esses interesses e manter o interesse do espaço pode ser uma dificuldade:

Eu brinco que a nossa função, como pessoas que trabalhamos aqui no teatro, é simples, a gente tem que intermediar a relação do artista e o público. Só

que esse simples é uma ironia, né? Porque, na realidade, entre o artista e o público, você tem o pessoal da produção do artista, você tem, normalmente, artista de fora, tem produtor local, cê tem os funcionários do teatro, é... parte desses funcionários são da Universidade, parte desses funcionários são de empresas terceirizadas... Então, têm interesses de cada parte, cada parte dessa, tem o interesse da empresa com a Universidade, até a gente chegar num... então, até a gente chegar no público. E então, até a gente chegar no público, você tem umas seis, sete entidades diferentes aí. Então, ao que parece que é simples, quando o espetáculo acontece, é, na realidade, tem o mundo de coisa por trás, e que a gente fica escondido e que as pessoas não percebem. E... é... é... nessa, é... nessa malha toda de entidades diferentes, são pessoas. Então, a questão fundamental é a relação entre as pessoas. Que eu não diria que é um entrave, quando você coloca um entrave, é assim... é uma dificuldade... pode ser ou não, depende de como você lida com isso. Entendeu? Então, é... é eu acho que é um aspecto importante é a gente saber que está lidando com pessoas e que tentar minimizar os entraves, facilitar a comunicação, tentar compreender a questão do outro, sem abrir mão das questões que são fundamentais para o teatro, para as questões básicas do teatro e aquilo que é fundamental para a gente. Como que a gente consegue satisfazer ao artista e ao público mantendo o nível legal de todas as coisas das relações entre as pessoas e mantendo os princípios fundamentais do funcionamento do teatro. Então, embora eu não veja como entrave, é uma questão a gente tem que cuidar muito da relação entre as pessoas que estão envolvidas (DIRETOR 3, 2019).

A questão da dificuldade para proposição de projetos próprios e para definição dos financiamentos, os ritos dos processos da administração pública, em contrapartida às necessidades do teatro, também aparecem na fala do Diretor 3 como um dificultador da gestão do teatro, além da questão do trabalho de empregados terceirizados:

A questão do... a gente tem uma dificuldade quando a gente pensa na realização de um projeto os nossos do teatro, né? **Vamos realizar alguns espetáculos nossos... vamos fazer um show... vamos desenvolver um projeto nosso... que a gente precisa buscar os recursos... como buscar esses recursos? Como administrar esses recursos? Como revisar os pagamentos das coisas que a gente precisa?** Isso não é uma coisa simples, é... considerando que nós somos uma instituição pública federal que tem toda uma legislação, que... de alguma forma dificulta. Se por um lado essa legislação toda tenta evitar desvios de recursos, corrupção ou qualquer coisa desse tipo, e isso poderia, pode e deve ser louvável, por outro lado, eu acho que é... quando você estabelece um mundo de condições pra que as coisas aconteçam, isso dificulta... o teatro, eventualmente você... alguma peça tá sujeita a um estrago, em algum momento... a quebrar e você precisar substituir aquilo pra o espetáculo no dia. Como você faz isso numa instituição pública? Então, não é uma coisa simples, entendeu? Considerando a legislação nossa, como que você substitui uma peça que quebrou aqui de um dia para o outro, se não o espetáculo não acontece, entendeu? Não é uma coisa previsível, por mais que que você tenha uma manutenção preventiva, não é... entendeu? Especificamente, no Teatro Central, a gente... bom... o teatro funciona, fundamentalmente, nos finais de semana, à noite, em horário noturno. Os espetáculos terminam aqui de noite

e cê tem que desmontar, os funcionários têm que desmontar a... o cenário e tudo e pra... naquela madrugada, porque no dia seguinte vai entrar um outro espetáculo que vai precisar dum outro cenário, dum outra estrutura de iluminação, de som... então, é... a gente precisa de funcionário que, do ponto de vista da legislação, estejam é...em acordo com a legislação, né? E trabalhando de uma forma legal, né? Que as... os direitos deles sejam preservados, né? E que os direitos das empresas também sejam preservados e isso é... importante de ser olhado também. Então, é por aí, eu acho que os entraves mas, nem sempre são entraves, mas são cuidados que a gente tem que ter. As dificuldades, algumas dificuldades (DIRETOR 3, 2019).

3.5.1 Entendendo a gestão financeira

Como não havia se encontrado documentos a respeito do fluxo dos recursos orçamentários destinados ao CTC, nem uma projeção de gastos ou previsão orçamentária, as entrevistas buscaram fazer o registro dessa organização. Acerca da destinação de recursos, a Pró-Reitora explicou que não há um percentual fixo destinado à ProCult. As demandas são apresentadas ao Conselho Superior da UFJF e ele define, por meio de votação, quais recursos serão destinados aos equipamentos culturais vinculados à Pró-Reitoria. A Pró-Reitora reconheceu, em sua fala, o interesse e o esforço da Administração Superior, frente a tantas demandas de setores diversos, em “manter e desenvolver as ações de seus extensos equipamentos”.

Para o CTC, também não há uma destinação fixa, ou prevista. A UFJF assume as despesas correntes para manutenção do espaço, dos servidores e funcionários terceirizados, como colocado pelos diretores e os demais projetos e ações precisam de esforço político dos gestores. O Diretor 1 descreveu acerca dessas situações, que fogem à normalidade do funcionamento do teatro:

A maioria das situações eram resolvidas na base das negociações do Pró-Reitor de Cultura e com Pró-Reitor de Planejamento. Então, quando se optou em fazer obra de restauração, né? Das, das pinturas, né? Das paredes... dos afrescos do Angelo Biggi, foi uma negociação Direta do [Pró-Reitor] com o [Reitor] e veio um recurso extraorçamentário (DIRETOR 1, 2019).

Essa falta de previsão de orçamento faz com que, em qualquer movimentação que se exija financiamento, seja feita a negociação entre gestores da Universidade, envolvendo uma situação política. Esse é um fator que contribui com a dificuldade de projeção de ações. Todos os diretores ressaltaram que o CTC tem uma renda própria, oriunda de aluguéis, que, segundo eles, não deve ser o suficiente para a manutenção da casa. O Diretor 1 explicou que,

na época de sua gestão, esses valores eram depositados na conta da Fadepe e retornava, integralmente para a ProCult. Cabia ao Pró-Reitor a decisão da destinação dessa verba. O Diretor 3, coloca que, apesar de um acordo informal com a Administração Superior do retorno desse recurso, ou de parte, “ele vai para Reitoria, que às vezes define outras prioridades”.

O que se observa é que, para além da manutenção do teatro, os recursos não são previstos. O teatro permanece mantido pela instituição, com zelo, atendendo às demandas urgentes que surgem, como foi o caso da restauração, descrita pelo Diretor 1, e da intervenção do Corpo de Bombeiros, descritas pelos Diretores 2 e 3, que fez com que a Universidade destinasse grande volume de recursos para adequação do espaço, com projetos e obras necessárias para a conquista do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), garantindo a adequação do Teatro na legislação vigente e seu funcionamento. Outra observação importante, seria o destaque feito pelo Diretor 2, que coloca que esses aportes são fruto de negociação política: “É sempre essa disputa política em relação para onde vai o dinheiro”.

Outro ponto chave, em que se buscava apreender acerca da organização, das previsões orçamentárias para projetos por parte da administração do Cine-Theatro Central, para que, tendo isso em mãos se buscasse a negociação, também não foi observada. Todos os diretores, com exceção do Diretor 3, não mencionou qualquer projeto ou ação, ainda que para a manutenção do teatro, com uma perspectiva para além do presente, das ações cotidianas ou com vistas a alguma ação emergencial, desde que a administração do CTC passou a ser exercida diretamente pela Universidade. A Pró-Reitora esclareceu que não há um percentual fixo e as necessidades de cada setor são avaliadas. A Pró-Reitoria atua nas de maior prioridade. Mas não fica esclarecido se há um planejamento realizado pela ProCult ou por seus órgãos.

Quanto ao CTC, o Diretor 1 explicou que essas previsões eram realizadas na matriz orçamentária UFJF, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, que determinava o que cada unidade faria jus, desde que a gestão saiu da Fadepe. A explicação do Diretor 2 vem no mesmo sentido:

Você tem algum orçamento do ano, ou do ano que vem, e aí a equipe da Reitoria faz um balanço em relação aos recursos que vão ser destinados a cada uma das unidades acadêmicas e também aos seus equipamentos distintos, né? Como é o caso do Cine-Theatro Central. Então, você não tem valor fixo para isso. É... o que a gente tem, como eu falei anteriormente, é a perspectiva de se considerar o Cine-Theatro Central como elemento importante e, a partir disso, você tem a vinculação de um determinado X em termos recurso ou não. É sempre essa disputa política em relação para onde vai o dinheiro (DIRETOR 1, 2019).

O Diretor 3 relatou que, quando assumiu a gestão, em 2017, foi-lhe solicitado um envio de ações e planejamento para o ano posterior:

Então, quando eu entrei aqui, em 2017, me pediram assim: quais são as prioridades em termos de obra, em termos... de quais são os projetos prioritários do teatro? E a gente submeteu isso para a Pró-Reitoria e... mas foi uma coisa... eu tava... eu tinha acabado de chegar aqui, então, não tinha ainda uma base para saber como que se dava o funcionamento do teatro, então, foi um pouco ouvindo uma pessoa outra, pró-reitora, outra pessoa que já tinha passado por aqui, ouvindo produtor, e ouvindo a secretária... a gente estabeleceu algumas prioridades, mas que eu vejo que, embora sejam projetos que sejam relevantes para o teatro, não são as coisas do funcionamento diário do teatro (DIRETOR 3, 2019).

Como os Diretores 2 e 3 citaram em suas entrevistas, houve uma situação emergencial, causada pela interdição do teatro pelo Corpo de Bombeiros, que fez com que essa se tornasse a questão prioritária no momento de gestão. Consideramos importante retomar esse assunto, explicado em nota de rodapé ao final do primeiro capítulo.

A interdição ocorreu em 2016. Desde então, a UFJF vem realizando, através da Pró-Reitoria de Infraestrutura, todas as ações, projetos e obras necessárias para a liberação total do espaço. A obra está em fase final, mas ainda há algumas questões a serem resolvidas. Todos os projetos tiveram que ter sua aprovação, além do Corpo de Bombeiros, pelo IPHAN e pela Divisão de Patrimônio Cultural (Dipac) de Juiz de Fora, em função do tombamento em nível federal e municipal do CTC. No Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, já estão liberados o primeiro e o segundo andares da casa.

Retomando essas ações emergenciais, o restauro das pinturas, a necessidade da adequação à legislação que poderia fazer com que o teatro fechasse as portas, mostra a dificuldade da gestão de um bem público de 90 anos tombado. Observa-se, contudo, e ainda levando-se em consideração o contexto das gestões e seus problemas, que não houve uma organização no que se refere a projetos e ações a serem desenvolvidas ao longo do ano, no alcance de um objetivo. Como colocado por Saraiva, os objetivos a serem alcançados devem ser planejados em qualquer tipo de organização:

Falar em gestão cultural significa referir-se a um conjunto de ações de uma organização – pública ou privada – destinado a atingir determinados objetivos que foram planejados e – supõe-se – são desejados pela organização. Implica implementar normas, planos e projetos, estabelecer estruturas, alocar recursos humanos, financeiros, físicos e tecnológicos e, principalmente, empenhar criatividade e capacidade de inovação para atingir

esses objetivos da melhor forma possível. A especificidade cultural está dada pelo fato de se tratar da implementação de políticas culturais ou de lidar com instituições culturais. Em outras palavras, de estar trabalhando com um intangível como é a cultura nas suas mais diversas manifestações (SARAIVA, 2011, p. 15).

Aliada a essa questão, a descontinuidade das políticas, em função da mudança de gestão, é apontada como uma das principais barreiras a serem ultrapassadas na gestão pública. Essa descontinuidade deixa ainda mais delicada a situação do espaço que, como o CTC, não possui vinculação direta e é relacionado à área cultural, tradicionalmente, a primeira a sofrer cortes em crises financeiras, como apontado pelos gestores. Como exemplo, temos a fala do Diretor 1:

[...] com a universidade, tem essas questões que mudou o reitor, muda a gestão, quando muda a gestão, normalmente, você tem uma ruptura, né? Cê vai muito ali, na mão do cara que é gestor, o pró-reitor que tá à época ali, na condução dos trabalhos. Quando muda, você tem uma ruptura e muitas vezes, você tem que recomeçar as ações, né? (DIRETOR 1, 2019).

O modelo do financiamento de atividades culturais vem há muito sendo discutida. A diversificação nas fontes de financiamento à cultura, em meio à crise, é uma forma de se tentar viabilizar projetos e ações. O grande exemplo é a Lei de Incentivo Federal, a Lei Rouanet, instituída em 1991. Outros grandes Editais em níveis estaduais e municipais também são fontes de recursos. Ainda, o Chamamento Público para parceiros e financiadores de projetos pode ser executado com a mesma finalidade e está previsto pela legislação. Sobre a participação do CTC nesses grandes editais, todos os diretores disseram que gostariam de participar, mas que não ainda não o fizeram, por motivos diversos.

Todos relataram parcerias com algum nível do governo, ou empresa privada, para a promoção de eventos e projetos tais como o projeto “Central de Compositores”, em parceria com a Funalfa, órgão da prefeitura, feito pelo Diretor 1; o Show do Pepeu Gomes, na Praça Cívica da Universidade, em parceria com a Secretaria de Cultura Estadual, relatado pelo Diretor 2; e o show de 90 anos do Cine-Theatro Central que contou com Edital de captação e conseguiu patrocínio de empresa privada, via Edital de Chamamento. Este último gerido pela Fadepe e teve o processo de tramitado no fluxo da UFJF.

A Pró-Reitora citou o exemplo do show de 90 anos do CTC, realizado através do patrocínio de uma empresa da cidade:

Sim, tivemos um caso muito interessante, na ocasião dos 90 anos do CTC. Mediante a escassez de recursos para investimento no programa de ações para esta data comemorativa, fizemos uma chamada pública para parceiros interessados em patrocinar o evento. A princípio, não houve nenhuma inscrição ou manifestação de interesse pelo setor privado. Porém, e, por sorte, uma grande empresa inaugurava um novo hospital na cidade e buscava também um evento comemorativo deste momento, e considerou que era também um momento oportuno para a empresa em conceder este apoio financeiro. Assim conquistamos o patrocínio do show comemorativo, sem o qual inviabilizaria o evento (PRÓ-REITORA, 2019).

O Diretor 3 usou o mesmo exemplo e descreveu um pouco do processo. Falou, ainda, do recebimento de emenda parlamentar para o teatro e sobre as leis de incentivo, disse que o teatro poderia buscar:

Esse ano mesmo a gente fez isso. [...] abrimos um edital de captação, para apoio para a realização dos 90 anos do Central. E, na realidade, as comemorações só puderam acontecer da forma que foram até aqui por conta dos recursos que a gente conseguiu captar por essa forma. Mas, acho que tem outras possibilidades que a gente pode tentar buscar... outras formas... que a gente pode tentar captar. O teatro já foi contemplado, em alguma medida, por emenda parlamentar duma deputada, hã... eu acho que tem leis de incentivos que a gente podia também participar também e têm outras formas que eu acho que a gente pode buscar, ainda (DIRETOR 3, 2019).

O Diretor 1, que contou ter feito parceria com a Secretaria de Cultura do Estado e trazido artistas que se apresentaram no CTC e na Praça Cívica da Universidade, explicou um pouco desse processo e da dificuldade dessas participações em Editais, especialmente nos federais. Sugeriu que a Pró-Reitoria mantivesse uma comissão para tentar viabilizar os projetos desenvolvidos no âmbito da ProCult.

Normalmente, você tem uma chamada também. Uma chamada pública. Você tem que se inscrever, apresentar um projeto para... já tem que tá definido, o escopo, o custo, recursos humanos... você vai precisar, né? É isso. E você concorre com outros... outras solicitações e é aprovado. Semelhante ao que a FUNALFA faz ali com a Lei Murilo Mendes, né? Então, projetos dessa natureza no estado e no Ministério da Cultura também... à época, porque hoje eu acho que fundiu, também, o Ministério da Cultura fundiu também, com o da Educação, se eu não me engano, né? E aí, assim... os federais eram mais complicados porque tinha um certo lobby, assim... à época, assim... que você tinha que contratar especialistas em confeccionar o projeto pra poder concorrer, tipo Lei Rouanet. Muito difícil você, como artista, como pessoa física, cê se candidatar e... sendo que pô! Tinha um grupo, tinham empresas que faziam isso, tinha alguns contatos dentro do Ministério da Educação que facilitava essas tramitações, né? [...] É... eu acho que assim, tinha que ter no âmbito ali, da Pró-Reitoria, uma equipe especializada, né? Em tá buscando essas oportunidades e

consolidando as ações de forma você construir projetos sólidos, né? [...] (DIRETOR 1, 2019).

A fala do Diretor 2 traz a experiência do que ele chama de “atividade em conjunto” com entidade pública municipal e da parceria com empresa privada, mas não ficou claro como se deu essa parceria. Outro ponto importante, assim como os demais diretores, ele ressaltou a vontade em participar de Editais de apoio e fomento à cultura, que conferissem ao teatro uma dimensão de produtor de eventos.

Na época da nossa gestão, nós fizemos várias atividades em conjunto com a Funalfa. Então, por exemplo, o teatro cedia seu espaço, a Funalfa entrava com pagamento de cachê dos músicos, ou da equipe de teatro, pagamento de som... então, a gente fazia essas parcerias, né? Pras atividades acontecerem... Eu busquei, também, uma relação com algumas empresas da cidade. Então, por exemplo, o projeto Central de Compositores foi um projeto apoiado pela Chico Rei, que é uma empresa da cidade, que elabora camisas, né? Que hoje já é uma empresa internacional, de visibilidade internacional, então a Chico Rei entrou como apoiadora desse projeto, Central de Compositores. É... até hoje, né? As atividades que a gente desenvolve do Ponto de Samba, aqui no teatro, por exemplo, os shows que a gente faz, sempre ali no início de dezembro para comemorar o dia Nacional do Samba, a gente busca parceiros externos, a Chico Rei sempre é uma parceira. Então, a gente busca sempre é... estabelecer essa relação entidades, né? Vamos chamar assim. Agora, na época também, eu comecei a pensar na possibilidade do teatro, dele ser um produtor dos seus próprios espetáculos, né? Dele ser, na verdade, um... um alguém que poderia demandar as atividades culturais. Hoje, a gente acaba exercendo um papel muito passivo. São os produtores que vêm até ao teatro participar de um edital, né? Ou das suas datas livres, né? Para propor os espetáculos culturais aqui. Eu pensava numa outra dimensão, do teatro ser também um produtor cultural dele mesmo, né? Então, foi uma questão que a gente começou a conversar... eu conversava muito com a Valéria sobre esse assunto, né? Pensando também na possibilidade do teatro participar de alguns editais públicos, como a Lei Rouanet, editais... por exemplo, como da Natura Musical, diversas leis de incentivo, né? (DIRETOR 2, 2019).

A partir dessa análise, o próximo capítulo apresentará um Plano de Ação que pretende corroborar com o objetivo desse trabalho, que é uma atuação mais ativa da gestão do CTC. Dessa maneira, as dificuldades apresentadas serão elencadas para que possam ser superadas no Plano de Ação Educacional.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: AÇÕES PARA A GESTÃO CULTURAL MAIS PROATIVA

A estratégia utilizada para a construção deste trabalho apresentou, no primeiro capítulo, as evidências de que a UFJF tem perfil ativo de Gestão Cultural, inicialmente, através da verificação de documentação e bibliografia. Em seguida, também através da revisão documental e bibliográfica, evidenciou-se o fato de que o Cine-Theatro Central, além de patrimônio histórico e artístico material, possui valor afetivo para a cidade e região, que mobilizou-se em prol da sua manutenção. Apresentou-se, também, dados acerca do perfil contemporâneo de gestão, que se mostra pouco ativa no que tange à democratização de acesso à população através da proposição de eventos.

O segundo capítulo fundamentou a atuação da universidade pública no contexto da promoção cultural, balizado, ainda, na teoria de que um “bem” pode tornar-se uma “ferramenta” cultural. O estudo comparativo mostrou algumas alternativas através de projetos desenvolvidos em outras universidades públicas para a promoção da cultura enquanto direito social. O capítulo foi finalizado com as entrevistas dos últimos diretores e do atual, bem como da Pró-Reitora, que confirmaram a intenção e a visão da percepção de cultura apresentada no mesmo capítulo, além da necessidade de ampliação da atuação do CTC nesse sentido.

A partir dessas análises, elencamos as dificuldades que podem colaborar para o atual perfil de gestão a fim de que seja possível, em seguida, propor o Plano de Ação Educacional (PAE) que busque colaborar com a superação desses entraves. Para as proposições do PAE, a partir do levantamento que será apresentado, usaremos a 5W2H. Essa ferramenta de administração, conforme colocado por Ferreira (2018), define as sete questões fundamentais (em inglês) para determinar o plano de ação, conforme explicado a seguir:

What (o que será feito?) – representa a definição clara das ações que serão empreendidas;

Why (por que, qual a importância?) – destaca a relevância dessas ações para a organização, justificando, assim, os investimentos que deverão ser feitos no plano que está sendo proposto;

Who (quem será responsável?) – define as instituições, os setores e as pessoas que serão responsáveis pela execução das atividades propostas, sendo fundamental que fique bem claro o papel que cada um deverá desempenhar para o sucesso do que foi planejado;

Where (onde a ação ocorrerá?) – algumas ações podem ocorrer em espaços distintos, fora das instalações da escola e mesmo as que serão realizadas internamente podem requerer espaços específicos com determinados recursos como, por exemplo, uma quadra de esportes;

When (Quando ela ocorrerá?) – define o período em que cada ação deverá ser empreendida, sendo recomendável a definição de um cronograma que deixe claro o que precisa ser feito em cada momento, evitando que atrasos em uma determinada atividade impactem negativamente as demais;

How (como será desenvolvida?) – de que forma cada ação prevista será empreendida? Que métodos e técnicas serão empregados em sua execução?

How Much (quanto custará?) – representa uma definição de grande importância, pois sem recursos financeiros adequados os planos fracassam, sendo fundamental, portanto, que exista uma definição precisa de quanto custarão as atividades propostas para que possam ser negociadas dotações orçamentárias adequadas (FERREIRA, 2018, p. 4).

Para melhor entendimento das proposições, os entraves que se apresentaram na pesquisa foram divididos em dois eixos de análise: Gestão Cultural e Gestão Pública. No primeiro eixo, aponta-se a dificuldade de participação em Editais e Leis de Financiamento Cultural e a ausência de sistematização para propostas de projetos. No eixo da Gestão Pública, três entraves foram destacados: falta de previsão orçamentária, engessamento e morosidade, em função dos ritos da gestão pública e das especificidades do teatro, e, finalmente, a dificuldade da democratização do acesso a parte da população ao patrimônio público e à cultura. Os entraves foram resumidos no quadro a seguir:

Quadro 3 – Principais entraves, por eixo, e sugestões de ações

Entraves para gestão mais ativa do CTC	Gestão Cultural	Dificuldades na participação de Editais de financiamentos culturais	Criação de Comissão para estudo e acompanhamento de Editais
		Ausência de sistematização para propostas de projetos	Criação de fluxograma de projetos
	Gestão Pública	Falta de previsão orçamentária	Proposta de vinculação de parte da receita do CTC, via atualização do Regimento Interno
		Engessamento e morosidade	Proposta de Projetos a serem administrados via Fundação através de Edital lançado pela ProCult, nos moldes do Edital da UFRJ
		Dificuldade de acesso de parte da população a eventos	Convênios com Orquestras; Criação de Setor Educativo

Fonte: Elaborado pela autora.

Detalharemos, nas seções 4.1 e 4.2, as ações propostas que formam o Plano de Ação para superação das dificuldades elencadas pela gestão do CTC na construção de uma gestão mais proativa com vistas a tornar o espaço em uma ferramenta cultural. Primeiramente,

faremos a sistematização de apresentação de projetos, com a proposta de uma Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e Fluxograma desses projetos para a viabilização desses através da captação de recursos. Sobre a questão do financiamento e sua previsibilidade para projetos a serem desenvolvidos durante o ano, há a sugestão um grande Edital da ProCult, no qual todos seus órgãos vinculados à ela poderiam concorrer. Posteriormente, a ação que propõe a atualização do Regimento, necessária para dar legalidade à gestão, visando garantir a continuidade dos projetos, através da vinculação de parte da receita do teatro para o financiamento de projetos de ampliação, incluindo as duas propostas de ação contínuas apresentadas, também, como parte do Plano de Ação aqui proposto.

4.1 GESTÃO CULTURAL – AÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS PARA ENFRENTAMENTO DE DIFICULDADES NA CRIAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DE PROCESSOS E PARTICIPAÇÃO EM CHAMADAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO

O primeiro entrave, para a gestão Cultural, avaliado no Quadro 3, diz respeito à dificuldade de participação nos Editais de Fomentos à Cultura lançados ao longo do ano, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada. Essa dificuldade passa pela ausência de criação de um fluxo de proposição de projetos. No nosso entendimento, o planejamento de ações deverá ser anterior à participação de Editais.

Cada Edital de financiamento é único. Assim, a participação em cada um deles exige elevado grau de formalização dos projetos. Esses entraves podem estar, de certa maneira, ligados ao fato de que o cargo de Diretor do CTC é exercido por profissionais indicados, que possuem pouca experiência na gestão de projetos e nos ritos da Administração Pública e, por tratar-se de cargo de confiança, tende a haver troca na gestão, a partir da mudança da Administração da UFJF. Nesse sentido, os próprios diretores sugeriram que houvesse uma equipe de apoio para dar suporte às proposições e projetos idealizados por eles, no âmbito do CTC ou da ProCult.

Nossa proposta é a formação de uma Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e Formalização de Projetos, formada pela equipe do CTC, gerenciada pelo Diretor e composta pelo Coordenador de Eventos, pela Agente de Cultura e Lazer, pelo Assistente de Cultura e Lazer, pela Secretária Executiva e por um bolsista da área de Administração. Essa Comissão deverá receber capacitação, com treinamentos e cursos na área, e ter um caráter permanente, com foco no acompanhamento da abertura de Editais e na

elaboração formal dos projetos a serem desenvolvidos no CTC, tanto aqueles projetos que necessitem recursos financeiros, quanto os que não necessitem de aporte financeiro.

Quadro 4 – Criação de Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais

O quê	Comissão para Elaboração e Acompanhamento de Editais e Formalização de Projetos.
Por quê	Para o acompanhamento de Editais de Financiamento a projetos artísticos e culturais, a fim de uma elaboração formal de Projetos com vistas a participação desses Editais, para formatação e execução de projetos criados pela direção do CTC.
Quem	Diretor, Coordenador de Eventos, Agente de Cultura e Lazer, Assistente de Cultura e Lazer, Secretária Executiva e bolsista da área de Administração.
Onde	No CTC.
Quando	Continuamente.
Como	A partir da proposição de projetos, emanados pela Direção, a Comissão formalizará a proposta e verá se ela pode concorrer a Editais abertos, com buscas diárias desses financiamentos, feitas pelo bolsista. Caso não haja essa perspectiva, caberá à Comissão, a partir do aval do Conselho Superior, elaborar os Editais para captação de verbas, bem como o acompanhamento e a gerência desses processos.
Quanto	O custo é referente à bolsa a ser concedida

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme relatado também no capítulo anterior pelos gestores, além da dificuldade dessa formalização de projetos, as parcerias que ocorreram, bem como os projetos já desenvolvidos, não possuem um fluxo a ser seguido. Não há no CTC uma sistematização para esses procedimentos. Assim, o caminho percorrido por eles, que seria o registro dessas ações, tende a se perder, o que faz com que não haja uma referência que possa nortear uma nova gestão. A cada gestão, uma nova busca.

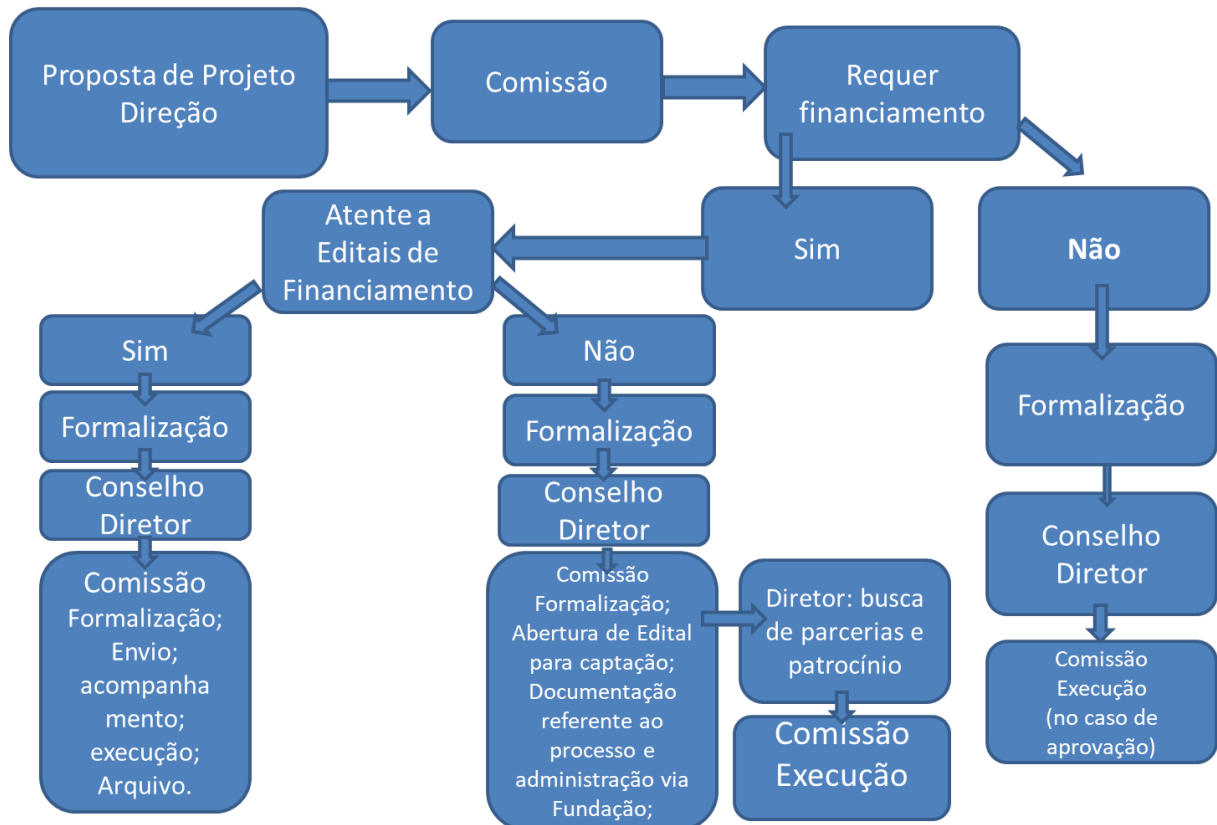
Para superar esse constante recomeço, propomos um fluxograma desses projetos, a partir da criação da Comissão proposta acima. Esse fluxo teria início com a proposição de proposta de projeto, advinda da direção ou de algum membro da equipe. A partir dessa demanda, a Comissão deverá levantar todos os dados referentes ao projeto, usando, para tanto, a ferramenta 5W2H, já apresentada neste item.

Após essa formalização, essas propostas serão apresentadas ao Conselho Diretor do Teatro. Caso seja aprovado e não haja custo, o projeto retornará à Comissão para a realização necessária para os trâmites, como alvarás e licenças, se for caso. Havendo necessidade de financiamento para a realização do projeto aprovado pelo Conselho, a Comissão deverá avaliar a possibilidade da participação em Editais ou Leis de Financiamento, considerando, além dos projetos, os prazos. Se a proposta se enquadrar em algum desses editais ou leis, a Comissão formatará o processo de maneira a atender o que for solicitado pelo órgão financiador e fará o envio. Caberá, ainda, à Comissão o acompanhamento dos trâmites e sua execução, até a conclusão do projeto.

Caso não seja possível o financiamento desses projetos através do financiamento de leis de incentivo ou Editais com o mesmo fim, após a aprovação do projeto pelo Conselho, a Comissão deverá elaborar editais próprios a serem publicizados nos *sites* do CTC, da PROCULT e da UFJF para captação de patrocínio. À direção caberá a ação e a busca dessas empresas para apresentação das propostas. Como nos demais, os projetos serão abertos no SIGA para registro e posterior consulta. Após a captação, o projeto será administrado via Fadepe. Para tanto, a Comissão deverá providenciar a documentação necessária e caberá ao Diretor o acompanhamento da execução financeira junto à Fundação.

A execução do projeto será realizada pela Comissão, conforme previsto no Edital elaborado e publicizado por ela, e aprovada pelo Conselho, conforme a Figura 14, a seguir:

Figura 14 – Fluxograma dos Projetos no CTC



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2 GESTÃO PÚBLICA – ENFRENTANDO A BUROCRACIA, ENTRAVES DE FINANCIAMENTO E SISTEMATIZANDO UMA GESTÃO MAIS PROATIVA – O CTC COMO FERRAMENTA DE CULTURA

No eixo da Administração Pública, o entrave mais recorrente constatado nas entrevistas foi o engessamento causado pelos ritos iminentes ao setor público face às especificidades de um teatro. A maioria dos gestores disse que a administração via Fadepe conferia ao espaço maior flexibilidade à gestão.

Buscando suplantar esse obstáculo, a proposta a seguir é baseada no Estudo comparativo apresentado no capítulo anterior, em que a UFRJ, através de Edital, oferece financiamento a projetos desenvolvidos em seus setores culturais já constituídos. Na UFJF, os órgãos executores da ProCult, bem como os demais Projetos por ela administrados, poderiam concorrer a esse financiamento. Dessa forma, seria possível fazer a previsão de projetos que seriam realizados a partir do aporte financeiro disponível. Haveria ainda uma maior clareza nas escolhas dos projetos a serem atendidos e a criação de calendário de atividades e ações a

serem desenvolvidas durante o ano. Esse mesma proposta pode atender, também, a falta de previsibilidade orçamentária descrita também pelos gestores, pois o Edital já deverá constar o total a ser disponibilizada a cada projeto desenvolvido.

Quadro 5 – Edital ProCult

O quê	Edital Projetos e Ações.
Por que	Para que haja uma previsão orçamentária para projetos a serem realizados ao longo do ano, administrados via Fadepe que concernem maior flexibilização, como apontado pelos gestores e, ainda, transparência às ações executadas.
Quem	ProCult.
Onde	A ser determinado pelos órgãos executores e projetos.
Quando	O Edital terá validade de um ano para a execução dos projetos.
Como	A partir da definição do aporte financeiro da Administração Superior da Universidade da UFJF, a ProCult lançará Edital para recebimento de projetos oriundos de seus órgão executores, tendo como responsáveis professores ou servidores do quadro, com nível superior. A administração será realizada via Fadepe.
Quanto	O custo é referente ao valor a ser determinado pela IFES.

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda sobre a questão do financiamento, com vistas à superação da falta de previsão orçamentária do CTC, deve-se pensar na vinculação formal de parte do recurso arrecadado pelo Teatro, oriundos de aluguéis recebidos através de GRU, que vai para conta única da Universidade, para uso em projetos e ações com vistas à democratização do acesso. Essa proposta, busca, também, a atualização do documento que norteia as ações e o formato da administração do Teatro, o Regimento Interno do CTC, uma vez que este se encontra desatualizado. O atual documento, que data de 2007, além de ainda constar a administração via Fadepe e a cadeira no Conselho destinada ao membro da fundação, não consta a figura do Diretor. O documento prevê um Coordenador Administrativo. Assim, toda a estrutura administrativa está em desacordo com a prática.

Por se tratar de documento oficial, a nova versão deverá ser apresentada ao Conselho Superior da UFJF para chancela e assinatura de seu presidente, o Reitor da Universidade. Dessa maneira, a vinculação de parte do retorno das receitas torna-se um compromisso oficial da instituição.

Quadro 6 – Atualização do Regimento Interno

O quê	Atualização do Regimento Interno.
Por que	Para que haja uma vinculação de parte da receita recebida pelo teatro para ações e projetos, com vistas à democratização do acesso e atualização do documento com a atual gestão da casa.
Quem	Diretor.
Onde	UFJF.
Quando	-
Como	A partir da reformulação realizada pelo Diretor e referendada pelo Conselho do CTC, o documento deverá ser apresentado ao CONSU para apreciação e assinatura do Reitor
Quanto	Não há custo.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a ampliação e a democratização do acesso à cultura, apresentamos duas propostas contínuas a serem desenvolvidas. O caráter de continuidade impresso nessas ações pretende garantir a ampliação constante da democratização do acesso ao CTC e o estreitamento do vínculo entre a população de Juiz de Fora e o espaço, uma vez que sua implementação deverá incorporar-se à gestão. A primeira dessas propostas seria a criação de um Setor Educativo, responsável por desenvolver, junto ao IAD, convênio para que seja estabelecida no CTC uma Escola de Artes com ações extensivas à comunidade em geral. O conteúdo do curso será discutido e definido pelo setor, que contará com estagiários-bolsistas dos cursos do Instituto, como, por exemplo, o de “licenciatura em Música”. O setor poderá ser financiado com os recursos advindos dos aluguéis, já vinculados no novo Regimento Interno.

A sugestão é que se atenda, anualmente, duas turmas com 20 alunos, a primeira, de estudantes com baixa renda, e a segunda, uma turma da Terceira Idade. O curso terá duração de um ano e, durante esse período, os participantes terão acesso aos espetáculos que ocorrerem na casa, sejam eles pagos ou não, de acordo com a faixa etária, garantidos pela UFJF através da cessão de suas cadeiras cativas.

Quadro 7 – Criação de Setor Educativo – Escola de Artes

O quê	Criação de Setor Educativo – Escola de Artes.
Por que	Para que haja uma ação constante de iniciação a arte e cultura no espaço do CTC, tornando-o mais democrático.
Quem	Direção, Professor do IAD, dez bolsistas.
Onde	No Cine-Theatro Central.
Quando	O programa terá duração de um ano, com o atendimento a 20 crianças e 20 pessoas da 3ª Idade, através de curso livre de Artes.
Como	Dois vezes por semana, durante 50 minutos.
Quanto	A princípio, não haverá custos.

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra proposta com vistas ao fomento da cultura e a democratização do acesso, envolve a elaboração de um Convênio com Orquestras Públicas e Projetos, como Movimentos Culturais e Artísticos que já possuam proposta de espetáculos artísticos e culturais, com a finalidade da criação de uma agenda anual de apresentações abertas ao público em geral. Nessa proposta, será lançado um Edital para Chamamento Público no qual o CTC, a partir de datas definidas pela Direção e Conselho, oferecerá suporte, através de diárias e montagens de espetáculos, se for o caso, para que Orquestras ou Grupos de todo país possam se apresentar na casa. Isso estimularia não apenas a cultura erudita e consagrada, mas também novos movimentos culturais, oriundos de manifestações mais populares. Esses eventos deverão acontecer, pelo menos, uma vez por mês, com apresentações gratuitas.

Quadro 8 – Calendário Anual de Apresentações Públicas

O quê	Calendário Anual de Apresentações Públicas.
Por que	Para que haja ação constante no CTC de fricção das artes e democratização de acesso à cultura.
Quem	Equipe do CTC.
Onde	No Cine-Theatro Central.
Quando	Mensalmente.
Como	Através da apresentação de espetáculos artísticos-culturais.
Quanto	Poderá haver ajuda de custo, com pagamento de diárias e montagem de espetáculos, realizados através de contrato da ProCult.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta dissertação, buscou-se em todas as ações um baixo custo operacional ou nenhuma previsão financeira necessária. A maioria das propostas é baseada em ações gerenciais, que visam superar a burocracia e tornar o CTC uma ferramenta cultural atuante, em consonância com os princípios democráticos que a UFJF vem desenvolvendo, também, na área da cultural.

Apresentadas as dificuldades, cumpre ressaltar que em todos os aspectos os gestores demonstram total interesse em caminhar no sentido proposto por esta dissertação. O que se buscou aqui foi a apresentação de propostas para instrumentalização da gestão do CTC na construção de uma administração mais proativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciando nossas Considerações Finais, começamos com a fala do sociólogo Geertz (1978, p. 33-35) sobre o papel fundamental da cultura na construção humana: “Cultura não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela [...]. Não existe algo como uma natureza humana independente da cultura”. Para ilustrar esse aspecto cultural que fundamenta a formação humana e dita as regras da vida na sociedade, bem como define nossos anseios, trazemos um pouco de arte, em um exercício de metalinguagem, para demonstrar, também, o quanto o acesso a ela é capaz de nos dar ferramentas para a leitura do mundo e ressignificação da vida, que pode levar a mudança do **status quo**, ou do “fim do mundo”, como ressalta o poema de Carlos Drummond Andrade:

Poema da necessidade

É preciso casar João,
é preciso suportar Antônio,
é preciso odiar Melquíades
é preciso substituir nós todos.

É preciso salvar o país,
é preciso crer em Deus,
é preciso pagar as dívidas,
é preciso comprar um rádio,
é preciso esquecer fulana.

É preciso estudar volapuque,
é preciso estar sempre bêbado,
é preciso ler Baudelaire,
é preciso colher as flores
de que rezam velhos autores.

É preciso viver com os homens
é preciso não assassina-los,
é preciso ter mãos pálidas
e anunciar O FIM DO MUNDO.⁹

Como vimos na reflexão apresentada por Bourdieu (apud SILVA, 1995; apud SOUZA, 2017), o acesso à cultura e às artes tornou-se marca de distinção social restrita a alguns. Nesse sentido, é necessário que o poder público garanta sua fruição e acesso através de políticas públicas. No caso em questão, o que propomos foi a transformação do CTC de bem cultural, em ferramenta de cultura, embasado nas reflexões de Even-Zohar (2015).

⁹ DRUMMOND, Carlos. Disponível em: <https://www.culturagenial.com/poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>. Acesso em: 01 set 2019.

Observamos que a Gestão Cultural promovida pela UFJF segue esse princípio democrático e a instituição já possui ações constantes com vistas à fruição das artes e da cultura, bem como os gestores do CTC buscam ampliar essa ação. No entanto, o atual governo vem anunciando cortes de verbas na área da Educação, além de uma postura, reiterada por parte da sociedade, de que as universidades públicas são caras demais para o contribuinte e não dão retorno satisfatório, que podem comprometer o atual perfil de gestão cultural de gestão da IFEs. Comportamento já observado por Kawasaki (1997).

Nos últimos dias da escrita deste trabalho, em agosto de 2019, o governo federal apresentou novo programa para as Universidades Públicas Federais e Institutos Federais, o “Future-se”. Nele, que ainda está em fase de análise, aberto a consultas públicas, é possível perceber algumas características de uma política pública que pode ir de encontro à democratização do acesso à cultura e ao papel da Universidade nessa construção, o que é defendido neste estudo. O programa foi apresentado através de uma apresentação de *slides* promovida pelo Ministério da Educação para reitores de IFES. Ou seja, trata-se de uma política *top-down* que não contou com a colaboração dos implementadores, daqueles que caberão, se for o caso, a responsabilidade de torná-lo viável, e aponta para uma formação altamente tecnicista e profissional com vistas ao mercado.

Por outro lado, o governo argumenta que o programa destina-se a dar mais autonomia à gestão dos recursos, que é uma dificuldade reiterada e apontada pelos gestores aqui ouvidos, através da administração exercida por Organizações Sociais. Não nos compete aqui, tampouco há informações suficientes para análise mais profunda sobre a política que está sendo adotada pelo governo para as IFES, mas cremos que cabe mais uma vez frisar os apontamentos de Chauí (2003), acerca das Universidades Públicas enquanto Instituições e de seu papel na construção da sociedade.

Nesse sentido da ampla formação, da importância de práticas em prol da fruição cultural e de seu caráter intrínseco à formação educacional, trazemos para ilustrar a reportagem da Folha de São Paulo, vinculada no dia 24 de maio deste ano, com o título “Promoção de cultura é fundamental para dar sentido à vida na cidade”. A matéria registrou, a partir do debate do Seminário de Economia e Arte, como projetos culturais, como o Carnaval de rua e a Virada Cultural, eram analisados, em pesquisa realizada pela Folha e pelo Itaú Cultural. “Sem cultura e educação não tem saída. Precisamos fortalecer esse pensamento e transformar ideias que são colocadas de maneira agressiva contra a cultura e a arte para que elas não se tornem relevantes e possam prejudicar ainda mais o desenvolvimento do país” (MIRANDA, 2019, p. 2).

Neste trabalho, observamos que a UFJF reconhece a si como Instituição, como coloca Chauí (2003), e seus dirigentes buscam a democratização do acesso à cultura, aliado à educação, num espaço construído precipuamente para uma elite, o CTC. Dessa maneira, as propostas de ampliação da participação da gestão do CTC na construção de projetos que o tornem uma atuante ferramenta cultural, a partir da sistematização de projetos e demais PAEs sugeridos, está amparado, também, no tripé que fundamenta as universidades públicas: o ensino, a pesquisa e a extensão. O ensino e a pesquisa representados pela proposta de participação na formação dos alunos do IAD e da Administração, e a extensão vinculada aos demais planos de ação com vistas à democratização do acesso à cultura e fruição das artes.

A relevância deste trabalho e das ações aqui desenvolvidas estão aliadas às políticas públicas que visam à garantia do acesso e a fruição cultural, em consonância com a Carta Magna do país e demais políticas mundiais que reconhecem a cultura enquanto direito.

Como limitação desta pesquisa, apontamos o fato de não ter sido realizada uma pesquisa sobre o perfil dos frequentadores do CTC, complementada por uma amostra da população que não o frequenta para avaliação mais profunda sobre essa questão. Deixamos esse estudo como sugestão para futuras pesquisas. Outra sugestão seria o impacto do “Future-se” na administração do CTC, para que se avalie se a flexibilização da gerência de recursos contribuiria, de fato, para a gestão mais proativa do teatro, com todas as suas especificidades, conforme foi apontado pelas entrevistas aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rodrigo. JF precisa de um espaço adequado para produções. Em debate, o teatro municipal. **Jornal Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 02 out.1981.

BLACK, Júlio. Com boa vontade, tudo há de dar certo. **Jornal Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 30 dez. 2016. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/30-12-2016/com-boa-vontade-tudo-ha-de-dar-certo.html>. Acesso em: 08 out. 2018.

BORGES FILHO, João Nascimento. **Política cultural na Educação Superior**: os casos das Universidades Federais do Amapá UNIFAP e UEAP. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www2.unifap.br/borges/files/2011/02/POL%C3%8DTICA-CULTURAL-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-SUPERIOR-os-casos-das-Universidades-Federal-e-do-Estado-do-Amap%C3%A1-UNIFAP-e-UEAP.pdf>. Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto nº 1.877 – B, 1960**. Cria a Universidade Federal de Juiz de Fora e dá outras providências. Brasília: Departamento da Imprensa Nacional, 1960.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

_____. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC)**. 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/1099729/1429051/Documento+B%C3%A1sico+do+SNC.pdf/685edb37-c1c7-4018-96ef-37a7fd97c99c>. Acesso em: 04 dez. 2012

_____. Ministério da Educação. **Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998**. Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora, com sede na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ufjf/files/2015/10/estatuto.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.666/ 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em 10 mar. 2019.

CENTRAL: ainda uma opção de teatro? **Diário Mercantil**, Juiz de Fora, 9 out.1981.

CRISTÓFARO, Valéria de Faria (org.). **Patrimônio vivo**: UFJF 45 anos. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./ dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Apresentação, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/historico/apresentacao/>. Acesso em: 30 set. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Chamada Pública de ocupação artística e cultural do Cine-Theatro Central nº 01/ 2108, Juiz de Fora, 2018a. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Chamada-Publica-Central-2018.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Edital Luz da Terra 02/ 2018, Juiz de Fora, 2018b. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Luz-da-Terra-2-2018.pdf>. Acesso em 11 nov. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Inauguração, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/inauguracao/>. Acesso em: 30 set. 2018.

CTC. **Cine-Theatro Central**. Origens, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/origens/>. Acesso em 30 set. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Restauração, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/restauracao/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Cine-Theatro Central**. Tombamento, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.theatrocentral.com.br/tombamento/>. Acesso em: 10 nov. 2018. G

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo. **Perspec.** [online], v.15, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 mai. 2018.

EVEN-ZOHAR, Itamar. A literatura como bens e ferramentas. **Revistas Colineares**, v. 1, n. 2, p. 264-275, jan./ jun. 2015.

FERREIRA, Victor Cláudio Paradela. **Liderança educacional e gestão escolar. O planejamento e sua aplicação no contexto escolar**, 2018. Disponível em: <http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=1825>. Acesso em: 12 set 2019

GEERTZ, C. O Impacto do conceito de cultura no conceito de homem. In: GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./ jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 21 de jul. 2019.

JUIZ DE FORA. **Lei nº 6.108, de 13 de janeiro de 1982**. Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar o tombamento dos bens culturais situados no Município, móveis e imóveis; cria a Comissão Permanente Técnico-Cultural de preservação dos bens culturais, o Conselho Consultivo e dá outras providências. Disponível em: https://jflgis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000017606. Acesso em: 12 set. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOURES, Marisa; MORAES, Mauro. Cine-Theatro Central abre agenda para 115 ocupações. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 28 jul. 2015. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/28-07-2015/cine-theatro-central-abre-agenda-para-115-datas.html>. Acesso em: 11 nov. 2018.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2004, Bauru. **Anais...** Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em: 12 set. 2019

MIRANDA, Danilo dos Santos. VIEIRA, Bianka. Promoção de cultura é fundamental para dar sentido positivo à vida na cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 mai. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2019/05/promocao-de-cultura-e-fundamental-para-ressignificar-a-vida-na-cidade-dizem-especialistas.shtml>. Acesso em: 01 set. 2019.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KAWASAKI, Clarice Sumi. Universidades Públicas e sociedade: uma parceria necessária. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan. 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551997000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 jul. 2018.

PERLATTO, Fernando. As mudanças estruturais das Universidades públicas brasileiras: uma proposta dialética de interpretação. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 10 -25, jan./jul. 2013.

POLICARPO, Matheus. Uma mentira sobre JF: Avenida Rio Branco NÃO é a maior via urbana em linha reta do Brasil. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 05 mai. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/05-05-2017/uma-mentira-sobre-jf-avenida-rio-branco-nao-e-a-maior-via-urbana-em-linha-reta-do-brasil.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RESGUARDO, Maria. **Av. Rio Branco: Vista Panorâmica**, década de 1960. 2011. Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/2011/02/av-rio-branco-vista-panoramica-decada.html>. Acesso em: 25 jan. 2019

TROJAN, Rose Meri. A arte e a humanização do homem: afinal de contas, para que serve a arte?. **Educ. rev.** [online], n. 12, p.87-96, 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100007. Acesso em: 19 jun. 2108

SANGLARD, Jorge. Cine-Theatro Central: Templo da fantasia, **Tribuna de Minas**, 20 nov. 1996a.

_____. Sinfônica reabre o Central. **Tribuna de Minas**, 14 nov. 1996b.

SARAIVA, Enrique. Gestão da cultura: a importância da capacitação de administradores culturais. In: BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José (orgs.). **Pensar e agir com a cultura: desafios da gestão cultura**, 2011. Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/arquivos/pensar_agir.pdf. Acesso em: 24 abr. 2018

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **De Cine-theatro à alma da cidade: Cine-Theatro Central e construção dos discursos da categoria patrimônio na cidade de Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare, Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, jul./ dez. 1995. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/215/1/OlintoSilvaINFORMAREv1n2.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SOUZA, Michel Ayres. Pierre Bourdieu. Espaço social e nossa visão de mundo. **Filosofonet**, 2017. Disponível em: <https://filosofonet.wordpress.com/2017/04/10/pierre-bourdieu-espaco-social-e-a-construcao-da-nossa-visao-de-mundo/>. Acesso em: 17 jul. 2019.

SNC. Sistema Nacional de Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, dez. 2011.

UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Apresentação, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/apresentacao/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Artes e Design, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/ensino/graduacao/artes-e-design/>. Acesso em 26 fev. 2019.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Centro Cultural Pró-Música, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ProCult/orgaos-executores/centro-cultural-pro-musica/>. Acesso em Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Cine-Theatro Central, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/servicos/2014/01/27/cine-theatro-central/>. Acesso em 30 set. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Cine-Theatro Central, Regimento Interno, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/portal/files/2009/06/resolucao054.pdf>. Acesso em: 13 mai 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Fórum da Cultura, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/forumdacultura/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Forum da Cultura, Coral, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/forumdacultura/coral/>. Acesso em 10 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Instituto de Artes e Design – IAD, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/iad/>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Memorial da República, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://mrpitamarfranco.com.br/n/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Museu de Arqueologia e Etnologia Americana, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ProCult/orgaos-executores/museu-de-arqueologia-e-etnologia-americana/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ProCult/orgaos-executores/mamm/>. Acesso em: 11 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Portaria nº 845, de 5 de julho de 2017. Juiz de Fora, 2017.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** ProCult diversifica atuação cultural da Universidade na região, Juiz de Fora, 2018a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/01/03/ProCult-diversifica-atuacao-cultural-da-universidade-na-regiao/>. Acesso em: 10 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Pró-Reitoria de Cultura lança Programa com 91 bolsas de iniciação artística, Juiz de Fora, 2018b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ProCult/2018/09/11/pro-reitoria-de-cultura-lanca-programa-com-91-bolsas-de-iniciacao-artistica/>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Pró-Reitoria de Cultura, Princípios norteadores, Juiz de Fora, [s.d.]. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ProCult/principios-norteadores/>. Acesso em: 27 abr. 2018

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Regimento Interno, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Regimento-Geral-da-UFJF.pdf>. Acesso em 09 nov. 2018.

_____. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Som Aberto, Juiz de Fora, 2017.

UFRJ. **Universidade Federal do Rio de Janeiro.** GARINs, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://proartufrj.wordpress.com/garins/>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. **Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Edital Proart, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.forum.ufrj.br/images/EDITAL_PROART_2019_.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Projeto 12:30.** Disponível em: <http://dac.ufsc.br/projeto-1230/>. Acesso em 14 fev. 2019.

UFSJ. Universidade de São João Del-Rei. **Inverno Cultural**. Disponível em: <https://invernocultural.ufsj.edu.br/>. Acesso em: 14 fev. 2019

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ENTREVISTA PRÓ-REITORA DE CULTURA

Sou servidora da UFJF, no cargo de secretária executiva, e exerço minhas funções no Cine-Theatro Central, órgão executor da Pró-Reitoria de Cultura. Curso mestrado profissional de Gestão e Avaliação da Educação Pública. O objetivo geral deste trabalho é a investigação de meios para tornar a gestão do Cine-Theatro Central mais atuante. O objetivo geral apresentado se desdobra nos seguintes objetivos específicos: realização de um estudo do perfil da gestão cultural realizada pela UFJF, com foco no CTC, análise de projetos culturais desenvolvidos por outras Universidades Públicas Federais, e proposta de instrumentos para essa sistematização.

1. Qual seu percurso no sistema Universitário e na Gestão Cultural?
2. Como se dá, no âmbito da UFJF, a destinação dos recursos para área cultural?
3. Como são planejadas as previsões orçamentárias para a Pró-Reitoria de Cultura?
4. Como são propostos os projetos para o CTC?
5. Qual o objetivo central da administração do CTC?
6. Quais os maiores entraves na gestão do CTC?
7. Atualmente, há fomentos indiretos destinados a programas e ações na área da cultura. Enquanto gestora, você já buscou algum tipo de parceria nesse sentido? Como se deu o processo?
8. O que você vislumbra para o futuro do CTC?

APÊNDICE B – ENTREVISTA DIRETOR DO CTC DE 2014-2016

Sou servidora da UFJF, no cargo de secretária executiva, e exerço minhas funções no Cine-Theatro Central, órgão executor da Pró-Reitoria de Cultura. Curso mestrado profissional de Gestão e Avaliação da Educação Pública. O objetivo geral deste trabalho é a investigação de meios para tornar a gestão do Cine-Theatro Central mais atuante. O objetivo geral apresentado se desdobra nos seguintes objetivos específicos: realização de um estudo do perfil da gestão cultural realizada pela UFJF, com foco no CTC, análise de projetos culturais desenvolvidos por outras Universidades Públicas Federais, e proposta de instrumentos para essa sistematização.

1. Qual seu percurso no sistema Universitário e na Gestão Cultural?
2. Como se dá, no âmbito da UFJF, a destinação dos recursos para o Cine-Theatro Central?
3. Quando o senhor assumiu o Cine-Theatro Central, aconteceu uma mudança na administração. O CTC deixou de ser gerido via FADEPE. Explique esse processo.
4. Como são planejadas as previsões orçamentárias para a CTC?
5. Como são propostos os projetos para o CTC?
6. Atualmente, há fomentos indiretos destinados a programas e ações na área da cultura. Enquanto gestor, o senhor já buscou algum tipo de parceria nesse sentido? Como se deu o processo?
7. Quais os maiores entraves na gestão do CTC?
8. Qual o objetivo central da administração do CTC?
9. O que você vislumbra para o futuro do CTC?

APÊNDICE C – ENTREVISTA DIRETOR DO CTC DE 2016-2017

Sou servidora da UFJF, no cargo de secretária executiva, e exerço minhas funções no Cine-Theatro Central, órgão executor da Pró-Reitoria de Cultura. Curso mestrado profissional de Gestão e Avaliação da Educação Pública. O objetivo geral deste trabalho é a investigação de meios para tornar a gestão do Cine-Theatro Central mais atuante. O objetivo geral apresentado se desdobra nos seguintes objetivos específicos: realização de um estudo do perfil da gestão cultural realizada pela UFJF, com foco no CTC, análise de projetos culturais desenvolvidos por outras Universidades Públicas Federais, e proposta de instrumentos para essa sistematização.

1. Qual seu percurso no sistema Universitário e na Gestão Cultural?
2. Como se dá a destinação dos recursos para o Cine-Theatro Central?
3. Como são planejadas as previsões orçamentárias para a CTC?
4. Como são propostos os projetos para o CTC?
5. Atualmente, há fomentos indiretos destinados a programas e ações na área da cultura. Enquanto gestor, o senhor já buscou algum tipo de parceria nesse sentido? Como se deu o processo?
6. Quais os maiores entraves na gestão do CTC?
7. Qual o objetivo central da administração do CTC?
8. O que você vislumbra para o futuro do CTC?

APÊNDICE D – ENTREVISTA – DIRETOR DO CTC DE 2018

Sou servidora da UFJF, no cargo de secretária executiva, e exerço minhas funções no Cine-Theatro Central, órgão executor da Pró-Reitoria de Cultura. Curso mestrado profissional de Gestão e Avaliação da Educação Pública. O objetivo geral deste trabalho é a investigação de meios para tornar a gestão do Cine-Theatro Central mais atuante. O objetivo geral apresentado se desdobra nos seguintes objetivos específicos: realização de um estudo do perfil da gestão cultural realizada pela UFJF, com foco no CTC, análise de projetos culturais desenvolvidos por outras Universidades Públicas Federais, e proposta de instrumentos para essa sistematização.

1. Qual seu percurso no sistema Universitário e na Gestão Cultural?
2. Como se dá a destinação dos recursos para o Cine-Theatro Central?
3. Como são planejadas as previsões orçamentárias para a CTC?
4. Como são propostos os projetos para o CTC?
5. Atualmente, há fomentos indiretos destinados a programas e ações na área da cultura. Enquanto gestor, o senhor já buscou algum tipo de parceria nesse sentido? Como se deu o processo?
6. Quais os maiores entraves na gestão do CTC?
7. Qual o objetivo central da administração do CTC?
8. O que você vislumbra para o futuro do CTC?

RECITAL DA JUVENTUDE

I PARTE

TEATRO EXPERIMENTAL DE ÓPERA
Cidade de Curitiba de 1937 a 1943

Mário de Andrade

Ópera: *Adão de Amor* - Delian Cordeiro
Burlesco - Camargo Santoro - Vanda Mouton
Deus em Nós - Ode um tempo - Vanda Maria Lima Barros
Que Ninguém Eu Quero - Alair Torres e Tereza Teixeira

Francois Migroni

O Deus Novo de Vós - Maria Tereza Teixeira
Demônio de Deus - Maria Ligiani S. Martins
A Senhora - Mariza Ligiani S. Martins
Variante sobre Luz de São João - Delian Cordeiro

Jaimé Ovalle & Manuel Bandeira

Abstrata - Claudio Brandi
Asfalto - Vanda Magalhães e Henrique Frensdorff

Luciano Gallet

Musica - Marzelo - Samuel Lima

Ernani Braga

A Canção Populista - Vanda Mouton e Ivo van Dommelen

Lorenzo Farnandes

Nova de Jureta - Alair Torres
Musical - Cláudio Brandi e Maria Tereza

Heitor Villa Lobos

Nômade - Samuel Lima
Requiem de S. Francisco - Maria Tereza Teixeira
O Dia - Cláudio Brandi de TEO

Ar piano - Nery Rodrigues Correia
Coordenação Geral - Alair Matarazzo

UÍRAPURU

Missa de Vila Lúcia
 Cenografia de Maria do Carmo Corrêa

Em tal presença um grupo de jovens cantores encenaram um velho e belo mito baseado no folclore segundo uma lenda de Maria.

Procedendo a atuação da farsa por uma dramática história sobre os costumes e costumes sem acompanhamento e movimento para fora de cena.

A continuação prevista do espetáculo Uirapuru é interrompida por todos. Uma briga violenta acontece entre a atriz e o ator, da mesma maneira. Um episódio trágico que ocorre entre eles é imediatamente considerado em um novo episódio. A nova peça que prontamente cantam o povo, enquanto o povo não tem tempo para se preparar para os novos desdobramentos de uma história feita de novo.

Sempre há a chegada do seu filho que procura vingar a desonra e sua morte.

O inglês possui uma história digna com o seu mito que a trata com uma fé.

Enquanto as crianças incluem corações verdadeiramente o tempo para a festa pública e a transformação em um novo planeta dentro do âmbito da farsa.

BANDAS DE MÚSICA DO

M. N. S. - do II Recital de Polícia de Juiz de Fora

N. A. Barros - Alentejo - La Norma
 G. Costa - Aida - Uirapuru
 Mouton - Maria
 Bandeira
 Mouton - L. Alfa - Marcha de
 A. Costa - Camargo - Poesias - O Uirapuru

PARTICIPANTES

Três Capelães - Rudolph de Andrade
 João Barros - Maria Cristina Bittercourt
 João Fren - Nelly Nery Peres
 João - Almir C. Martins - Zula Azevedo
 Clara - Leônia Teixeira - Sílvia
 Patrícia - Alair Mendes - Maria Cristina Gomes - Flávia Heliodor - Natália
 C. Vello - Tereza Cristina Martins
 Maria Alice Abetto - Valquíria Valério



PARTICIPAM DÊSTE RECITAL OS SEGUINTE ARTISTAS:

CANTORES (Pela ordem alfabética dos sobrenomes):

Senhoras e Senhores:

José Luis Carneiro - Mário Cerry - Delian Correa - Ignes Kirschmaier
 Eloah Correa Lima - Manoel Paiva - Amaury Rene - Marília Soren
 Maria Tereza Teixeira - Antonio Tiburcio.

Acompañamento ao piano: **Maestro Roberto Schlaepfer**

Maestro do Córô: . . . Antonio Tiburcio

Preparadores do Córô: . . . Alayde Margarida e Antonio Tiburcio

Córô dos Solistas do T. E. O.

Supervisão geral e Coordenação Alayde Margarida

O Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora, apudesse às seguintes entidades e sociedades, a cessão de seus artistas:

ESCOLA DE CANTO LÍRICO "CARMEM GOMES" DO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
 TEATRO DE ÓPERA DA GUABABARA
 TEATRO DE ÓPERA DE NITERÓI
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARTISTAS LÍRICOS

PRIMEIRA PARTE

SALVADOR ROSA

Di Sposo el Padre . . . ANTONIO TIBURCIO
 Mia Picirella . . . MARIA TERESA TEIXEIRA

MODINHA

Quem Sabe! . . . IGNES KIRSCHMAIER

LO SCHIAVO

Quando nascosti tu . . . MANOEL PAIVA
 O Ciel di Parahyba . . . ELOAH CORREA DE LIMA
 Sogni D'Amore . . . JOSÉ LUIS CARNEIRO

CONDOR

Monologo do Zuleide . . . MARÍLIA SOREN

COLOMBO

Cena e dueto do primeiro ato
 Colombo . . . JOSÉ LUIS CARNEIRO
 O Frade . . . ANTONIO TIBURCIO

SEGUNDA PARTE


Trechos selecionados da ópera "IL GUARANY" - versão brasileira de C. Paula Barros

1) De Meigo Coração gentil . . . CECÍLIA
 2) Sinto uma força insensita . . . CECÍLIA E PERI
 3) Canção do Aventureiro . . . GONZALEZ
 4) Balada de Cecília
 5) Virgem Branca em teus olhos . . . CECÍLIA E CACIQUE
 6) Tupã dos Aimorés . . . CECÍLIA, PERI, CACIQUE E CÔRO

PERSONAGENS E INTERPRETES:

Cecília - Delian Correa
 Peri - Amaury Rene
 Gonzalez - Antonio Tiburcio
 Cacique - Mário Cerry

Coral dos Solistas do TEO - regente: ANTONIO TIBURCIO



BANCO DE CRÉDITO REAL
DE MINAS GERAIS S. A.



...UM BANCO DE TRADIÇÃO

CASAS Huddersfield Tecidos S.A.
CASIMIRAS, LINDOS E TROPICAIS

O Banco Moreira Salles S. A. prestigiando o Teatro Experimental de Ópera cumprimenta seus organizadores pela feliz iniciativa.

Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora

SOB OS AUSPÍCIOS DA U. F. J. F.
DE UTILIDADE PÚBLICA
REGISTRADO DE ACÓRDO COM A LEI ESTADUAL N.º 45
LEI MUNICIPAL N.º 1136

"IL TROVATORE"

De G. VERDI

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO DA
PROFA. ALAYDE MARGARIDA

Dia 27 de dezembro de 1966

ÀS 20 HORAS

CINE-TEATRO CENTRAL

IL TROVATORE

ATO I — 1.º QUADRO

Ferrando (*Barão*), velho mestre de cerimônias do jovem conde de Luna, conta aos homens de armas que o irmão do conde, sendo criança, sofreu um mal-sucedido de uma cigana que, por se fazer filha acolhida a seu casamento vive.

Azucena, sua filha, para vingança e para não sentir dor de cabeça para assim a criança à fogueira, mas, por engano ao final é o seu próprio filho que é atirado ao fogo. O velho conde depois se recusa a acreditar que seu filho tivesse escapado, e comanda ao seu barbeiro, o atual conde de Luna, para descobrir o paradeiro do filho desaparecido.

II.º QUADRO

Leonora (*soprano*) revela a seus amigos Ighes que está apaixonada pelo cavalheiro desconhecido, Manrico (*tenor*).

Em aparência o Conde (*baixo*), que aplica a mão de Leonora, uma mancha pelo trabalho que azucena fez. Os dois têm uma discussão e o Conde desafia Manrico para um duelo, a Leonora, interessada, não pode evitar.

ATO II — 1.º QUADRO

No campamento dos ciganos.

Os ciganos, mantidos nos montes da Bacia, trabalham fazendo o famoso "Cão dos ferreiros". Azucena (*mezzo soprano*) vê uma vez a Manrico a história da morte de seu pai e pede-lhe que a siga. Não obstante o Trovador (*sopranos*) que não é seu filho, obriga-o a fazer se batido em duelo com o Conde, mas seu estranho costume impede-o de matá-lo.

III.º QUADRO

O Conde de Luna (*barítono*), sabendo que Leonora pretende fugir-se a um conde, por julgar morto o trovador, manda a sua filha comente para não renunciar seu nome, dando a ordem aos "Il Bales", que foi das mais populares todas do século dezesseis.

Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora

SOB OS AUSPÍCIOS DA U. F. J. F.

IL TROVATORE
ÓPERA EM 4 ATOS DE GIUSEPPE VERDI
LIBRETTO DE SALVATORE CAMARANO

AÇÃO — SÉCULO XV

PERSONAGENS E INTERPRETES:

Leonora — Soprano — Maria de Lourdes Rodegheri
Manrico — Tenor — Claudio Brandi
Azucena — Mez. soprano — Mariza Ligiani S. Martins
Conde de Luna — Barítono — Mário Cerri
Ferrando — Baixo — Antônio Tibúrcio
Ighes — Soprano — Elvair Corrêa Lima
Um velho Zingaro — Baixo — João Mendes

— Coro dos solistas do T.E.O. —

Orquestra de Câmara do T.E.O.
Direção e coordenação da Prof.ª Alayde Margarida.

Ensaíadores:
Alayde Margarida — Antônio Tibúrcio.
Pianista acompanhadora:
Profa. Maria Izabel de Souza Santos

Cenário de Helza Alencar.

Nossos agradecimentos a Cia. Central de Diversões e seus abastecedores funcionários.

ATO III

Junto às muralhas de Castelo.

Uma cigana fora capturada nas montanhas de Caserta. Encontrando resolve-se ir a estudar que, como todos julgam, queriam o irmão do Conde. Azucena é interrogada, nega dizendo que está à procura de seu filho Manrico, o que, agravando mais a situação, é mandada a uma prisão pelo Conde, que para vingar-se de ambos Manrico, ao ser informado de que Azucena está presa, comete em seu próprio casamento a feiz "Di quella pira".

ATO IV — 1.º QUADRO

Não havendo conseguido libertar Manrico, Leonora é enviada à morte pelo Conde. Leonora vem em sua busca, mas então o duque liberta dos seus de Manrico e a voz de Manrico que lhe responde ao resuscitado da obra do pai.

II.º QUADRO

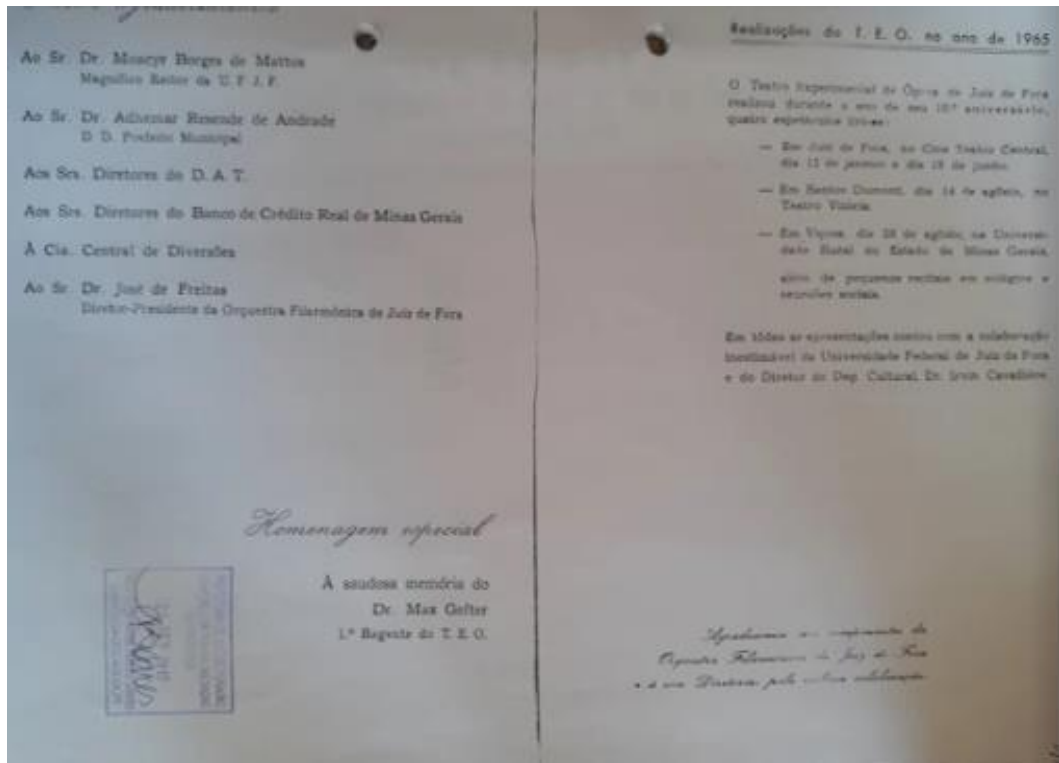
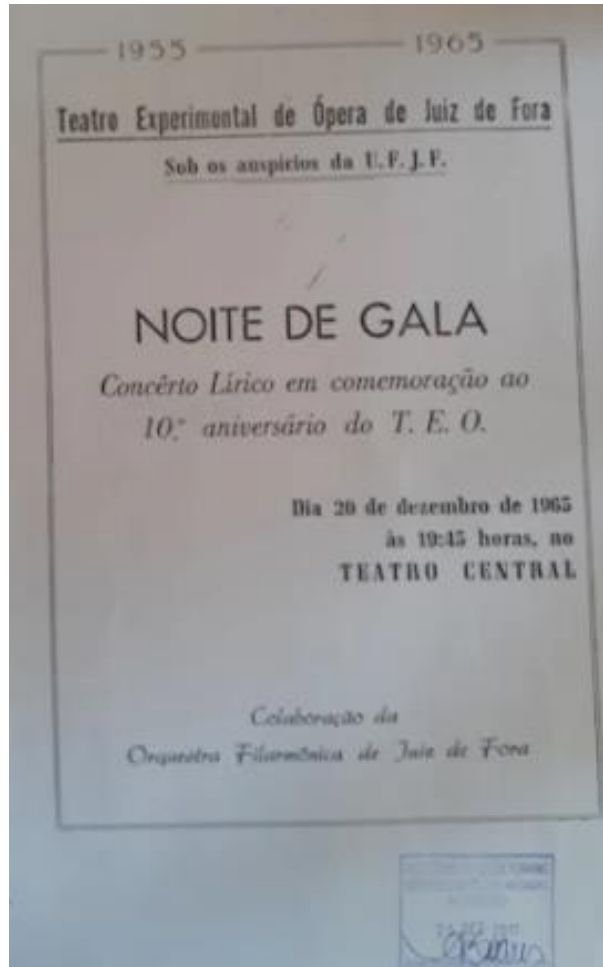
Leonora está aliada ao filho para salvar Manrico (preso no Castelo e não lhe libertado, pois, preso seria de novo (Duque Unico) A seguir há, fartivamente, um tempo que vive no seu cast.

FINALE IV

Azucena está presa no palácio em companhia de Manrico que tenta faz-lo escapar se resolve virar que a momentaneamente adormecida, como a primeira fez "Al mio nome rivero nessuno". Leonora que, não podendo mais, procura Manrico, pedindo-lhe que seja Manrico julgando-se traidor a respeito que é imediatamente condenado de que ele está morto. O Conde, não podendo mais, faz um duelo nos paredes para que leve Manrico.

O Trovador dá um último adeus a sua esposa e se. Assim na muralha, exclama: Manrico, meu filho, onde estás? O Conde responde com a ordem: "A espada da morte, não!" Com o último adeus, Azucena exclama: "Ela era meu filho!" Com a chegada, o sol! (Cai ao solo manrico). O Conde, entristecido e impoente de honrar, sabe-lhe ainda a última frase: "E tu, onde estás!"

— (Fim e parte) —



NOITE DE GALA

Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora

CONCÉRTO LÍRICO

Direção, organização e coordenação da Professora Alayde Margarida

I PARTE

A cargo das escolas do T. E. O., atualmente integradas do Centro Cultural Paulista e do Centro Municipal de Rio de Janeiro

João Luiz G. Carneiro

- 1 - Leoncavallo - I. Pagliacci - Prólogo
- 2 - Verdi - Una balla in maschera - El Du

Antônio Tibérico

- 3 - Verdi - Ernani - Inghis, e tu crederi...

João Nogueira

- 4 - Bizet - Il Barbiere di Siviglia - Largo al factotum

Reinaldo Ferragutti

- 5 - Puccini - La Bohème - Che gelida manina

Isaura Falcão - Dueto com Maria de Lourdes Rodrigues - do T. E. O.

- 6 - Donizetti - Don Pasquale - Chet, chet

João Luiz Carneiro e Antônio Tibérico

Acompanhamento ao piano: *Prof. Maria Isabel de Souza Santos*

II PARTE

Escola de Óperas Filarmônica de Juiz de Fora

Homenagem à memória do Dr. Max Góes

João Luiz G. Carneiro

- 1 - Mozart - D. Giovanni - Serenata

Elisbeth Cirillo Lima

- 2 - Mozart - Didax de Figaro - Voi che sapete

Deusa Correia

- 3 - Verdi - Rigoletto - Cavatale

Neuton Ferragutti

- 4 - Leoncavallo - I. Pagliacci - Vesti la Gialla

Maria de Lourdes Rodrigues

- 5 - Puccini - Madama Butterfly - Un bel dì

Antônio Tibérico

- 6 - Verdi - Rinaldo - Scena e Aria

D. Leonato Spinto

Acompanhamento de Óperas Filarmônica

III PARTE

Solista, Cór e Orquestra

- 1 - Verdi - Maria Ligeia S. R. Mortua - Solista
- 2 - Bizet - D. Trovatore - Ciro des Faccato

João Nogueira

- 3 - Bizet - Carmen - Toradur

Marcos Ligeia S. R. Mortua

- 4 - Verdi - Norma - Habemus

Marcos Rodrigues e Cláudia Brandi

- 5 - Verdi - La Traviata - Brindis

Maria Alice Barros e Antônio Tibérico

- 6 - Laís Galvão - Les Saltimbanques - C'est L'Amour

Orquestra Filarmônica de Juiz de Fora. Regência do maestro Antônio Gomes de Carvalho

SANTOS CUNHA

Typografia e outras Atividades

Rua Santa Rita, 540 - Apto. 101

Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora

Instituição de caráter cultural, fundada em Juiz de Fora, em 1960, sob a égide do Ministério de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais.

Regimentação de Óperas e Concertos

Realizações com a colaboração artística

Expediente de trabalho seg. a seg. de segundas a sáb. - Tel. 3000000 e 31000

Matinas, à Santa Cecília

DIA 7 DE DEZEMBRO DE 1960

AS 10.30 HORAS

— 00 —

CINE TEATRO CENTRAL

Acompanhamento - Ao piano - Prof. Maria Isabel de Souza Santos

Óperas do Centro do T. E. O. sob a regência de Antônio Tibérico.

Direção e coordenação: na

Prof. Alayde Margarida

Floralia

Um ponto de luz e outras atividades

RUA BATISTA DE OLIVEIRA N. 221

PROGRAMA

1ª PARTE

G. B. Pergolesi — STABAT MATER — Vera Alves e Edna
Cecília Lame

Com os seguintes movimentos:

GRAVE
ANDANTE
LARGHETTO
ALLEGRO
LARGO
ALLEGRO ASSAI
TEMPO GIUSTO
ALLEGRO MODERATO
ALLEGRO
LARGO
PRESTO ASSAI

G. B. Pueri — AGNUS DEI — Norma Rodrigues Santos
Stadhler — PETA SIGNORI — Vera Maria de Lima Bastos
César Pagan — MISSUS ANGELICUS — Joly Bachmann

2ª PARTE

Vardi — LA VERGINE DELI ANGELI (La Fiera del Destino)
Soltinas: Maria de Lourdes Rodrigues, João Mendes e
Marta Cerri — Carol Maurício

Beltrame — SON VERGIN VERSONA — I. Paganini — Dina
Cerri

Vardi — CORD DAS MONJAS (II Tróvão)
Vardi — MISERERE (II Tróvão) — Cláudio Arrais e Maria
de Lourdes Rodrigues

Vardi — DUETO FINAL (Aida) — Carlos Aires, Maria Tereza
Tróvão e Nair Dória — Cda.

3ª PARTE

Antônio Tinoco — ORATÓRIO DA NATIVIDADE — José Luiz
Cristina e Maria Madalena de Castro
Aria n. 3 — AVE GRATIA PLENA
Aria n. 5 — NE TIMEAS MARIA
Aria n. 6 — QUI MODO FIET ISTUD
Dúo 7 — SPIRITUS SANTUS
Bicentário 8 — NOLITE TIMERE
Quinteto 9 — CRISTUS NATUS — Vera Maria de
Lima Bastos, Dália Cerri, João Mendes e
Marta Cerri
Cda. 10 — CHRISTUS NATUS

J. S. Bach — JESUS ALLEGRIA DOS HOMENS (Cda)
Mozart — LACRIMOSA (Cda)
Vardi — CORD DOS PELO GRENOS (II Tróvão)

acompanhamentos: Ao piano Prof. Norma Leibel de Souza Santos
Orquestra de Câmara do T. E. O. sob a direção de Antônio
Teófilo e Maria Luiza de Carvalho.
Direção e coordenação do Prof. Nair Dória



Teatro Experimental de Ópera de Juiz de Fora

sob as auspícios da Universidade Federal de Juiz de Fora e
Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal
Departamento de Cultura e Promoções

RECITAL DA CIDADE

DIA 1.º DE JUNHO DE 1969 — ÀS 10,30 HORAS

CINE TEATRO CENTRAL

Acompanhamentos: Ao piano Maria Leibel de Souza Santos
Orquestra de Câmara do TEO
Direção e Coordenação do
Prof. Nair Dória



PROGRAMA

1.ª PARTE

- 1 — A. Carlos Gomes — QUEM SABE ? — Maria Maliboni de Castro
- 2 — Lou Dellibes — LES FILLES DE CADIX — Maria Tereza Ferraz
- 3 — Lino Cavallo — MATTINATA — Carlos Alves
- 4 — Alberto Coim — SERENATA — Ignez Kirchmayer
- 5 — Arditi — E RACCO — Elton Cordeiro Lima
- 6 — Straus — VOZES DA PRIMAVERA — Dilton Cordeiro

2.ª PARTE

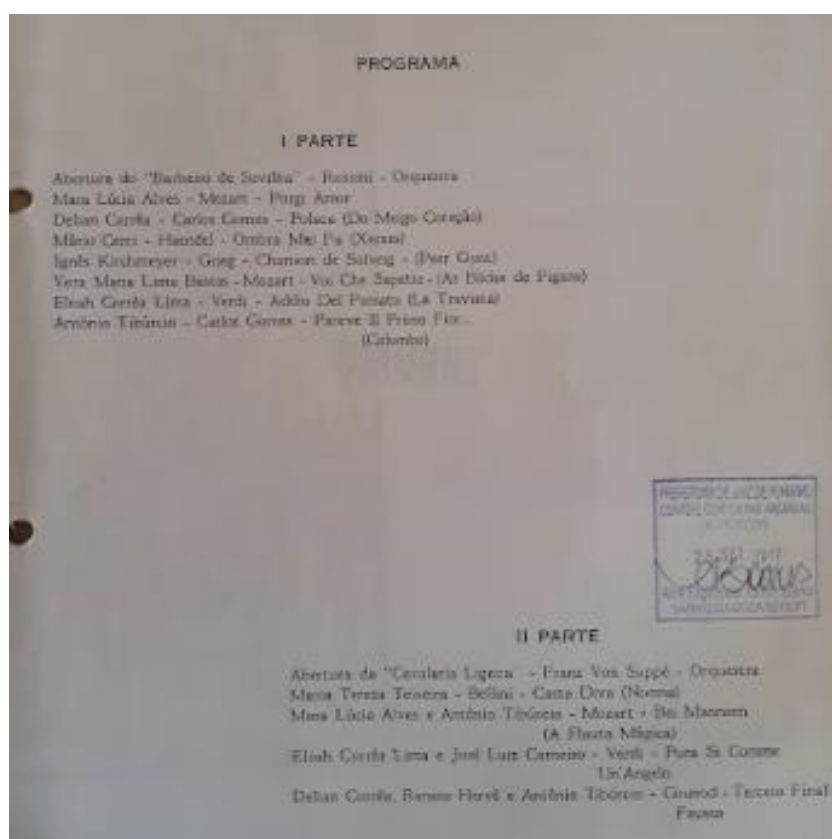
- 1 — Puccini — I — O MIO DADDINO CARO — Maria Tereza Ferraz
- 2 — G. Verdi (Il Trovatore) — STRIDE LA VAMPA — Vera Alana de Lima Soares
- 3 — Gioacchino (Paisiello) — ANON SI VIETA — Claudio Antonio Brandi
- 4 — Puccini (Tosca) — VOCI D'ANGELO — Ignez Kirchmayer
- 5 — Giordani (Arditi Corvino) — NEMICO DELLA PATRIA — José Luiz Carneiro
- 6 — Puccini (Manon) — IN QUELLE TERRE — Maria C. Brandi
- 7 — Puccini (Tosca) — E SUCCEDE L'ESTERLE — Elton Kirchmayer
- 8 — Carlos Gomes — GENTILI DI CUORE — Dilton Cordeiro
- 9 — Bizet (Carmen) — LA FEMME QUE TU M'AVAS JETTER — Amory Berto


3.ª PARTE

- 1 — G. Verdi (Il Trovatore) — MADRE NON DORMI — Vera Maria L. Santos e Claudio A. Brandi
- 2 — Puccini (Boris) — CHE GELIDA MANINA — Carlos Alves
ME CHIAMANO MIMI — Maria C. Brandi
OH SUAVE FANCIULA — Ignez e Carlos
VALSA DE NUZZETTA — Maria Luiza Alves
OH MIMI TU MI NON TOIHI — Amory Berto e José Luiz Carneiro
- 3 — Verdi (Trovato) — BRINROSSI — Claudio Brandi e Elton Cordeiro Lima
- 4 — Verdi (Rigoletto) — LA DONNA E MOBILE — Amory Berto
QUARTETTO — Dilton Cordeiro, Amory Berto, Elton C. Lima e José Luiz Carneiro









PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍZ DE FORA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE CULTURA E
PROMOÇÕES

PROMOVEM

Recitais da Juventude


APRESENTANDO

PERGOLESÌ

COM O

"Teatro Experimental de Ópera"
(sob as auspícios da UFJF)

CINE TEATRO CENTRAL - 18 - ABRIL - 1971



PERGOLESÌ

Giovanni Battista Pergolesi (1735-1736), músico neapolitano italiano, foi mesmo prodígio. Estudou na Conservatório de púberes em Nápoles, onde foi aluno de Durante.

Tem muito (romantiza e vale máis) o que se lê: grande musicalidade, harmonizada que tem delineado sua biografia. Uma lenda diz que ele não morreu vítima da tuberculose, mas envenenado por um rival encimado de sua beleza angelical e sua poder de conquista, ou seja já o descreve assim pouco favoravelmente: feia e deforme. Não se consegue, portanto, acreditar-lhe a formar uma imagem correta dos fatos de sua vida.

Sua primeira obra tornou pouco famosa, o "Piquete Superbo", obra de 1731, foi recebida friamente pelo público, embora tivesse sido seu "Intermezzo", "La Serva Padrona", conforme costume italiano da época.

As principais obras conhecidas de Pergolesi são "La Serva Padrona" e "Stabat Mater", além de uma "SALVE REGINA", recentemente gravada em disco.

"STABAT MATER"

Grande obra religiosa no estilo neoclássico, é obra em três movimentos muito conhecida e muito executada e com razão. Pode parecer sentimental, de pouca profundidade emocional, mas é de intensa expressão lírica. Certo trecho - "Quando corpus moritur fac ut missae domine paraíso Gloria" - é expressão de uma profunda fé, inserindo a música ali um verdadeiro paroxismo de oração. Por outro lado, o mesmo no "Stabat Mater" de Pergolesi, a leveza melódica de um trecho como "Infirmatus Et Accensus", que lembra irresistivelmente a vertez lírica de Haydn-Mozart. Entretanto, de todo o mesmo sacra disputa para só o STABAT, de Pergolesi, continua vivo. O resto está esquecido assim como a ópera séria, e pelo mesmo motivo, pois

PERGOLESÌ

STABAT MATER

(Órçáo para duas vozes)


Solistas: Elcio Correa Lima - Soprano
Marta Soren - Contralto

Movimentos:
Grave, Andante, Larghetto, Allegro,
Allegro Moderato, Allegro, Largo, Presto

LA SERVANTINA

(Intermezzo Lírico em dois quadros)

Personagens e intérpretes:
Uberto - Antônio Tiburcio
Serpina - Maria Izabel Porciuncula
Vespone - José Luiz Carneiro
Regente - Maestro Roberto Schiappa
(do Teatro Municipal do Rio de Janeiro "Carmen Gomes")
Regisseur - Guilherme Damiano
(do Teatro Municipal do Rio de Janeiro "Carmen Gomes")
Maquiagem - Tereza Augusta
Pianista - Maria Izabel Souza Sa
Orquestra de Câmara do TEO
Direção e Coord. - Prof.º Alvaro de Mello



ANEXO 2 – TERMO DE ACORDO¹¹

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA E O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, COM A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL ALFREDO FERREIRA LAGE - FUNALFA, COM A FINALIDADE DE ESTABELECEM DIRETRIZES PARA ADMINISTRAÇÃO DO CINE THEATRO CENTRAL.

A Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, representada por seu Reitor, Professor Renê Gonçalves de Matos, o Município de Juiz de Fora, denominado **MUNICÍPIO**, através de seu Prefeito Custódio Antônio de Mattos, e a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, denominada **FUNALFA**, por seu Superintendente, Rodrigo Fonseca Barbosa, resolvem firmar o presente Termo de Acordo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo de Acordo, o estabelecimento de diretrizes para a administração do Cine Theatro Central.

1.2 - As diretrizes administrativas serão estabelecidas por um Conselho Diretor, criado especialmente para tal fim, e executadas pelo Município por intermédio da FUNALFA.

2 - DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

2.1 - O Conselho Diretor será composto por 5(cinco) membros, sendo 3(três) indicados pelo Reitor da UFJF, e 2(dois) indicados pelo Prefeito Municipal, escolhidos dentre pessoas de notória atuação e amplo conhecimento de atividades artístico-culturais, podendo solicitar assessoria especializada no que tange às programações.

Arquivado
02/10/95
mf

¹¹ Fonte: Arquivo Cine-Theatro Central.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

2.2 - Os Conselheiros terão mandato de 2(dois) anos, renováveis por igual período, a critério das partes.

3 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR

3.1 - Caberá ao Conselho Diretor a definição da política de uso do Cine Theatro Central, a elaboração de sua proposta orçamentária anual a ser inserida no orçamento geral do Município, o estabelecimento de um regulamento para apreciação de proposta de utilização do Cine Theatro Central por terceiros, bem como a aprovação dos consertos e modificações que venham a ser efetuadas no prédio.

3.2 - Ao definir as regras de utilização do Cine Theatro Central por terceiros, o Conselho Diretor deverá levar em conta as prioridades e programações, dentro de um calendário semestral, levadas a efeito, tanto pela UFJF, quanto pelo Município de Juiz de Fora.

3.3 - Avaliar, semestralmente, o relatório de atividades administrativas e financeiras levadas a efeito pelo Município e pela FUNALFA. O Conselho Diretor poderá buscar assessoria para esta avaliação.

3.4 - Caberá, ainda, ao Conselho Diretor, a responsabilidade pela programação das atividades do Cine Theatro Central.

4 - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1 - Ao Município fica atribuída a responsabilidade pela administração do Cine Theatro Central, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Diretor.

4.2 - À FUNALFA caberá, em nome do Município, administrar financeiramente as receitas e despesas provenientes da utilização do Cine Theatro Central, provendo, ainda, o quadro de funcioná-



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

rios necessários à operacionalização das atividades culturais ali desenvolvidas, ficando as despesas e proventos dos funcionários à sua conta.

4.3 - Elaborar, semestralmente, relatórios das atividades administrativas e financeiras para avaliação do Conselho Diretor.

5 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

5.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Acordo serão suportadas por dotação orçamentária própria, oriunda do orçamento geral do Município.

5.2 - As receitas resultantes dos eventos realizados no Cine Theatro Central serão recolhidas em fundo próprio, destinado à manutenção e à promoção de outras atividades naquele local.

6 - DO PRAZO

O presente Termo de Acordo terá prazo de duração de 04 (quatro) anos, iniciando-se em 09 / 02 / 1995 e tendo seu término previsto para 09 / 02 / 1999, ocasião em que poderá ser renovado por acordo entre as partes.

6.1 - A desistência do presente Termo de Acordo, por parte da UFJF, acarretará à sua obrigação de ceder ao Cine Theatro Central, para o desenvolvimento de atividades culturais promovidas pelo Município/FUNALFA, durante 180 (cento e oitenta) dias, anualmente, como forma de ressarcir as despesas de restauração feitas pela Prefeitura, com verba própria e com prévia aquiescência da UFJF, pelo prazo de duração do presente Termo.

6.2 - A mesma desistência, se manifestada pelo Município de Juiz de Fora, obriga-lo-á a notificar a UFJF tal intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias sem que, contudo, tenha direito a receber qualquer valor a título de remuneração,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA


ou mesmo pagar à UFJF, qualquer valor a título de indenização.

7 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


7.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Acordo.

E, para firmeza e validade de tudo quanto ficou estipulado, assinam as partes, o presente Termo de Acordo, em 3(três) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Juiz de Fora, 09 Fevereiro 1995


RENÊ GONÇALVES DE MATOS
Reitor


CUSTÓDIO ANTÔNIO DE MATTOS
Prefeito


RODRIGO FONSECA BARBOSA
Superintendente - FUNALFA

Testemunhas:

1. *Marisa Giampieri Pereira Rodrigues* - Diretora de Cultura substituta
2. *José Carlos* - Diretor do dep. de cultura da Funalfa